

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA:
A ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA DOCUMENTAL PARA ACERVOS
ARQUEOLÓGICOS E SUA APLICAÇÃO NO LABORATÓRIO DE
ESTUDOS E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS/UFSM**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Luciana Oliveira Messeder Ballardó

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA:
A ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA DOCUMENTAL PARA ACERVOS
ARQUEOLÓGICOS E SUA APLICAÇÃO NO LABORATÓRIO DE
ESTUDOS E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS/UFSM**

**Por
Luciana Oliveira Messeder Ballardo**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arqueologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

Oliveira Messeder Ballardo, Luciana
DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: A ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA
DOCUMENTAL PARA ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E SUA APLICAÇÃO NO
LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS/UFSM/
Luciana Oliveira Messeder Ballardo.-2013.
127 p.; 30cm
Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural,
RS, 2013
1. Documentação Museológica 2. Arqueologia 3. Patrimônio
I. Seiguer Milder, Saul Eduardo II. Título.

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática
da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

© 2013

Todos os direitos autorais reservados a Luciana Oliveira Messeder Ballardo. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte. Endereço: Rua Floriano Peixoto, 1184, Antiga Reitoria da UFSM. Centro | Santa Maria, Rio Grande do Sul. CEP: 97015-372
Fone (55) 32209240; Fax (55) 32209240; E-mail: lucianamesseder@gmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA:
A ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA DOCUMENTAL PARA ACERVOS
ARQUEOLÓGICOS E SUA APLICAÇÃO NO LABORATÓRIO DE ESTUDOS E
PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS/UFSM**

elaborada por
Luciana Oliveira Messeder Ballardo

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Saul Eduardo Seiguer Milder, Dr.
(Presidente/Orientador)

Fábio Vergara Cerqueira, Dr. (UFPel)

Maria das Graças Teixeira, Dra. (UFBA)

Santa Maria, 16 de julho de 2013.

Dedico este trabalho a minha mãe Dalva e ao meu
marido Leo: meus dois amores.

Agradecimento

Primeiro, agradeço ao meu orientador, Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder, por ter depositado confiança na realização desse trabalho e por ter permitido e direcionado o crescimento profissional, sempre disposto a escutar as propostas e ajustá-las ao projeto.

Agradeço ao Jaime Paim, amigo e companheiro de investidas, cujo único defeito é não ser baiano, auxiliando no ajuste e concretização de projetos e muitas vezes contribuindo com ideias valiosas para realização do trabalho, e a Angelo Pohl, sempre direcionando os meios instrumentais, ambos sempre juntos nessa jornada diária, onde não só o companheirismo, mas também a aprendizagem estão, e sempre estarão presentes.

Ao Dr. Átila Augusto Stock da Rosa pelo incentivo e contribuição profissional.

À Luana Silva, com quem me encontrei em um momento muito peculiar e esteve sempre disposta a contribuir com o trabalho antes mesmo do seu início.

À Maria Isabel Dias que participou do processo inicial de trabalho com bastante dedicação e vigor.

À Marjori Pacheco, por nossos caminhos se cruzarem em um momento acertado nesse empreendimento e por sua dedicação na curadoria do material coletado em campo, que tanto tem contribuído para o processo de preservação e conservação da memória arqueológica no LEPA.

À equipe LEPA de pesquisadores e todos que voluntariamente contribuíram em algum momento com seu tempo e auxílio para o andamento do trabalho.

Não poderia deixar de agradecer também a Marli Saldanha e a Fernanda Magalhães, com quem aprendi muito, lições de vida e de trabalho que nunca esquecerei.

Agradeço muito aos amigos de hoje e os de há muito, que contribuíram e contribuem nesse caminho trilhado.

Por fim, agradeço à minha família, minha mãe e meu marido pelo apoio e incentivo em todo momento.

Quand on aime la vie, on aime le passé, parce que c'est le présent tel qu'il a survécu dans la mémoire humaine.

(Marguerite Yourcenar)

RESUMO

**Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante
em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria**

DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

A Elaboração de um Sistema Documental para Acervos Arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM

AUTORA: LUCIANA OLIVEIRA MESSEDER BALLARDO

ORIENTADOR: SAUL EDUARDO SEIGUER MILDER

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 16 de julho de 2013.

Este texto trata do processo de elaboração de um sistema de documentação museológica para acervos arqueológicos e da implantação realizada no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM). Inicialmente, discute a caracterização dos acervos arqueológicos como patrimônio e cultura e como o gerenciamento museológico contribui para sua preservação. A seguir, uma análise bibliográfica sobre os sistemas de documentação museológica em coleções arqueológicas e sobre as especificidades inerentes a este tipo de acervo. Posteriormente, apresenta as etapas e métodos empregados durante a implantação do sistema no LEPA-UFSM. Também demonstra o funcionamento do sistema em uma das coleções do Laboratório. E por fim, apresenta os resultados alcançados e as perspectivas do trabalho.

Palavras-chave: Documentação Museológica, Arqueologia, Patrimônio.

ABSTRACT

**Master's Dissertation
Professional in Cultural Heritage Postgraduate Program
Federal University of Santa Maria**

MUSEOLOGIST DOCUMENTATION

**The Development of a System for Document Collections Archaeological and
its application in the Laboratory of Archaeological Studies and Research /
UFSM**

AUTHOR: LUCIANA OLIVEIRA MESSEDER BALLARDO

ADIVISOR: SAUL EDUARDO SEIGUER MILDER

Locality and Date: Santa Maria, July, 16, 2013.

This text deals with the process of developing a documentation system for museum collections and archaeological implantation performed at the Laboratory of Archaeological Studies and Research of the Federal University of Santa Maria (LEPA-UFSM). At first, I discuss the characterization of archaeological collections as patrimony and culture and how the museum management contributes to its preservation. Next, I examine the bibliography about documentation museology in archaeological collections and about the specification of this kind of collection. Subsequently, I present the steps and methods used during the implementation of the system at the Laboratory for Archaeological Studies and Research UFSM. It also demonstrates the functioning of the system in one of the collections of the Laboratory. And finally, it shows the achievements and prospects of the work.

Key-words: Museologist Documentation, Archeologist, Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Escavação no sítio arqueológico Santa Clara – 2011.....	23
Figura 2: Urnas Funerárias no contexto onde foram encontradas. Sítio arqueológico de Marafiga – Distrito de Água Negra - dez. de 1999.....	25
Figura 3: Página inicial do Programa MatrizNet.....	32
Figura 4: Ficha de Identificação de Sítios Arqueológicos do MAE-UFBA.....	33
Figura 5: Interface do sistema de registro do acervo arqueológico – LEPAARQ – UFPel.....	34
Figura 6: Fragmentos de cerâmica Guarani. Coleção Vitor Hugo.	35
Figura 7: Resíduo de lascamento. Sítio Santa Clara.	35
Figura 8: Layout da Ficha de Registro do Banco de Dados LEPA-UFSM.....	46
Figura 9: Escavação no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo em 1984, pelo Prof. Vitor Hugo Oliveira da Silva e equipe.....	51
Figura 10: Escavação no sítio arqueológico Casarão dos Melo - 1995.....	51
Figura 11: Aplicação da metodologia do full coverage survey no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau – 2006.....	53
Figura 12: Foto de escavação no sítio arqueológico Estância Santa Clara - 2011.....	54
Figura 13: Intervenção no sítio arqueológico Estância Rincão do 28 - 2012.....	54
Figura 14: Sala de limpeza e recepção de materiais arqueológicos - abril de 2012.....	56
Figura 15: Sala de estudo da Arqueologia Pré-colonial - abril de 2012.....	56
Figura 16: Planta-baixa da estrutura espacial do LEPA antes da redistribuição organizacional do Laboratório.....	58
Figura 17: Planta-baixa com a nova configuração espacial do LEPA.....	58
Figura 18: Vista frontal da proposta de reorganização espacial do LEPA em 3D.....	59
Figura 19: Vista aérea da proposta de reestruturação espacial do LEPA em 3D.....	59
Figura 20: Corredor de acesso do LEP acomodando parte do acervo Garabi-Itá - maio de 2012.....	61
Figura 21: Sala de pesquisa arqueológica Pré-colonial em processo de retirada do acervo Garabi-Itá - maio de 2012.....	61
Figura 22: Sala de higienização em processo de retirada das estantes com material - junho de 2012.....	62
Figura 21: Sala de pesquisa arqueológica Pré-colonial em processo de retirada do acervo Garabi-Itá - maio de 2012.....	62
Figura 24: Arquivo fotográfico, mapoteca e armários de livros transferidos para a Reserva Técnica - junho de 2012.....	64
Figura 25: Parte do acervo antes do processo de reacondicionamento - junho de 2012...	64
Figura 26: Reserva Técnica com montagem finalizada - julho de 2012.....	65
Figura 27: Sala de Pesquisa após a reconfiguração o LEPA - julho de 2012.....	65
Figura 28: Sala de Higienização após a execução da reorganização espacial do LEPA -	

julho de 201.....	66
Figura 29: Exposição de Longa duração montada no Hall de entrada do Laboratório - outubro de 2012.....	66
Figura 30: Sala de Pesquisa em nova configuração - fevereiro de 2013.....	67
Figura 31: Cerâmica atacada por fungos e com marcação com métodos incorretos.....	72
Figura 32: Material lítico contaminado com fungos.....	72
Figura 33: Procedimento de higienização de metais.....	73
Figura 34: Marcação de vidro.....	76
Figura 35: Registro do peso de um fragmento de cerâmica histórica com balança digital de precisão.....	78
Figura 36: Registro das medidas de material lítico com o paquímetro.....	78
Figura 37: Croqui do sítio arqueológico Casarão dos Mello. Meados da década de 1990.....	81
Figura 38: Interface do Museolog - digital catalog.....	84
Figura 39: Interface do Programa Endovellicus do Instituto Português de Arqueologia.....	86
Figura 40: Interface do Base apresentando as tabelas criadas e relacionadas entre si para armazenamento de dados relacionados.....	88
Figura 41: Interface do Base apresentando os formulários gerados para apresentarem os dados armazenados nas tabelas apresentadas na imagem anterior.....	88
Figura 42: Professor Vitor Hugo Oliveira da Silva.....	91
Figura 43: Escavação no Sítio Arqueológico Estância Velha II, 1983 – Santa Maria.....	93
Figura 44: Sítio Arqueológico Serrinha, 1984. Equipe do Professor Vitor Hugo.....	93
Figura 45: Sítio Arqueológico Cabeceira do Raimundo, nível 0-15 cm, corte 3, quadrícula 1,5 x 1,5 m.....	96
Figura 46: Escavação no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo - 1998.....	97
Figura 47: Intervenção no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo - 1998.....	97
Figura 48: Processo de curadoria - delimitação de quadrículas - 2012.....	103
Figura 49: Processo de Curadoria realizado em trabalho de campo - 2012.....	103
Figura 50: Sistematização do Material em Laboratório de acordo com a Curadoria realizada em Campo - 2012.....	104
Figura 51: Registro – Diário de Campo - 2012.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tabela de procedimentos químicos para higienização de diferentes tipos de metais.	74
Quadro 2: Tabela utilizada no Laboratório para avaliação do Estado de conservação de cada peça.	79
Quadro 3: Dados relativos aos sítios arqueológicos do acervo Vitor Hugo	94

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Política para Aquisição do LEPA-UFSM	118
Anexo II – Contrato de Cedência do LEPA-UFSM	120
Anexo III – Formulário de Verificação de peças cedidas do LEPA-UFSM	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS	20
2. SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA	27
2.1 Sistemas de Documentação Museológica na Arqueologia	30
2.2 As especificidades de Acervos Arqueológicos	34
3. O SISTEMA LEPA/UFSM	38
3.1 Classificação	39
3.2 Pesquisa	40
3.3 Elaboração do Sistema de Registro	42
4. PROCEDIMENTOS DE REGISTRO	48
4.1 Acondicionamento do Acervo	49
4.2 O Acervo LEPA/UFSM	50
4.3 Delimitação dos Espaços	55
4.4 Procedimentos do Arrolamento	67
4.5 Higienização	70
4.6 Marcação	75
4.7 Acondicionamento de acordo com a tipologia do acervo	76
4.8 Coleta de Dados Físicos	77
4.9 Organização dos Dados de Coleta Arqueológica	80
5. GERENCIAMENTO DO ACERVO LEPA/UFSM EM SOFTWARE LIVRE: BASE - LIBRE OFFICE	82
6. COLEÇÃO VITOR HUGO	91
7. A ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE NOVAS METODOLOGIAS	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	117

INTRODUÇÃO

A contribuição deste trabalho está inserida na temática da documentação museológica no âmbito de acervos arqueológicos. A preocupação inicial que impulsionou a realização dessa pesquisa está relacionada com o desenvolvimento de sistemas documentais museológicos para acervos arqueológicos, enfocando as particularidades inerentes a este tipo de patrimônio.

É necessário esclarecer que existe o entendimento da existência de documentação e organização própria dos pesquisadores na área de Arqueologia, tanto em campo como em laboratório, é imprescindível para a realização e concretização de um sistema documental dentro dos procedimentos museológicos.

Reconhece-se também que sempre houve alguma forma de organização dentro das instituições de pesquisas e estudos arqueológicos, ainda que, em muitos casos, sem uma padronização ou metodologia definida.

No entanto, a quantidade crescente de material arqueológico e de pesquisas na área dificulta a manutenção de um sistema de organização interna sem essa padronização e metodologia, e torna evidente a necessidade da aplicação de procedimentos técnicos que viabilizem a estruturação organizacional desses espaços de pesquisas.

Não há mais espaço para um tratamento do material arqueológico depender exclusivamente de informações restritas à memória dos pesquisadores presentes nas intervenções, tanto no que diz respeito às informações sobre o material como também relativos à localização de guarda dentro da instituição.

Outra preocupação quanto à documentação dos acervos arqueológicos é o fato de não existir uma normatização que direcione sobre os registros gerados em campo, deixando isso a critério da equipe de pesquisa.

Embora o IPHAN viabilize uma padronização quanto à documentação e ao cadastramento de dados a serem depositados no órgão relativo aos artefatos encontrados, os dados finais cadastrados centralizam as informações sobre o responsável pela preservação e conservação, porém, a determinação dos métodos de documentação das coleções ficam sob responsabilidade de cada instituição.

A respeito do gerenciamento de sítios arqueológicos, implantado pelo órgão, auxilia na indexação dos dados quanto ao acervo e quanto às informações de pesquisa realizadas no país, permitindo que se desenvolva um intercâmbio de dados, e facilitando a salvaguarda da

memória da cultura material. No entanto, a política do IPHAN não estabelece uma padronização para criação de catálogos, mapas, croquis, ou outros suportes de informação, relativas à documentação arqueológica.

Do ponto de vista museológico, a documentação não segue parâmetros de normatização nacionais. A responsabilidade de estabelecer critérios que preservem as informações para garantir a permanência da memória é responsabilidade dos profissionais que trabalham na instituição, que desenvolvem seus sistemas baseando-se nas particularidades do acervo e nas experiências realizadas.

A partir dessas considerações, delimita-se que o principal objetivo do trabalho é a criação de um sistema de classificação e documentação para acervos arqueológicos e implantação dele no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM).

A concretização desse objetivo possibilita a organização física dos artefatos, a padronização na organização dos dados sobre as coleções; e a indexação mais rápida das informações de cada objeto num esforço em atender as necessidades específicas do acervo do Laboratório.

Neste ponto é importante esclarecer que, o objeto de estudo deste trabalho é o gerenciamento do acervo arqueológico pertencente ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria.

É importante aclarar que o acervo arqueológico aqui citado extrapola os conceitos presos à cultura material coletada nos sítios arqueológicos e trazida ao LEPA; o gerenciamento desse acervo leva em conta também da análise de sistemas simbólicos presentes nesses espaços.

O processo de gerenciamento inclui agregar a compreensão de sistema simbólico à ciência de suas constantes transformações, entendendo que os diversos elementos que compõem um sistema se organizam de formas distintas e, portanto, admitem diferentes meios de criar realidades sociais.

Para realização desse trabalho, entende-se que as técnicas arqueológicas e museológicas são complementares, tanto para preservação do acervo como para o estudo e manutenção das informações sobre o mesmo.

A concretização desse projeto facilita o direcionamento das atividades entre os membros da equipe, evidenciando a preocupação em manter os registros primários atualizados com os dados relevantes não apenas para as pesquisas posteriores, mas também para a própria memória a ser preservada a cerca do acervo.

Além disso, os procedimentos realizados em campo relacionados ao acondicionamento dos artefatos, o transporte, a importância em compreender como e onde eles foram encontrados e a que tipo de perguntas e respostas essas informações e a interação com as atividades realizadas no laboratório, podem contribuir para a valorização desses objetos não apenas como material de estudo, mas também como patrimônio.

As contribuições vão além, pois todos os envolvidos, seja da área museológica ou arqueológica, passam a compreender melhor as atividades desenvolvidas pelo outro, de forma a aprofundar seu conhecimento prático e elaborar novas metodologias que atendam as duas perspectivas.

Essa inter-relação beneficia não apenas os profissionais envolvidos no trabalho de preservação do patrimônio arqueológico e na documentação museológica realizada nele, mas beneficia também o próprio patrimônio e a perpetuação da sua memória.

O fator interdisciplinar entre a documentação museológica e a preservação do patrimônio arqueológico está na metodologia aplicada para recuperação das informações documentais geradas no âmbito arqueológico durante a intervenção, e o direcionamento das necessidades geradas pelo sistema de documentação museológico, que devem ser saciadas durante os procedimentos de campo.

Será exposta aqui a maneira como foi criada uma nova metodologia no gerenciamento de acervos, adequada às necessidades do Laboratório, e que possa contribuir para as discussões nessa área de pesquisa.

Para facilitar a organização e entendimento dos procedimentos aplicados no objeto de pesquisa o texto foi desmembrado em sete capítulos.

O capítulo 1, “*Considerações conceituais*”, explana conceitos básicos como os de patrimônio, cultura e memória, para tornar possível o reconhecimento de características que permitam apontar os elementos que configurem os acervos arqueológicos como patrimônio e parte da cultura.

O capítulo 2, “*Sistema de Documentação Museológica*”, apresenta um breve histórico sobre o tema na área da Museologia e a necessidade de suprir as especificidades dos diferentes tipos de acervos, sejam de arte, história, etnologia ou qualquer outra área do conhecimento. Em seguida, passa-se a considerar alguns sistemas de documentação que se tem desenvolvido na área museológica acerca das coleções arqueológicas e quais as características especiais dos artefatos devem ser considerados ao elaborar-se um sistema documental para este tipo específico de coleção.

O capítulo 3, “*O Sistema LEPA/UFSM*”, tratou da elaboração e do desenvolvimento do sistema de registro e classificação aplicado ao acervo do Laboratório, num sentido direcionado ao âmbito museológico, e também como foram efetuadas as pesquisas sobre as coleções, principalmente relativas às informações relacionadas às coletas anteriormente realizadas pela equipe LEPA.

O capítulo 4, “*Procedimentos de Registro*”, nos permite adentrar especificamente nos primeiros passos realizados junto ao acervo LEPA-UFSM, dando conta do acervo em si, de como ele se formou, dos estudos realizados, do arrolamento efetuado nele, ou seja, a listagem dos objetos/coleções existentes, bem como, a reorganização espacial relativa à utilização das salas do Laboratório, além da nova configuração para o melhor acondicionamento e organização dos objetos.

Este capítulo apresenta ainda todo o processo físico que cada peça do acervo precisa passar para concretizar sua documentação e efetivamente vir à existência, a partir da inserção no processo de documentação museológica, isso inclui desde a higienização ou os diferentes processos de limpeza utilizada em cada tipo de material que compõe os objetos, também o processo de marcação que são novamente determinados pelo tipo de material das peças, a coleta de dados físicos como peso e medidas e, a organização dos dados gerados pela documentação arqueológica, principalmente as referentes ao sítio arqueológico.

O capítulo 5, “*Banco de Dados*”, refere-se ao sistema de base de dados criado a partir de um software livre para conservar todas as informações geradas a partir dos processos descritos nos capítulos anteriores. Nele, serão explicados os motivos da escolha do software aplicado ao sistema LEPA, e ainda será discutido como a plataforma de dados foi criada dentro dele e porque o layout foi elaborado da maneira em que se apresenta.

O capítulo 6, “*Coleção Vitor Hugo*”, descreve como foram efetuadas todas as etapas do novo sistema criado e implantado no Laboratório, especificamente em uma das coleções do acervo, a coleção dos sítios pesquisados pelo Professor Vitor Hugo Oliveira da Silva, primeiro coordenador do LEPA – que poderá ser referenciado durante o trabalho como Vitor Hugo da Silva, nome mais utilizado por ele no ambiente do Laboratório – e que é de grande preocupação à manutenção da sua memória, não apenas por causa da fragilidade da escassa documentação ainda existente sobre a época de entrada desses objetos à coleção, mas principalmente pela referência histórica do próprio Laboratório e da relevância dos trabalhos desenvolvidos pela instituição em todos esses anos desde a sua criação.

O capítulo 7, “*A Elaboração e Sistematização de Novas Metodologias*”, apresenta uma integração ainda maior entre as áreas de museologia e arqueologia, bem como as

atividades técnicas realizadas pelos membros da equipe. Nesse capítulo, estarão presentes os procedimentos utilizados durante o salvamento arqueológico e a introdução da curadoria arqueológica realizada a partir de parâmetros essenciais para a continuação das etapas de salvamento realizadas em laboratório, conforme já descritas anteriormente.

No desenvolvimento desta etapa, um membro da equipe que tem se dedicado a este trabalho, Marjori Pacheco Dias, graduanda do curso de história e pesquisadora no Laboratório de Arqueologia desde o início da implantação deste sistema, se inseriu no processo na área de estudo de curadoria de coleções arqueológicas, e tem se qualificado, a partir dos treinamentos recebidos dentro e fora do laboratório, tanto relativas à museologia quanto à arqueologia. O LEPA tem aplicado a interação das duas áreas, o que tem sido importante na implantação, principalmente nas escavações, de uma metodologia inédita em âmbito nacional, sob a coordenação do Arqueólogo Doutor Saul Eduardo Seiguer Milder.

Portanto, a expectativa é que este trabalho contribua e estimule o desenvolvimento de outros trabalhos nessa direção, que mais acadêmicos e técnicos se articulem para que mais soluções sejam apresentadas à medida que surgirem novas demandas na área de gerenciamento de acervos, principalmente no que tange a área da arqueologia.

1. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

Antes de iniciar-se a exposição da pesquisa diretamente, faz-se necessário entender os conceitos básicos como os de patrimônio, cultura, memória e outros conceitos que possibilitem o reconhecimento de características que permitam apontar os elementos que configurem os acervos arqueológicos como patrimônio.

É impossível pensar em qualquer conceito relativo a patrimônio sem inserir nessa discussão a relação intrínseca entre o homem e o ambiente; e entre o sujeito e o saber fazer. Assim sendo, não é possível analisá-lo isoladamente, pois isso o sujeitaria ao risco de perder os significados e significantes e/ou, ainda pior, seu reconhecimento, e em alguns casos, não seria possível identificar a sua importância para o grupo e para o meio que o circunda. Dito isso, entende-se o patrimônio como o conjunto de bens tangíveis e intangíveis que se referem à memória coletiva e sua relação com o meio (LEMOS, 1981, p. 8-12).

Nessa perspectiva, não apenas as expressões materiais de uma comunidade devem ser consideradas como patrimônio cultural, mas também as expressões espirituais que servem para caracterizar esta dada comunidade. (Declaração de Caracas, 1992, p. 41).

No entanto, o que caracteriza o patrimônio é o interesse coletivo de preservá-lo, seja para salvaguardar a memória ou pela efetiva valorização embutida nele.

Sendo assim, fica claro que para uma melhor compreensão sobre patrimônio, é necessário entender o conceito de preservação. Isso é importante porque muitos têm a ideia errônea que preservar é sinônimo de congelamento, de estanque, de manter algo intacto. Para muitos, este termo ainda está relacionado severamente ao conceito de guardar. No entanto, a consideração conceitual mais adequada a respeito de preservação perpassa ações como as de coletar, armazenar, conservar e inclusive restaurar não apenas os objetos em si, mas também as informações sobre eles e documentar estas. (FERREZ, 1994, p.64).

Portanto, preservação e patrimônio são conceitos entrelaçados, e conseqüentemente, não podem ser discutidos independentemente, pois este último se caracteriza como tal, a partir da preservação, enquanto esta é ferramenta essencial para perpetuação do patrimônio.

Mas, o que dizer do conceito de cultura? Entendê-la é uma questão ainda importante nos tempos atuais e esta discussão encontra-se bem vívida na sociedade contemporânea. Ao estudá-la procura-se compreender os diferentes rumos que direcionaram as sociedades em suas relações atuais e as que podem ser desenvolvidas futuramente. A vivência do Homem está permeada pelo contato nem sempre amistoso, mas em alguns casos, até mesmo

conflituoso, entre maneiras distintas de organização social, de apropriação e transformação de recursos do meio, assim, também como da concepção e expressão da realidade.

Nesse sentido, é importante refletir sobre a diversidade que a humanidade produziu e ainda produz, criando e elaborando realidades coletivas com elementos que as aproximam e as distanciam e que são comunicadas através da cultura.

Dessa forma, é possível compreendê-la de uma maneira mais abrangente, pensando na sociedade humana como um todo, mas também o entendimento das particularidades dos grupos humanos e povos que a compõem.

Num olhar mais acurado sobre esses grupos é possível perceber as evidências sobre a grande disparidade entre as construções culturais. O entendimento sobre essas diferenças, o que as ocasionam, e por que razões foram motivadas são importantes para compreender como o sujeito enxerga a realidade em que está inserido. Cada realidade possui um sentido organizacional intrínseco que permeia as ideias e práticas, os conceitos e tradições, e as alterações que ocorrem no coletivo social. Não se deve esquecer de que esta realidade também sofre variações em virtude dessas sociedades estarem submetidas a diferentes contextos, ou seja, não se pode subestimar as contribuições da relação do homem com seu próprio meio na elaboração da cultura.

Todas as elaborações no âmbito de vestir, andar, se comunicar não são ocasionais e fazem sentido para o grupo que as produziu. Resultam da interação de elementos que estão relacionados com o meio e os materiais de que ele dispõe e a história vivenciada pela sociedade que as criou. A cultura evidencia os aspectos de uma realidade social, primariamente, e em seguida, remete ao conhecimento e ideias, ou seja, a algo mais abstrato de uma comunidade. (SANTOS, 1983, p.25).

Parte da realidade social é representada pelos bens tangíveis e também reconhecida como cultura material. No entanto, o que não se deve esquecer, é que esta, também não é estática e está em constante transformação, isso porque os artefatos se inserem em diferentes contextos, se remontam para formar diferentes realidades, modificam sua própria história de “vida” obtendo novos significados e servindo como recurso informativo para a compreensão do dinamismo social. (HAIGERT, 2011, p. 148).

Nesse sentido, a interação dos objetos/testemunho (totalidade material) e os contextos sociais onde estão inseridos (cultura total) nos ajudam a compreender a história de sociedades, tanto das que não tinham escrita e dependem dessas evidências para serem compreendidas bem como daquelas que possuíam registros escritos mas que muitas vezes deixavam de fora grande parte do cotidiano vivenciado pelo coletivo.

Essa interação permite também vislumbrar como os grupos que os produziram se organizavam e quais aptidões desenvolveram e difundiram no processo de utilização desses objetos, e, concomitantemente, facilita o entendimento sobre a percepção e a maneira de compreender do sujeito que recebe o conhecimento produzido pelo coletivo.

Conhecer e (re)conhecer esse patrimônio material são o princípio fundamental para a conscientização da relevância da preservação da memória social e do patrimônio cultural. Não se está falando aqui, da memória restrita ou individual, mas sim da coletiva, que preserva a identidade e as tradições de uma comunidade.

A memória valoriza aquilo que é importante para o grupo que decide o que quer preservar a partir de seus valores no presente. Ela é parte de uma realidade coletiva, e, por conseguinte, necessariamente social. As recordações não são individuais, são sempre coletivas. (HAIGERT, 2005, p. 108).

Após entender-se a importância da cultura material para a preservação da memória resta compreender o conceito relativo ao próprio patrimônio arqueológico.

A Arqueologia é a ciência que estuda as sociedades humanas através da cultura material inserida no contexto da cultura como um todo, tanto no sentido tangível como intangível, sem se preocupar com o elemento temporal. (FUNARI, 2006, p.15).

No entanto, ao se analisar o contexto de um sítio arqueológico, os objetos ali dispostos contam histórias sobre eles mesmos, sobre as habilidades utilizadas para desenvolvê-los e ainda, revelam, através das posições espaciais e contextos temporais, as relações sociais que podem ter se medrado naquele espaço, ajudando a vislumbrar as regras e princípios que permeavam o cotidiano da sociedade que ali vivia.

Ao estudar essa totalidade material fragmentada, residual, e envolvida por diversos elementos temporais, geográficos e geológicos presentes no sítio arqueológico, é de extrema importância enfatizar a cultura total da qual ela faz parte, entender o conjunto que esses elementos compõem, ou seja, o próprio sítio arqueológico, como um todo, pois os conjuntos chegam a nossa percepção antes que os elementos combinados que os formam. (MERLEAU-PONTY, 1983, p.103 e 104).

Portanto, o patrimônio arqueológico está além da cultura materializada em objetos e representada pelos artefatos encontrados nos sítios arqueológicos, mas se apresenta principalmente nos dados adquiridos através da disposição espacial, da maneira ocupacional e da escolha geológica do espaço.

Entre os procedimentos técnicos utilizados na Arqueologia que visam à construção do conhecimento e que, também terminam por contribuir com a preservação do patrimônio, está o salvamento arqueológico. De acordo com Bastos e Bruhns, as atividades desenvolvidas neste vão desde o levantamento, as prospecções, resgate dos vestígios (Figura 1) e estudos em laboratório até um trabalho mais técnico ligado a Educação patrimonial, exposição, divulgação acadêmica, curadoria e conservação preventiva (2011, p. 93 e 94).



Figura 1: Escavação no sítio arqueológico Santa Clara – 2011. Foto: Acervo LEPA.

Estas últimas atividades apontadas pelos autores são diretamente relacionadas ao âmbito museológico, e, portanto, realizadas através das técnicas museográficas, que torna possível a musealização do acervo.

No entanto, mesmo as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas técnicas museológicas, como a conservação dos materiais, já tem se tornado também preocupação das pesquisas arqueológicas. Isso fica evidente à medida que se observa como o desenvolvimento da investigação arqueológica passou a impulsionar o uso de novas práticas de conservação de material, incluindo a necessidade de espaços específicos para a realização deste tipo de atividade. (RODRÍGUEZ, 2006, p. 11).

Neste ponto, fica claro que as técnicas arqueológicas e as museológicas são complementares, tanto para preservação do acervo como para o estudo e manutenção das informações sobre do mesmo.

Dentro da Museologia tem havido uma ênfase maior na gestão de acervos, que está relacionada com todos os cuidados com os objetos desde o momento de sua entrada na instituição até o momento de seu descarte, caso seja necessário. O gerenciamento museológico compreende todas as atividades museográficas, a saber, a Documentação museológica, a Expografia, a Conservação, o armazenamento e organização do espaço arquitetônico para fins museológicos. Acredita-se ser importante explorar de que maneira esses procedimentos são utilizados para o benefício dos bens patrimoniais, portanto, discutir-se-ão à frente esses conceitos.

A Documentação museológica está relacionada com a manutenção das informações relativas a cada peça, por isso é importante à atualização e conservação dos dados relacionados ao acervo, pois está diretamente ligada a preservação da memória da própria instituição. (COSTA, 2006, p. 32).

Portanto, refere-se a todos os procedimentos de arrolamento, tombamento, classificação, catalogação, organização e controle do acervo através do registro físico, marcação do objeto, medição, pesagem, registro fotográfico; e de dados, que constitui o levantamento de informações descritivas e históricas e o armazenamento destas numa ficha. Todos esses procedimentos estão diretamente relacionados à gestão museológica e são de vital importância para a preservação.

Igualmente importante para a gestão do acervo são os procedimentos comum à área da Conservação, que entre muitas, contempla atividades como a higienização, o acondicionamento e o manuseio, seja durante as etapas de registro ou durante o armazenamento das peças, a finalidade é assegurar o acesso contínuo e o prolongamento da vida útil do objeto.

As duas práticas museográficas estão altamente relacionadas, é impossível executar a Documentação sem considerar a aplicação de pelo menos alguns procedimentos de conservação. Estas duas áreas da Museografia possibilitam o desenvolvimento do gerenciamento museológico de acervo, não desmerecendo as demais áreas museográficas aqui citadas anteriormente, igualmente importantes para a teoria museológica e sua práxis e que em alguns momentos serão citadas no trabalho, mas, no entanto, não serão aprofundadas aqui por não estarem diretamente relacionadas com a proposta desenvolvida à priori.

No que diz respeito à Documentação museológica, a entrada dos objetos ocorre quase totalmente por coleta no âmbito da Arqueologia, diferente de outros tipos de acervo, e quase que unicamente por lotes - à exceção das doações que são mais raras - ou seja, em grande quantidade, e vêm acompanhadas de um conjunto de informações comuns às peças e em muitos casos, ao lugar, ou sítio arqueológico de onde foram retiradas.

Então como se dá a Documentação museológica no caso da Arqueologia? Atualmente, tem havido muitas discussões sobre essa questão e também preocupação no tratamento mais adequado para acervos arqueológicos com metodologias mais apropriadas às particularidades desse patrimônio, que, como será discutido mais a frente, não se reduzem apenas aos objetos coletados pelo pesquisador, mas também pelo próprio sítio arqueológico como um todo.

Isso têm se tornado uma discussão rica no sentido de que o “objeto museológico” não se limita à própria peça em si, mas ela se estende ao contexto em que foi coletada (Figura 2). Por isso, a importância de se registrar não apenas os objetos, mas o próprio local onde esteve inserida, ou seja, o sítio arqueológico.



Figura 2: Urnas Funerárias no contexto onde foram encontradas. Sítio arqueológico de Marafiga – Distrito de Água Negra - dez. de 1999. Foto: Acervo LEPA.

Esse conceito é bem diferente do tradicional, usado na documentação de objetos históricos ou artísticos, que no tombamento, são dissociados do contexto em termos físicos. Isso poderia ser exemplificado com um objeto histórico: a caneta que a princesa Isabel

utilizou para assinar a Lei Aurea. O objeto histórico passa pela gestão documental, mas o próprio ato em si, a assinatura, o contexto e tudo que envolveu aquele momento histórico não estão incluídos de maneira direta como o bem patrimonial em si mesmo.

Por isso, pode-se dizer que o Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico está relacionado a um saber interdisciplinar, com objetivo de produzir conhecimento de interesse social e público através da preservação das evidências materiais da vida da sociedade humana como parte importante da memória social, que só ocorre a partir da sistematização de ações conjuntas desempenhadas pelas diversas instâncias governamentais envolvidas e pela sociedade civil (DELFORGE, 2011).

Finalmente, entendeu-se que as considerações conceituais aqui explicitadas serão importantes para o entendimento do trabalho e os critérios utilizados tanto para a elaboração como para a efetivação.

2. SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

Neste ponto do trabalho é imprescindível realizar uma revisão bibliográfica concernente à documentação museológica de forma mais ampla, e ainda, mais especificamente, como tem sido aplicada em acervos arqueológicos, assim como é importante também abordar e refletir sobre quais são as particularidades desse tipo de acervo que merecem detida atenção durante o processo de elaboração de um sistema de documentação e gerenciamento do acervo.

No que tange à Documentação Museológica pode-se dizer que é o conjunto de informações escritas e visuais sobre o acervo. Também pode ser entendida como um sistema de indexação de informação que concede ao acervo o status de fonte de pesquisa científica ao mesmo tempo em que o define como meio de propagação do conhecimento. No entanto, como é sabido, o termo sistema está relacionado ao desenvolvimento de técnicas e conceitos intrínsecos, com o objetivo de criar modelos tanto para a forma como para o conteúdo apresentado. (CÂNDIDO, 2002, p. 36)

O processo documental é parte importante da preservação do Patrimônio, pois através dele estabelecem-se procedimentos e métodos que facilitam o arrolamento e a recuperação dos dados sobre os objetos que também são documentos, em formato tridimensional, uma vez que são suportes que carregam em si mesmos, informações que são utilizadas como fonte de conhecimento.

A Documentação com o objetivo de musealizar é prática que se inicia desde a entrada dos objetos na instituição e continua durante toda a existência da peça. Ela registra e torna permanente todas as informações físicas e históricas do acervo, permitindo um controle sistemático das peças e a preservação das informações de maneira segura e acessível.

Para assegurar o registro das informações sobre o objeto no ato de entrada no acervo é essencial que ocorra um registro documental anterior a sua introdução na instituição.

É importante ressaltar que o sistema de documentação museológica tem também o papel de estabelecer uma relação entre o público, seja ele um pesquisador, um curioso ou um mero visitante, para com o acervo.

Nos últimos anos tem havido muitos avanços na área de Documentação Museológica, pois os diferentes acervos que antes eram analisados com uma metodologia mais geral e abrangente, usando sistemas que muitas vezes não atendiam às especificidades, hoje são

abordados considerando as características que os diferenciam de qualquer outro acervo, inclusive os de mesma tipologia.

As primeiras discussões sobre Documentação Museológica, por volta da década de 1970, focavam-se em criar uma ferramenta que preservasse um conjunto de informações relativas à descrição das peças no museu (ICOM/UNESCO, 1970, p. 55).

Apenas na década de 1980 é que a documentação museológica passa a se relacionar com a pesquisa científica a partir de duas vertentes: a francesa, que se preocupa com o objeto como fonte de informação e “portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que, para uma abordagem museológica, precisam ser identificadas”; e a americana, cujo objetivo maior é a eficiência na organização e indexação dos objetos e os dados registrados (YASSUDA, 2009, 35), tornado a documentação

“um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento... que, sobretudo na literatura produzida nos Estados Unidos, confunde-se com o que denominam Registration” (FERREZ, 1994, p. 65).

Na década seguinte, o enfoque passa a se concentrar na questão da terminologia e na criação de uma padronização no uso de vocábulos e também no aspecto descritivo do objeto que culmina na criação do Thesaurus para Acervos Museológicos consolidado como

“instrumento de controle da terminologia utilizada para designar os documentos/objetos criados pelo homem e existentes nos museus, em particular os de caráter histórico. Elaborado para atender, sobretudo, à recuperação de acervos museológicos, seja ela manual ou automatizada, procura apresentar um sistema internamente consistente para a classificação e denominação de artefatos.” (Idem, 1987, p. XVII).

Atualmente, o principal interesse dos organismos internacionais como o CIDOC/ICOM é a criação de normas de inventário que viabilize a padronização das práticas e o intercâmbio de conhecimento nesse campo. A recomendação é que as instituições que abrigam acervos de Patrimônio Material passem a basear-se “em ideias desenvolvidas por cinco projectos existentes, aplicados pela maioria dos museus. A abordagem global baseia-se no Manual de Procedimentos da AFRICOM, desenvolvido pelo ICOM e pelo Comité Coordenador da AFRICOM, para utilização nos museus em África (ICOM, 2004, p. 35-36)”.

Esse por sua vez,

“foi muito baseado num conjunto de directrizes mais gerais desenvolvidas pelo Comité Internacional para a Documentação do ICOM (CIDOC) (Conselho Internacional de Museus. Comité Internacional para a Documentação, 1995). O terceiro modelo geral é o padrão ESPECTRO, desenvolvido pela Associação de Documentação para Museus do Reino Unido (MDA). Todo o padrão ESPECTRO é uma publicação significativa (Associação de Documentação do Museu, 1997;

Ashby, McKenna e Stiff, 2001), mas o MDA também emitiu um manual de catalogação que incorpora os campos principais (Holm, 2002). O quarto padrão é o Objecto ID, desenvolvido como um guia específico para a informação, muito útil no caso de um objecto roubado (ver o capítulo sobre Tráfico Ilícito) (Thornes, 1999). O padrão final é o Dublin Core (DC), desenvolvido como meio para obter recursos de informação na Internet (Dublin Core, 2004).” (ICOM/UNESCO, 2004, p. 36).

Além disso, organismos em contexto nacional também têm se preocupado com a normatização da documentação museológica. O IPM (Instituto Português de Museus) criou normas de inventário a fim de padronizar os sistemas de documentação museológica acordando com a tipologia de acervo. Dessa forma, todos os procedimentos práticos e de organização das informações são elaborados de forma a atender especificamente acervos etnográficos, arqueológicos, de artes, de mobiliário, de esculturas, tratando-os de acordo com as necessidades (PINHO, 2000, p. 7 e 8).

O CIDOC/ICOM promove um trabalho focado na padronização de normas de documentação, “no que concerne aos temas do processamento técnico da informação, das linguagens documentárias, das terminologias, dos padrões, normas, modelos e formas de ação em variados meios comunicacionais etc.” utilizando como ferramenta diferentes grupos de trabalho, a exemplo do Conceptual Reference Model Special Interest Group, Grupo de Interesse Especial Modelo Conceitual de Referência criado em 2000 (LIMA, 2003, p. 139).

No entanto, em nosso país, esse organismo tem uma atuação pouco consistente, e, portanto, diferentemente da sua influência na Europa, exime-se da criação de normas e padronização em sistemas documentais.

No Brasil, a criação de normas padronizadas para sistemas de documentação está limitada a catalogação e a terminologia adotada, no entanto, experiências que estão funcionando em instituições que trabalham com acervos museológicos e o desenvolvimento de pesquisas com base em trabalhos bem sucedidos já estão sendo compartilhados no meio técnico e acadêmico.

O IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus - tem se preocupado em estabelecer uma normatização para o desenvolvimento dos trabalhos na área museológica, inclusive no âmbito da documentação, visto que uma das competências do órgão é “estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no país e promover seu desenvolvimento” (DECRETO Nº 6.845, 2009. Art. 2, Inciso II), no entanto, apesar dos esforços, devido ao pouco tempo de criação e atuação do órgão, este sistema ainda não foi totalmente viabilizado em âmbito nacional.

Ao contrário do que ocorria nas primeiras discussões sobre a documentação museológica, que estavam centralizadas em expor as dificuldades em desenvolver sistemas de documentação eficientes e condizentes com as necessidades técnicas das instituições museológicas, atualmente, a preocupação tem sido em apontar e apresentar soluções utilizadas nos espaços museológicos buscando a maior eficiência nos procedimentos de documentação, principalmente no que tange a salvaguarda, indexação e transmissão da informação. (YASSUDA, 2009, pp. 39)

2.1 Sistemas de Documentação Museológica na Arqueologia

O acervo arqueológico possui várias particularidades que devem ser levadas em consideração durante o processo de documentação museológica. Por isso, na última década tem ocorrido um esforço para criar sistemas de documentação que atenda essas peculiaridades.

A elaboração de sistemas específicos para cada tipo de acervo é algo relativamente novo, por isso, nos últimos anos tem havido um esforço tanto em âmbito internacional como em nosso país, na criação de sistemas documentais mais apropriados para coleções arqueológicas.

Entre as décadas de 1990-2000, o ICOM Comitê Internacional de Museus tem se esforçado em estabelecer uma padronização no que tange a documentação museológica do patrimônio material, no entanto, o sucesso desses projetos tem obtido maior efeito no continente africano e europeu (LIMA, 2003, p. 139).

Em Portugal, ocorre uma integração entre o gerenciamento arqueológico e a documentação museológica. O Instituto Português de Museus, criado em 1991, desenvolveu e implantou entre 1993 e 1994, o Programa Matriz para gerenciamento e documentação de acervos museológicos, que se encontra atualmente disponível em versão online no site do Instituto (Figura 3).

Em 2000, a partir da inter-relação com o Instituto Português de Arqueologia, utilizando o sistema *Endovellicus* como referencial para informações a serem preservadas sobre o acervo, o Programa Matriz passou por uma reestruturação para melhor preservar as informações dos acervos arqueológicos em instituições museológicas (RAPOSO, 2000, p. 27).

Esta foi uma contribuição importante para a elaboração do Sistema do Laboratório, pois o sucesso dessa inter-relação entre as duas áreas de conhecimento, serviu de incentivo para a busca de soluções no mesmo direcionamento que foi desenvolvido em Portugal, levando em consideração, é claro, as necessidades específicas no caso do LEPA-UFSM.

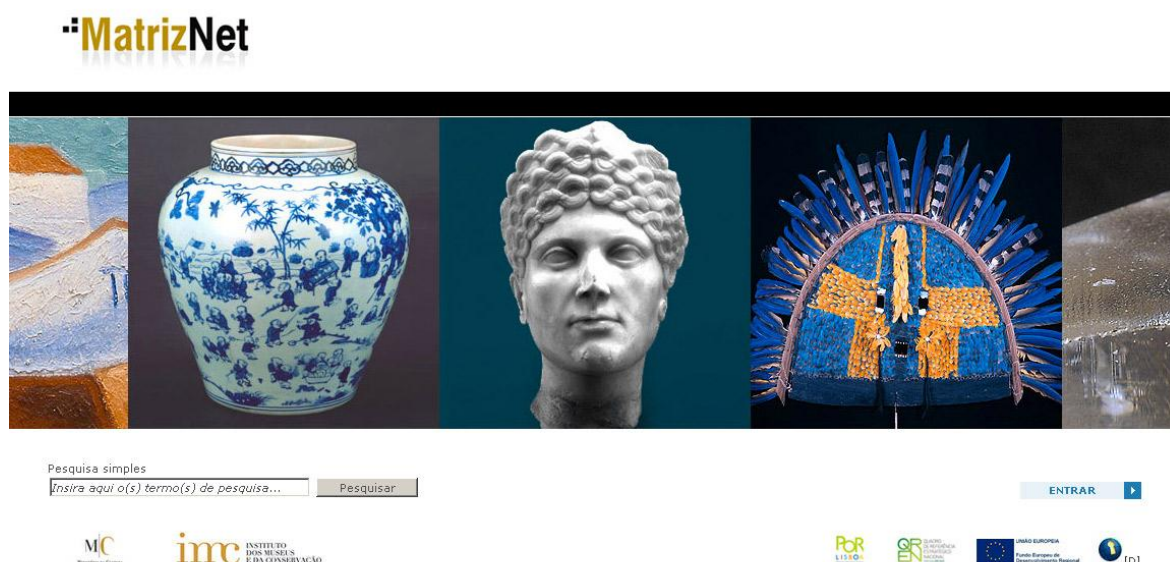


Figura 3: Página inicial do Programa MatrizNet. Disponível no endereço: <http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Home.aspx>.

Em âmbito nacional, apesar de não ter sido desenvolvida uma normatização ou sistematização na documentação museológica de acervos arqueológicos, como já foi dito anteriormente, nessa última década, têm sido desenvolvidas experiências e produções nessa área, que visam preservar as informações de ambas as áreas de estudo, conjuntamente, permitindo a conservação dos dados referente aos sítios arqueológicos e ao acervo coletado nele, levando em consideração aspectos já mencionados aqui anteriormente. A seguir destacam-se algumas experiências bem sucedidas a nível nacional.

Para o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA criou-se uma proposta de instrumento museológico documental (Figura 4) que realiza o gerenciamento de sítios arqueológicos no sentido de complementar a documentação do acervo MAE-UFBA, como forma de preservar as informações contextuais a que eles pertencem (COSTA, 2007, p. 9-12).


 MAE / UFBA	Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Museu de Arqueologia e Etnologia Centro de Documentação	Sítio / coleção: Nº do sítio:
	FICHA DE IDENTIFICAÇÃO SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	
1- REFERÊNCIAS DO SÍTIO:		
1.1- Sítio:		
1.2- Município:		
1.3- Estado:		
1.4- Localização:		
1.5- Sítios relacionados:		
1.6- Coordenadas geográficas:		
1.7- Referências cartográficas:		
1.8- Informantes:		
2- CARACTERÍSTICAS DO SÍTIO:		
2.1- Natureza do sítio:	2.1.1- Aberto: <input type="checkbox"/>	2.1.2- Fechado: <input type="checkbox"/>
2.2- Cronologia:	2.2.1- Pré-colonial: <input type="checkbox"/>	2.2.2- Colonial: <input type="checkbox"/>
		2.2.3- Pós-colonial: <input type="checkbox"/>
2.3- Tipo de ocupação:	2.3.1- Unidade habitacional: <input type="checkbox"/>	2.3.2- Unidade ritualística: <input type="checkbox"/>
	2.3.3- Unidade produtiva: <input type="checkbox"/>	2.3.4- Unidade defensiva: <input type="checkbox"/>
	2.3.5- Sem identificação: <input type="checkbox"/>	2.3.6- Outros: <input type="checkbox"/>
2.4- Tipo de testemunho:	2.4.1- Lítico: <input type="checkbox"/>	2.4.2- Cerâmico: <input type="checkbox"/>
	2.4.3- Ósseo: <input type="checkbox"/>	2.4.4- Restos de combustão: <input type="checkbox"/>
	2.4.5- Malacológico: <input type="checkbox"/>	2.4.6- Metálico: <input type="checkbox"/>
	2.4.7- Rupestre: <input type="checkbox"/>	2.4.8- Outros: <input type="checkbox"/>
2.5- Descrição do sítio:		
3- CARACTERÍSTICAS DA ÁREA:		
3.1- Clima:		
3.2- Recursos hídricos associados:		
3.3- Referência topográfica:		
3.4- Unidade geomorfológica:		
3.5- Vegetação:		
3.6- Altitude:		
3.7- Fatores de degradação:		
4- INFORMAÇÕES ARQUEOLÓGICAS:		
4.1- Tipo de trabalho:		
4.2- Tipo de registro:		
4.3- Referências bibliográficas:		
4.4- Data de registro:		
4.5- Pesquisador responsável:		
5- INFORMAÇÕES MUSEOLÓGICAS:		
5.1- Documentos relacionados:		
5.2- Trabalhos consultados:		
5.3- Referências bibliográficas:		
6- OBSERVAÇÕES:		
7- PREENCHIMENTO:		
7.1- Responsável:		
7.2- Data:		

Figura 4: Ficha de Identificação de Sítios Arqueológicos do MAE-UFBA (COSTA, 2007, p. 10-12).

Nesse sentido, essa ferramenta tem por finalidade atender as particularidades dos acervos arqueológicos, levantando as informações que não estão inseridas diretamente nas peças, mas que estão relacionadas a elas, no entanto, não se encontram inseridas nas fichas de catalogação, mas dispostas à parte, que tem por objetivo completar as informações da documentação museológica através dos dados sobre os sítios em um instrumento documental separado, agregando informações geográficas, geológicas, arqueológicas relativas ao sítio arqueológico e ainda, trazer informações que relacionem aos dados da respectiva documentação do acervo relacionado ao sítio catalogado.

O diferencial dessa proposta é que a ferramenta de gerenciamento dos sítios é extrínseca aos instrumentos de documentação museológica do acervo, mas ao mesmo tempo, ela serve para relacionar o material coletado no mesmo contexto, servindo para relacionar os diversos objetos do mesmo sítio arqueológico, como também, prestasse como ferramenta para intercambiar as informações relevantes tanto para a pesquisa arqueológica como em termos institucional.

Pode-se citar também o Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPR que optou por gerir seu acervo em banco de dados, a partir da gestão dos sítios arqueológicos, no entanto, as informações levantadas são relacionadas especificamente a localização, características físicas e descritivas, ainda, outros dados relevante no âmbito da Museologia. Em função disso, a instituição optou por criar um dossiê desmembrado em quatro partes com as informações geográficas, arqueológicas, geológicas e metodológicas concernente ao campo da Arqueologia; museológicas (relativas à vida pós-institucional, pois se trata de um processo realizado em coleção que já havia sido realizado na documentação anterior); dados quantitativos e por fim, dados qualitativos do material. É justamente o dossiê que tem por objetivo gerenciar as informações do acervo relacionadas aos dados dos sítios arqueológicos (LEAL, 2011, p. 50-55).

Ainda pode-se listar o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da UFPel que criou o Programa para o Gerenciamento do Acervo Arqueológico – PGAArq com a finalidade de preservar as informações do acervo e, concomitantemente, manter o registro dos sítios arqueológicos de onde se originaram o material.

O gerenciamento dos sítios utiliza como referencial o cadastramento de sítios arqueológicos, enquanto a gestão do acervo (Figura 5) está inserida dentro da mesma base de dados relacionando as informações acerca da documentação museológica do objeto (RAMOS, 2010, p. 30-31).



Figura 5: Interface do sistema de registro do acervo arqueológico – LEPAARQ – UFPel (RAMOS, 2010, p. 43).

2.2 As especificidades de Acervos Arqueológicos

A grande maioria dos objetos arqueológicos que constitui parte do patrimônio material é retirada do seu local originário. A escavação e a coleta desfazem as relações do objeto com a área de origem, impossibilitando a reintegração desses artefatos ao sítio arqueológico (COSTA, 2008).

Nessa perspectiva, entende-se que esses artefatos necessitam de um lugar não apenas para serem depositados, mas também preservado, pesquisado e divulgado. Quando da inserção desse(s) objeto(s) numa instituição museal, ou seja, com estes fins expostos acima, carecem de tratamento museológico.

No que tange a salvaguarda dos objetos, o tratamento museológico, é ainda essencial quanto ao acondicionamento do acervo, pois é passível de consideração tanto o material de composição da peça, que pode facilitar a sua degradação, quanto a sua singularidade. Sendo assim esses materiais que foram salvaguardados pelas próprias condições naturais do sítio durante milhares de anos até o momento da coleta, necessitam de cuidados particulares para sua continuidade fora do seu contexto original.

Por se tratar de um acervo basicamente adquirido em coleta todos os registros efetuados em campo durante o trabalho arqueológico são essenciais para assegurar a preservação do patrimônio a partir da introdução das informações na documentação museológica juntamente com o objeto no acervo. O registro arqueológico precisa ser o mais

minucioso possível para salvaguardar as informações do contexto de onde o objeto estava inserido, uma vez que este patrimônio não poderá mais ser re-inserido. Também é importante frisar que este processo de documentação poderá ser utilizado para apoiar novas pesquisas.

É notório, também, que o isolamento do artefato comprometeria os estudos relacionados a ele, impossibilitando inclusive, em alguns casos, a identificação da ação humana, por ausência de análise do contexto em que está inserido, ou seja, o sítio, inibindo o reconhecimento deste como objeto arqueológico.

Há ainda outra característica intrínseca ao material recolhido em sítios arqueológicos que diz respeito a grande quantidade de objetos fragmentados (Figura 6), bem como, objetos de cunho residual, que são importantes para o estudo e compreensão nas pesquisas arqueológicas. Não apenas esse tipo de material em si é importante, mas também suas relações e as análises efetuadas com o contexto (RAPOSO, 2000, p. 10).



Figura 6: Fragmentos de cerâmica Guarani. Coleção Vitor Hugo. Foto: Acervo LEPA, 2012.



Figura 7: Resíduo de lascamento. Sítio Santa Clara. Foto: Acervo LEPA, 2012.

Também não se podem desconsiderar os resíduos de produção dos artefatos (Figura 7), que auxiliam no entendimento sobre as formas de fabricação dos instrumentos, importantes no

âmbito científico, bem como outros aspectos que fogem ao controle e ação humana, como os fenômenos geológicos, biológicos e geográficos identificados a partir da análise do solo, das camadas estratigráficas, do clima da região, da localização do artefato (COSTA, 2008, p.3).

Neste respeito, no caso do material pré-colonial, pode-se enfatizar se o espaço foi utilizado apenas para a fabricação do material ou também para o uso desses utensílios em atividades cotidianas, ou ainda, a respeito de sítios coloniais, possibilitarem a determinação de espaços sociais.

É importante ressaltar que, este tipo de acervo é, em sua maioria, advindo de coleta, passam por um registro documental durante a pesquisa em campo. Esse registro visa salvaguardar não apenas as informações sobre os objetos coletados, mas também sobre o sítio arqueológico.

A partir da segunda metade do século XX, nos Estados Unidos, passou-se a incentivar o registro de informação sobre os sítios arqueológicos, essa preocupação em manter tais registros deu origem ao Cultural Resource Management, conhecido, no Brasil, como Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, que está amplamente relacionada com preservação da memória com a finalidade de evitar que todo o registro e conservação desse patrimônio se percam em virtude do avanço da modernização e criação de novos empreendimentos que têm ocupado essas áreas onde se encontram presentes.

Essa é uma importante particularidade do acervo arqueológico, pois segundo Silva e Lima (2007, p. 282), após a escavação, as informações sobre o sítio só poderão ser acessadas a partir do material e os respectivos dados coletados, e só a partir dessas informações é possível compreender os artefatos e ecofatos e contribuir no desenvolvimento das pesquisas científicas.

No entanto, é preciso entender como, na Arqueologia, toda a documentação é gerada e como a preservação desta contribui não apenas para o estudo dos objetos enquanto suporte de conhecimento, mas também como referência para musealização do artefato. Há diferentes maneiras de categorizar a documentação arqueológica, portanto, o referencial adotado propõe quatro tipos: *provenience documentation*, diz respeito a todo material de registro produzido na escavação; *analytic documentation*, produzida no laboratório através da manipulação e análise da peça; *administrative documentation*, referente à parte teórica da pesquisa, como o projeto e os dados financeiros; e *project reports*, documentos finais gerados pela pesquisa com a análise dos materiais e do contexto arqueológico (FOWLER & GIVENS, 1995, p. 2-4).

Ainda segundo Fowler (1982, p. 1)

“Since 1974, cultural resource management (CRM) has become an increasingly important part of the discipline of archaeology in the United States. Cultural resource management has developed in response to federally mandated programs to inventory, to assess the significance of, and to manage cultural resources on public lands. Since 1960 a number of methodological and theoretical advances have been made within the field of archaeology that have various implications for the practice of CRM.”

Algo singular também ocorre relativo ao sistema de proteção legal de bens arqueológicos. Isso ocorre em muitos países, a exemplo dos Estados Unidos que estabeleceu um sistema de proteção em meados dos anos 60 estabelecendo um controle sobre o patrimônio nacional, incluindo o arqueológico. Em Portugal, desde 1970, a partir da criação do Instituto Português de Arqueologia, há uma preocupação em estabelecer o gerenciamento e a preservação deste tipo de patrimônio.

No Brasil, em 1937, foi fundado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), um órgão de proteção ao patrimônio em âmbito federal, que mais tarde se converteria no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O papel desse órgão era a proteção do patrimônio material, que foi classificado em Livros de Tombos, instituídos quando da sua criação, entre eles, o patrimônio arqueológico (JULIÃO, 2002, p. 23).

Hoje, ao IPHAN compete gerenciar, zelar pela preservação, fiscalizar e conceder autorizações de pesquisas relativas ao patrimônio arqueológico. Inclui, também, a salvaguarda das informações dos relatórios técnicos elaborados após as pesquisas devidamente autorizadas.

No entanto, a padronização de normas quanto ao levantamento e identificação de sítios e acervos arqueológicos só foi estabelecida em 1997, pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico e disponibilizado pelo próprio IPHAN em seu portal na internet, através de um cadastro de sítios em âmbito nacional. Para este gerenciamento, importa: os dados descritivos e visuais sobre o sítio arqueológico; o material coletado; e finalmente, como se dará o processo de proteção patrimonial ao acervo gerado a partir da pesquisa (<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>).

Em virtude de todas as particularidades aqui expostas, é imprescindível a criação de um sistema de documentação museológica que atenda as necessidades do acervo e leve em consideração as características específicas desse tipo de patrimônio na realização da curadoria dentro da instituição museológica e, também, na subsequente musealização dos bens arqueológicos através da documentação.

3. O SISTEMA LEPA/UFSM

Dando prosseguimento aos métodos de criação de um sistema de documentação museológica para acervos arqueológicos realizou-se a criação de um sistema atendendo as necessidades particulares do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM).

Como justificativa para a realização dessa segunda etapa, entende-se que é fundamental tornar possível através da documentação museológica, o acesso ao acervo, organizado e com um bom sistema de documentação e classificação, com os dados quantitativos e informações atualizadas tornando simples o processo de indexação. Isso facilita o desenvolvimento de pesquisas sobre as coleções, tornando eficaz a localização tanto do objeto físico como das informações disponíveis sobre ele.

"Para a documentação de gestão museológica, a classificação é compreendida como uma etapa de caráter científico a ser cumprida pelos pesquisadores e curadores das diversas áreas de estudo do museu. Portanto, a classificação está menos vinculada, nesse caso, a uma ordenação hierarquizada, e mais aos métodos de reconhecimento científico e suas articulações." (BOTTALLO, 1998, p. 263).

Assim, o sistema de classificação é o ponto de partida e serve como base para todo o desenvolvimento do sistema documental. É através dele que, após o reconhecimento científico dos objetos, sabe-se realmente onde registrar as informações sobre as coleções do acervo e, também, de que maneira elas estão subdivididas, bem como, os objetos que as compõem, para efetivamente processá-las de forma mais adequada no que concerne a documentação museológica.

Os critérios para definir de que forma será realizada a Classificação do acervo podem ser diversos e depende das especificidades de cada coleção. Alguns deles são bastante utilizados no campo museológico, entre eles está agrupar os conjuntos de objetos de acordo com sua função para a qual foi criada, ou em alguns casos, para a qual foi adaptada na utilização cotidiana.

Independente de qual seja o critério adotado para criar o sistema de classificação, levando a consideração "as diversas tipologias de objetos existentes em acervos museológicos constituem um amplo campo de pesquisa da cultura material, proporcionando uma contribuição crítica sobre a relação passado/presente." (CÂNDIDO, 2002, p. 40).

O tópico a seguir tratará do sistema de classificação do LEPA e como ele foi desenvolvido, os critérios usados para a elaboração e como ele atende as especificidades do acervo.

3.1 Classificação

O sistema de classificação dos acervos do Laboratório foi desenvolvido a partir de três critérios: primeiramente a coleção, que está diretamente determinada pelo sítio arqueológico em que o acervo dela foi coletado, e isso porque, o próprio sítio arqueológico estará documentado no instrumento de registro, como Categoria; em seguida a tipologia do acervo, ou seja, a estrutura física predominante do objeto determinará a Subcategoria; e por fim, a localização da coleta do grupo de objetos ou peças distintas, que servirão para identificação individual e/ou em lote dos objetos.

Esse sistema atende as características apontadas por Bottallo:

“Todas as estratégias da documentação museológica realizam seus pressupostos objetivando a preservação, reconhecimento, hierarquização, guarda e recuperação do objeto material e suas informações, permitindo que, através da consulta a seus arquivos e bancos de dados, seja possível acessar documentos de gradações diversas, que estejam relacionados com a coleção do museu e cujo uso possibilite a divulgação de seus conteúdos, respeitando os princípios estabelecidos por meio de um plano diretor.” (1998, p. 260).

É necessário, no entanto, salientar que no caso da coleção Vitor Hugo, em virtude da quantidade de peças retirada de todos os sítios arqueológicos por ele escavados, não terem sido quantitativamente expressivo para abrir coleções separadamente, realizou-se um trabalho de classificação específico para esses objetos, fazendo com que todo o acervo fosse considerado uma coleção única, e os dados relativos ao sítio arqueológico foram identificados em um campo específico da ficha de registro, conforme apresentado mais a frente no capítulo sobre a aplicação do sistema documental do LEPA na coleção Vitor Hugo.

Em virtude de que alguns sítios arqueológicos sofreram várias campanhas de intervenção, entendeu-se que o registro temporal da entrada dos objetos no acervo, que é de extrema importância, não deveria ser utilizado como critério de classificação para não causar a criação de várias micro-categorias que dificultariam uma visão mais ampla. Por isso, a opção foi realizar dentro do registro de cada sítio a criação de um campo específico para identificar o ano da campanha de intervenção e conseqüentemente, a entrada dessas peças no acervo.

No processo de Classificação é importante decidir o tipo de sistema de numeração mais adequado para o acervo. No caso do LEPA, por se tratar em sua maioria de objetos obtidos a partir de coleta realizada dentro de projetos de pesquisa arqueológica, neste caso será adotado o sistema tripartido, ou seja, com três partes distintas para identificação.

Portanto, o sistema ficou configurado de forma que, as iniciais da coleção constarão como primeiro fator identificador, em seguida, um número em algarismo romano que identifica a tipologia do acervo e, por último, o número identificador do lote, quando necessário e do objeto em algarismo arábico.

Três coleções já se encontram em processo de registro e já estão sendo identificadas com as siglas, tanto na peça quanto nas fichas de registro: dentro do acervo do professor Vitor Hugo, as coleções: Alto das Palmeiras com a sigla AP, Rincão dos Flores, sigla RF e Boca da Picada, sigla BP. Também está passando pelo processo de registro a coleção Santa Clara, da Estância Santa Clara, sob a sigla SC e o Rincão do 28, sigla VO.

Em caso de dois sítios arqueológicos possuírem as mesmas iniciais, será adicionada uma terceira letra de identificação na sigla que designa o sítio, proveniente de um das palavras que compõem o nome do sítio arqueológico.

Quanto a subcategorias que identifica a tipologia da peça e está determinada por um algarismo romano, definiu-se a classificação de acordo com o material que compõe predominantemente a estrutura do objeto de acordo com o tipo de composição que existem no acervo do LEPA: I para Lítico; II, Cerâmica; III, Cerâmica Histórica; IV, Vidro; V, Metal; VI, Osso; VII, Plástico.

A título de exemplo, determina-se o número de inventário de um objeto de cerâmica guarani da Coleção Alto das Palmeiras do acervo Vitor Hugo, supondo que ele seja o primeiro objeto a ser inventariado, ter-se-á: AP/II/0001. Sendo AP a sigla da coleção, II é o número em algarismo romano que determina a tipologia da coleção, neste caso cerâmica, e o número corrido que corresponde à unidade única do objeto, que terá a quantidade de casas decimais consistente com o quantitativo da coleção.

Depois do acervo devidamente organizado com um sistema funcional de classificação é necessário coletar os dados para inserir na ficha de registro, isso só é possível através de pesquisa minuciosa em fontes primárias e secundárias disponíveis.

3.2 Pesquisa

A metodologia básica aplicada inicialmente é utilizar as informações primárias sobre a coleta e o histórico das peças e das coleções que foram recuperadas a partir dos catálogos de registro de campo.

Nesses catálogos, os pesquisadores têm por hábito, sempre que vão processar material coletado em salvamento arqueológico, reunir e registrar as informações mais relevantes para a análise. Esse registro, normalmente possui o número de campo da peça, ou do conjunto delas, a localização no sítio (quadrícula ou o eixo X-Y-Z), a tipologia do material, o município onde foi encontrado e a campanha em que foi feita a intervenção arqueológica.

Outro aspecto importante para a pesquisa são as fontes primárias geradas pelos diários de campo, croquis e fotografias durante a intervenção arqueológica. Todos esses dados são essenciais para compreensão da coleção e da peça, e alguns podem ser incluídos diretamente no banco de dados, enquanto a maior parte das informações é utilizada no registro de maneira indireta.

Há ainda, as fontes secundárias de informação que muitas vezes são resultado de pesquisas realizadas por estudiosos que se especializaram em uma coleção específica, tornando as informações mais detalhadas relativas ao sítio arqueológico e, em muitos casos, sobre algumas peças, esse tipo de informação encontra-se nos trabalhos acadêmicos a título de graduação e pós-graduação depositados na biblioteca do LEPA, dos relatórios e documentos administrativos sobre as intervenções e o material arqueológico coletado.

No entanto, em alguns casos, é necessário mais do que a documentação escrita para recuperar detalhes importantes para a documentação museológica, e que, muitas vezes, sem tanta importância no âmbito da arqueologia. Para a realização desse tipo de pesquisa, conta-se com as coletas de informação oral, dados coletados a partir das memórias do Coordenador do LEPA, Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder, que também coordenou a maior parte dos projetos que geraram as coleções presentes no acervo do Laboratório; sem esquecer-se que essa memória também foi utilizada como fio condutor para preencher as muitas lacunas sobre trabalhos realizados pelo Professor Vitor Hugo que estão salvaguardados no Laboratório, não apenas pelo conhecimento do trabalho desse pesquisador, mas também pelas campanhas posteriores realizadas em alguns sítios arqueológicos escavados por ele.

De posse das informações necessárias sobre o acervo, faz-se imprescindível o procedimento de registro das peças utilizando as ferramentas disponíveis e acessíveis ao sistema documental criado e que atendam de maneira mais ampla as especificidades das coleções do espaço museal.

3.3 Registro

O registro pode ser efetuado a partir de diferentes ferramentas na Documentação Museológica. Segundo Bottallo,

“De fato, o que existe são procedimentos normatizados por meio de tipos documentais distintos tais como fichas catalográficas, livros de tomo e inventários. Porém, os conteúdos de tais documentos de controle são múltiplos e modificados em função das necessidades de cada coleção em particular.” (1998, p. 257 e 258).

As mais utilizadas nessa área técnica são Livro de Tombo ou Livro de Inventário, e a Ficha de Registro ou Ficha de Inventário, e ainda, mais recentemente, o Banco de Dados. Embora atualmente, o uso de banco de dados tenha tido uma ênfase maior nos trabalhos desenvolvidos na gestão de acervos, ainda assim, tem se mantido uma documentação impressa por meio de fichas de registros, para maior segurança da manutenção das informações sobre o acervo.

O livro de tomo possui informações mais gerais sobre a peça com a intenção de preservar de maneira mais rápida os dados mais genéricos de cada peça. Por isso a descrição das peças é realizada de maneira sucinta e padronizada. Já a Ficha de Registro tem a função de identificar o objeto e diferenciá-lo dos demais, dando-lhe uma identidade formal e registrando pormenores que possibilitam sua distinção de outras peças.

Em virtude de existirem os livros ou catálogos de campo com as informações mais abrangentes sobre as peças coletadas no sítio, foram utilizados como fonte de recuperação mais rápida, pois se entende que ele cumpre melhor esse papel no caso específico do acervo arqueológico, visto que muitas das informações contidas no livro de Tombo seriam repetitivas para este tipo de acervo, diferentes das categorias ligadas a Museus de História ou de Arte, onde a função do objeto ou a nomenclatura, ou ainda, o modo de aquisição são relevantes no livro de Inventário.

Segundo Camargo-Moro, a importância da ficha catalográfica ou catálogo ocorre por ser ela

“a forma gráfica essencial de documentação do museu; trata-se de um meio de comunicação típico e objetivo para difusão de suas propostas. Através dele o museu comunica os estudos e pesquisa que vêm sendo realizados sobre um determinado aspecto, utilizando seus próprios meios de interpretação: a concentração na peça, sua imagem, interpretação, sua relação com o meio ambiente.” (1986, p.225).

No caso específico do acervo LEPA-UFSM, a ficha de Inventário foi criada como principal instrumento museológico por conter os dados e informações precisas sobre o objeto, no entanto, por não se dispor atualmente de espaço físico suficiente para a criação de um setor de Documentação Museológica com arquivos contendo todas as Fichas de Registro em modo impresso, optou-se por realizar a salvaguarda dessas informações apenas em âmbito digital, em Banco de Dados, e, é claro, manter sempre uma cópia atualizada nem disco rígido externo para em caso de problemas nas máquinas onde estão sendo efetuados os registros.

A Ficha foi desmembrada em cinco campos principais: o primeiro, com informações referentes ao sítio arqueológico; o segundo, é uma sub-ficha com as informações sobre o lote ou a peça; o terceiro, com dados sobre as peças individuais; o quarto campo descrevendo Estado de Conservação; e a última, informando os dados sobre as Intervenções realizadas em cada peça (Figura 8). Cada um deles está organizado da forma que estão descritas a seguir.

Na primeira parte da ficha, têm-se os dados relativos ao próprio sítio arqueológico:

Sítio: Nome do sítio arqueológico.

Município: Nome da cidade ou município onde o sítio arqueológico está situado geograficamente.

Campanha: Ano em que os objetos foram coletados e conseqüentemente deram entrada no acervo do Laboratório.

Denominação: Nomenclatura arqueológica de identificação do sítio.

Arqueólogo Responsável: Trata-se do coordenador da equipe de salvamento arqueológico realizado no local.

Histórico: Contem as informações sobre a intervenção realizada e as referências históricas do sítio arqueológico.

Descrição: Contem os dados físicos, geográficos e arqueológicos observados no sítio arqueológico.

Croqui: Um desenho digital elaborado com os programas de editoração de imagem e desenho vetorial, bem como um programa de projeto e desenho auxiliado por computador, a partir de esboço feito em campo.

Foto do sítio: Dois espaços utilizados para inserir fotografias retiradas em campo do processo de intervenção arqueológica.

Na segunda etapa da ficha estão formulados os dados mais específicos relativos ao conjunto de objetos escavados em um mesmo espaço geográfico do sítio arqueológico.

Nome da Instituição: LEPA (Sigla do Laboratório).

Super-Categoria: Tipologia física, ou seja, a estrutura do material que compõe a maior parte do objeto.

Número de Registro: número único de identificação de um conjunto de peças.

Número de Registro de Campo: numeração atribuída pelo registro arqueológico.

Modo de Incorporação: doação, coleta, achado, compra.

Data da Incorporação: a data exata (dia, mês e ano) ou data aproximada (intervalo mínimo).

Datação: Época ou período (ex.: Paleolítico), Data exata (ano ou século), Data aproximada (Ex.: séc. XVIII-XIX).

Justificação da Data: por datação direta, pela datação do contexto de recolha, por aproximação formal e técnica com peças de igual tipologia, pela representação de determinados elementos identificando-os, por tradição ou atribuição feita, determinando os fundamentos ou nome do pesquisador.

Descrição: Quantidade de peças e particularidades da quadricula ou região onde foram encontradas.

Contexto Arqueológico: Estação, Quadrícula, Camada Estratigráfica.

Exposições: todas as exposições em que a peça esteve presente por ordem cronológica.

Bibliografia: obras em que a peça aparece efetivamente citada; obras com referências a peça (tipologias ou paralelos que permitam a datação ou contextualização); obras com referência direta ao sítio arqueológico de que a peça provém.

Observações: informações relevantes que não estejam especificadas nos outros campos.

Responsável pelo Registro: nome completo do responsável pelo preenchimento da ficha.

Data do Registro: data do preenchimento da ficha.

Localização: Estante, prateleira, caixa onde está acondicionada a peça.

Na terceira parte da ficha registraram-se os dados mais específicos relativos a cada peça.

Denominação: Item para o nome do objeto.

Número de Registro: Da peça, se for única no lote ou de seus desmembramentos, quando existirem.

Marcas e Inscrições: elementos apostos na fabricação do objeto (fotografar individualmente e com qualidade cada uma das marcas; ou efetuar a reprodução manual

através de desenho: cerâmica, decalque com grafite e papel fino; metal, com papel alumínio e cabo revestido de veludo).

Descrição: do geral para o particular. Em fragmentos, primeiro identificar a peça tal como se reconstitui e depois particularizar o que se conserva; descrever primeiro a forma e a estrutura e depois os elementos e técnicas decorativos.

Dimensões: peso, medidas (altura, comprimento, largura, diâmetro máximo e mínimo).

Imagem: Foto da peça específica. Foto digital de 720 x 576 pixels (resolução padrão adotada internacionalmente).

Na quarta parte da ficha registraram-se os dados de conservação relativos a cada peça.

Estado de Conservação: Bom, Regular, Ruim, Péssimo.

Diagnóstico: descrever a situação de conservação do objeto.

Recomendações: descrever os procedimentos de cuidados para o objeto: de manuseio, de locomoção, de restauro ou qualquer outro necessário.

Acondicionamento: descrição dos procedimentos e materiais utilizados no acondicionamento do objeto.

Na quarta parte da ficha descreveram-se as intervenções realizadas em cada objeto.

Objetivos da intervenção: Limpeza, remoção de sais solúveis, colagem, reintegração estrutural e cromática.

Procedimentos: Descrição de todos os procedimentos a que o objeto foi submetido, apontando a data de cada um deles, ao final da descrição.

Data de início: data em que se iniciaram os procedimentos de intervenção.

Data de conclusão: data em que finalizou os procedimentos de intervenção.

Responsável pela Intervenção: Nome do profissional que executou a intervenção na peça.

Dados dos procedimentos: dados que especifiquem o grau de intervenção, o tipo de produto aplicado e o tempo de aplicação.

Foto Antes: Registro fotográfico realizado antes da intervenção.

Foto Depois: Registro fotográfico realizado depois da intervenção.

<p>IDR: 1</p> <p>Denominação: VAC 5</p> <p>Sítio Arqueológico: Cabeceira do Ramundo</p> <p>Município: Santa Maria</p> <p>Arqueólogo Responsável: Vitor Hugo da Silva</p>		<p>Foto do Sítio</p>		<p>Imagem</p>	
<p>Histórico</p> <p>Nesse sítio, no dia 22/06/1985, foi iniciada a primeira coleta superficial sistemática, com grande quantidade de fragmentos de cerâmica, cerâmica e nenhum artefato lítico. Nessa ocasião é que foi possível localizar as duas concentrações, sendo a 'A' caracterizada pela existência de uma mancha preta, denunciada por essa coloração do terreno, cuja forma mais ou menos ovalada possui 210m². A espessura máxima dos sedimentos-carreada de ocupação foi 28cm, parecendo indicar uma ocupação temporária, uso de 4, alto-alinhamento. Posteriormente, no dia 7 de setembro do mesmo ano, foram tiradas duas fotos em preto e branco, as 14050mm, nas orientações sul para norte e leste para oeste. Uma vez delimitada a área, procurou-se em seguida o levantamento topográfico de todo o sítio, alcançando uma área de 8,8km². Na concentração 'A', o terreno é bastante constituído de gramíneas. Com relação à concentração 'B', existem também gramíneas em grande quantidade e, por falta de tempo, não nos foi possível realizar prospecção ou levantamento topográfico. Entretanto, foram coletados alguns fragmentos de cerâmica para análises químicas (grantação de cálcio), análises microscópicas que o sítio está pertencendo até uma profundidade de 15cm, aproximadamente.</p>		<p>Foto do Sítio</p> <p>25°04'138" S 461,461: 135 a 150</p>		<p>Denominação: Fragmento de cerâmica</p> <p>Fragmento de cerâmica</p> <p>Altura em cm: 1,5</p> <p>Largura em cm: 1,3</p> <p>Espessura em cm: 1</p> <p>Id_Registro: 5</p> <p>Id_Registro: CR 010002.11</p> <p>Id_Registro: 38</p> <p>Peso g: 5</p> <p>Diâmetro máx. em mm: 1</p> <p>Diâmetro mín. em mm: 1</p> <p>Marcas/funções: 1</p>	
<p>Descrição</p> <p>O sítio arqueológico está situado na localidade conhecida como "Cabeceira do Ramundo", no 7º Distrito de Boca do Monte, pertencente ao município de Santa Maria, sendo seu atual proprietário a senhora Ivá Tereza Galvão. O terreno recebido da saída de Santa Maria para as cidades de Rosário do Sul e São Pedro do Sul constitui-se no ponto referencial escolhido para situar o sítio arqueológico. A partir desse terreno segue-se pela estrada pavimentada BR-287, que liga Santa Maria a São Pedro do Sul, percorrendo-se 12,4km. Neste ponto, encontra-se à esquerda uma estrada de chão que vai para São José da Porteira. Nesta última, a 500m da BR-287, encontra-se à esquerda outra estrada também de chão, chamada de Roca dos Barros, contornando-se daí mais 4,3km, notando-se outra estrada agora à direita, a 500m desta, seguindo-se ainda pela mesma que vai para São José da Porteira. Situa-se um armazém (Bodega) próximo à Bodega, na qual segue-se para o sítio. A 600m encontra-se outra estrada e, daí a mais 3,2km, a estrada que leva ao sítio arqueológico. O sítio arqueológico encontra-se no município de Santa Maria cerca de 21,8km, na direção leste-oeste. Situa-se aproximadamente a 300m das nascentes do Arroio do Ramundo, do nome do sítio, "Cabeceira do Ramundo", cuja água é RS, porque o mesmo foi encontrado no município de Santa Maria, Estado do Sul, VACM15 que diz ser Boca do Rio Vacaal-Mirim, e o número 5, por tratar-se do quinto sítio a ser investigado. A sua localização GPS é 221010545 (708)116 Este lote possui nove peças de material lítico em técnica de lascamento coletadas nesse sítio. Este material foi retirado da concentração 'C', dentro da</p>		<p>Material cerâmico com aplicação técnica decorativa conhecida como conchugada na parte externa da peça. A peça possui coloração avermelhada.</p>		<p>Material cerâmico com aplicação técnica decorativa conhecida como conchugada na parte externa da peça. A peça possui coloração avermelhada.</p>	
<p>ID: 1358</p> <p>Id_Registro: 38</p> <p>Id_Registro: 5</p> <p>Id_Registro: CR 010002.11</p> <p>Id_Registro: 38</p>		<p>ID: 1358</p> <p>Id_Registro: 38</p> <p>Id_Registro: 5</p> <p>Id_Registro: CR 010002.11</p> <p>Id_Registro: 38</p>		<p>ID: 1358</p> <p>Id_Registro: 38</p> <p>Id_Registro: 5</p> <p>Id_Registro: CR 010002.11</p> <p>Id_Registro: 38</p>	
<p>Objetivos da Intervenção</p> <p>Objetivos da Intervenção</p>		<p>Objetivos da Intervenção</p> <p>Objetivos da Intervenção</p>		<p>Objetivos da Intervenção</p> <p>Objetivos da Intervenção</p>	
<p>Processamento</p> <p>Processamento</p>		<p>Processamento</p> <p>Processamento</p>		<p>Processamento</p> <p>Processamento</p>	
<p>Responsável pelo Registro: Luciana Meseder Barand</p> <p>Responsável Atualização: Última Atualização</p>		<p>Responsável pelo Registro: Luciana Meseder Barand</p> <p>Responsável Atualização: Última Atualização</p>		<p>Responsável pelo Registro: Luciana Meseder Barand</p> <p>Responsável Atualização: Última Atualização</p>	

Figura 8: Layout da Ficha de Registro do Banco de Dados LEPA-UFSM. Imagem copiada da tela do Base – Libre Office em 19/07/2013. Imagem: Acervo LEPA.

Outros instrumentos, além da ficha de registro foram elaborados para a prática da documentação museológica dentro da instituição.

Em caso de peças doadas ao LEPA, foi implantada uma Política de Aquisição para a seleção do acervo, amparada na identificação dos objetos com as coleções já existentes. E considerando ainda parâmetros como o estado de conservação, a relação histórica com as coleções já existentes e o histórico da peça até sua entrada no acervo. Este documento encontra-se nos anexos.

Também, sempre que forem requisitados por empréstimos peças da coleção LEPA-UFSM para serem realizadas exposições serão utilizadas como ferramentas documentais o contrato de cedência e o formulário de verificação quanto ao estado de conservação dos objetos cedidos. Esses instrumentos também foram elaborados durante a realização desse trabalho e encontram-se também nos anexos.

É possível que o objeto chegue a uma situação que se faça necessário o abatimento. O abatimento de peças do cadastro deve ser sempre um processo bem documentado, e embora a peça não esteja mais presente fisicamente no acervo, as informações e documentos relativos ao objeto devem ser mantidos.

No Laboratório, há uma Comissão de Descarte – formada por dois arqueólogos e um museólogo – com a finalidade de avaliar cada peça individualmente e realizar o procedimento de descarte, caso seja necessário.

A ficha de Registro da peça não deverá ser apagada da base de dados do acervo, devendo ocorrer o registro de que a peça foi abatida do cadastro, bem como os motivos que o ocasionaram - acidente/destruição, perda/roubo, envio para a datação – cujo objetivo é determinar a idade de um objeto, e, no caso LEPA, o método utilizado (LOE-luminescência opticamente estimulada) causa a destruição completa da peça, reavaliação do interesse patrimonial, transferência/doação à outra instituição, a data, e se for o caso, a identificação completa do novo proprietário.

4. PROCEDIMENTOS DE REGISTRO

A partir deste momento e nos próximos tópicos serão apresentados os procedimentos e métodos aplicados e a descrição de como foram empregados para a realização do nosso objetivo principal, a elaboração do sistema documental para acervos arqueológicos e aplicação ao nosso objeto de estudo, a saber, o acervo do LEPA-UFSM.

Os objetos são testemunhos que preservam intrinsecamente informações que, de outra maneira, não se teria acesso. Através deles, é possível adquirir referências históricas e culturais e alcançar a familiarização com contextos que nos fazem compreender melhor a memória preservada de grupos e sociedades que hoje não existem mais.

Para efetuar o registro físico da peça é necessário mais do que apenas numerá-la utilizando uma tinta aplicada por algum instrumento. Para efetivamente realizar o registro, e isso inclui todas as etapas de coleta física do objeto, é necessário utilizar um plano com procedimentos apropriados relativos à limpeza, marcação, coleta de dados físicos e acomodação ou acondicionamento posterior.

Os desafios na preservação de objetos arqueológicos estão diretamente relacionados com as especificidades dos artefatos. Antes de tudo ressalta-se que, antes do salvamento arqueológico, esses objetos estiveram instalados em espaços que criaram um micro clima, que permitiu, de certa maneira, sua preservação até nossos dias, mas que, muitas vezes, quando retirado desse local, precisam de cuidados especiais para a manutenção do estado de conservação.

É por isso importante que o tratamento do acervo coletado em campo seja efetuado em espaço específico para este procedimento.

Entre os procedimentos iniciais, logo que as peças chegam ao Laboratório, está a higienização dos objetos. A realização desta etapa metodológica ocorre logo após distribuição sistemática do material, em mesa de pesquisa, conforme procedimentos que serão apresentados no último capítulo.

Não se pode esquecer que a higienização deve ser efetuada com responsabilidade, avaliando cada caso individualmente, afinal um objeto nunca é igual ao outro. Mesmo ao realizar a limpeza de peças com semelhantes características, é necessário considerar, em cada caso, separadamente, como a ação do tempo e os locais onde estiveram submetidos interferiram em seu estado físico e químico.

Além disso, é importante frisar que o objeto precisa de cuidados ainda maiores para manter seu estado de conservação depois da entrada na instituição, não apenas para a realização de futuras pesquisas, mas também como fonte de memória a ser preservada, levando em conta que “é necessário refletir sobre o fato de que o patrimônio cultural é não renovável e que as gerações futuras têm o direito de conhecê-lo.” (CÂNDIDO, 2004, p. 22).

Em virtude dessas especificidades, a preservação dos acervos arqueológicos tem sido preocupação constante de conservadores e profissionais que trabalham com a curadoria de maneira geral, e por isso, mais recentemente, têm discutido métodos específicos de tratamento para serem aplicados neste tipo de acervo.

Algo que é de consenso para curadoria desses acervos é a importância em estabelecer, a partir do estudo dos materiais que compõem o acervo, os procedimentos mais adequados para realizar a conservação preventiva e articulá-la com os métodos de conservação já praticados por profissionais da Arqueologia.

A Conservação preventiva é fundamental para preservação do objeto, pois:

“(...) enfoca todas as medidas que devem ser tomadas para se aumentar a vida útil do objeto ou retardar seu envelhecimento. Para isto, deve-se, em primeiro lugar, conhecer a estrutura física da peça, ou seja, a matéria e a técnica empregadas na sua confecção, as quais, conjuntamente, irão definir procedimentos básicos de conservação.” (DRUMOND, 2002, p.108).

Diante de tudo isso, apresenta-se inicialmente neste capítulo os procedimentos de higienização e marcação nas peças do acervo do LEPA. Os procedimentos aqui apresentados têm como base a pesquisa de especialistas na área de curadoria, de forma geral, bem como metodologias utilizadas por profissionais que tratam especificamente acervos arqueológicos. Também são apreciados aqui, dados coletados a partir da experiência prática executada por pesquisadores no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, através de procedimentos praticados na Arqueologia.

4.1 Acondicionamento do acervo

É essencialmente importante manter o acervo em boas condições, garantindo a proteção física de cada peça e possibilitando um correto armazenamento, seja em local público (na exposição), ou em local de acesso restrito (Reserva Técnica).

As condições ambientais as quais os objetos são submetidos, independentemente da sua localização no museu, devem atender o melhor possível à manutenção do estado de conservação das peças. Para isso é necessário não apenas conhecer bem os objetos, como também adotar procedimentos e métodos adequados para alcançar este objetivo.

Os materiais que compõem as peças nem sempre promovem um equilíbrio físico-químico com o espaço onde está inserido, e por isso é importante demonstrar preocupação com a sobrevivência do objeto, por no mínimo, mantê-los em locais mais adequados, de acordo com as possibilidades da instituição e proceder à higienização regular do acervo.

O acondicionamento do acervo está relacionado não apenas com os espaços onde estão salvaguardados, mas também com as embalagens onde foram armazenados, pois estando estas em contato direto com os objetos podem mantê-los sob condições mais controladas e isolá-las num microclima adequado a sua estrutura física.

Nos próximos tópicos trata-se dos espaços disponíveis no Laboratório, como eles eram distribuídos e como foram reorganizados. Também será discutido de que forma se realizou o arrolamento e acondicionamento inicial das peças. Além disso, haverá uma pequena abordagem sobre o próprio acervo do LEPA e sua formação.

4.2 O acervo LEPA/UFSM

A importância patrimonial do acervo constituído pelo LEPA é indiscutível, não apenas porque remonta pesquisas efetuadas desde a década de 60 e que geraram as coleções salvaguardadas atualmente, mas também por serem fontes constantemente estudadas por pesquisadores de diferentes áreas, como arqueólogos, geólogos, historiadores e profissionais de outras áreas que desenvolvem projetos vinculados ao acervo do Laboratório.

Para implantar o sistema documental é imprescindível entender o próprio Laboratório e as coleções que compõem o acervo.

O LEPA foi criado pelo pesquisador Vitor Hugo Oliveira da Silva em 1982 e desde sua fundação está vinculado ao Departamento de História do Centro de Ciências Sociais e Humanas.



Figura 9: Escavação no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo em 1984, pelo Prof. Vitor Hugo Oliveira da Silva e equipe. Foto: Acervo LEPA.



Figura 10: Escavação no sítio arqueológico Casarão dos Melo - 1995. Foto: Acervo LEPA.

A primeira coleção do acervo é a do Professor Vitor Hugo, composta principalmente por material cerâmico indígena. As coletas foram realizadas entre os anos de 1983 (Figura 9) e 1988, principalmente dentro dos distritos do município de Santa Maria.

Em 1995, sob a coordenação do Professor Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder, o Laboratório passou a desenvolver projetos acadêmicos de relevância em novas regiões do Brasil e a participar de convênios instituídos pela Universidade Federal de Santa Maria com várias instituições nacionais e internacionais congêneres, a exemplo da Universidade Federal de Pelotas no Rio Grande do Sul e com o Instituto Politécnico de Tomar em Portugal.

Nos primeiros anos de Coordenação do Professor Milder, houveram quatro campanhas focalizadas no município de São Martinho da Serra, a saber, 1995 (Figura 10), 1997, 1999 e 2001. Nessas escavações foram identificados e realizaram-se salvamentos nos sítios arqueológicos Casarão dos Mello, Gláucia Cechim e Guarda de San Martin.

Entremeados a esses trabalhos foram feitas intervenções em 1998, no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo, anteriormente estudado pelo professor Vitor Hugo. As intervenções da década de 80 e posteriormente, as dos anos 90, demonstraram que se trata de um sítio pré-colonial, com evidências principalmente de cultura material cerâmica.

Na região de Quaraí, no sítio Arqueológico Estância Velha do Jarau, foram realizadas campanhas desde a década de 90 até os anos 2000 com aplicação de diferentes técnicas arqueológicas. A primeira visita da equipe LEPA-UFSM ao sítio foi realizada no dia 27 de abril de 1997. Após a prospecção, ainda em 1997, foram abertos 12 postos testes, e na campanha de 1999, foram executados quadriculamentos¹, utilizando também o processo de decapagem² e plotagem³. Em 2001 e 2003, foi utilizado o método Wheeler⁴ unindo a maneira horizontal e a vertical de visualizar o sítio arqueológico, e por fim, em 2006 (Figura 11), a metodologia de escavação mudou para a full coverage survey, cuja sistemática é examinar o terreno num nível uniforme sem estabelecer área mínima ou intensidade da cobertura (THOMASI, 2010, p. 51 e 52).

¹ Divisão do terreno em vários quadrados de mesma área.

² Procedimento que envolve a limpeza do material, fotos em ângulos diferenciados, desenhos, mapeamento e etiquetagem dos objetos.

³ É a representação do terreno em função de suas coordenadas x, y, z, que correspondem aos dados de largura, distância e profundidade.

⁴ Método de separação do terreno de escavação em quadrículas que utiliza uma berma, ou espaço de 50 cm, para separar a área escavada. As bermas servem para permitir a visualização da estratigrafia examinada na estação arqueológica (CARLE, 2013, p. 12).



Figura 11: Aplicação da metodologia do full coverage survey no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau - 2006. Foto: Acervo LEPA.

Ainda em 1999, começaram as primeiras campanhas no sítio arqueológico do Areal, também localizado na região de Quaraí – RS. O mesmo se deu com o sítio arqueológico da Estância Santa Clara, na mesma região, no entanto, sofre outras intervenções em 2011 (Figura 12) e 2012, e agora a pouco, uma última expedição em fevereiro de 2013.

Em 2012 e 2013, houve ainda intervenções no sítio arqueológico da Estância Rincão do 28 (Figura 13), nas proximidades do município de Alegrete – RS.

Depois da análise feita sobre os vestígios coletados e do material documental gerado a partir dos registros de campo, o próprio sítio arqueológico é registrado como patrimônio juntamente com os objetos coletados.

Além disso, o Laboratório preservou durante os anos de existência, material gráfico e fotográfico, que também precisam ser incluídos como parte do processo de documentação do acervo.



Figura 12: Foto de escavação no sítio arqueológico Estância Santa Clara - 2011. Foto: Acervo LEPA



Figura 13: Intervenção no sítio arqueológico Estância Rincão do 28 - 2012. Foto: Acervo LEPA.

Todo este acervo recolhido e ajuntado durante décadas dentro do Laboratório nunca sofreu uma sistematização e também, em função disso, a apropriação do espaço não foi realizada de maneira estrutural, com a preocupação organizacional e documental de todo acervo. Em virtude disso, o primeiro passo realizado nesse trabalho, foi uma reorganização dos espaços ocupados tanto pelos objetos, quanto pelas pessoas.

4.3 Delimitação dos Espaços

É essencial para o acondicionamento do acervo que os espaços museológicos estejam bem definidos e configurados de maneira que possam ser capazes de prover a infraestrutura necessária para receber o acervo, seja em espaços públicos (de acesso ao visitante) ou privados (restrito aos funcionários e pesquisadores), possibilitem uma fácil indexação das peças e um conforto ambiental para aqueles que visitam as dependências do LEPA, os que pesquisam e também, aqueles que trabalham seja na parte administrativa ou os que trabalham diretamente com o material.

Até março de 2012, o Laboratório possuía quatro salas e um espaço do hall de entrada. Uma sala era utilizada para descarregar o material e realizar a limpeza das peças trazidas no trabalho de salvamento (Figura 14). Conforme se pode observar na imagem, o espaço para as atividades de Experimentação e acomodação dos participantes de oficinas era reduzido, devido à quantidade de estantes, caixas com material e equipamentos desativados existentes ali.

Ao lado havia uma sala para pesquisa de objetos de estudo da Arqueologia Colonial. Atrás desta sala, há uma sala menor que é a parte administrativa do LEPA. E ao lado dessas duas salas, situa-se a sala maior que era utilizada para pesquisa de acervos da Arqueologia Pré-colonial (Figura 15). Observando-se a imagem, percebemos que nessa outra sala, além de estantes com caixas de material arqueológico, as peças também eram acomodadas em containeres embaixo das mesas de pesquisa, próximos ao pesquisador que estava utilizando uma determinada coleção para estudo. Ou ainda, caso não estivesse em estudo por algum pesquisador, os containeres com acervo eram empilhados em fileiras de cinco caixas, numa distribuição espacial que dificultava o deslocamento dentro da sala.

O próprio hall de entrada era ocupado com uma mapoteca e também com a guarda de material também em containeres empilhados.



Figura 14: Sala de limpeza e recepção de materiais arqueológicos - abril de 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura15: Sala de estudo da Arqueologia Pré-colonial - abril de 2012. Foto: Acervo LEPA.

Na planta-baixa da figura 16 podem-se visualizar as medidas e as localizações efetivas de cada um dos espaços descritos anteriormente, enquanto o resultado de todo o trabalho de reorganização especial pode ser visto na planta-baixa da figura 17, que demonstra como ele ficou reconfigurado.

É sempre bom lembrar que a configuração do mobiliário, principalmente na sala de Higienização e na sala de Pesquisa, passa por transformações e mudanças periódicas, sempre que necessário para se adequar a novas necessidades dos pesquisadores e da recepção de acervo.

Nessa configuração anterior ao processo de reorganização, como pode ser observado, o acervo não possuía um lugar específico para ser acondicionado. E os próprios pesquisadores organizavam-no cada um de acordo com a sua própria metodologia de estudo, geralmente embaixo das próprias bancadas utilizadas para a realização das pesquisas.

O acervo que não se encontrava em processo de pesquisa, era armazenado nos espaços que não estavam sendo utilizados para outros fins e tinham capacidade de absorver tanto os containeres como as estantes com caixas de arquivo-morto, onde ficavam alojados os materiais coletados em salvamento.

Neste ponto é importante abrir um parêntese, pois se faz necessário explicitar que não é da preocupação do pesquisador organizar e estruturar espaços e mobiliário para alojar o acervo, e nem deveria ser, pois existem profissionais com formação para realizar este tipo de trabalho técnico, no entanto, o corpo técnico atuante no Laboratório não possuía um profissional responsável para esta atividade específica, justamente por isso a ocupação dos espaços ocorreu da forma visualizada nas figuras 14 e 15.

Nesse período correspondente ao segundo trimestre de 2012, o LEPA recebeu mais um espaço anexo da prefeitura do campus. Não há um acesso direto entre as outras salas e esta nova área acoplada, no entanto, a porta de acesso, fica ao lado, em sentido perpendicular, a porta de acesso principal para os demais espaços.

Após uma análise da estrutura física do LEPA e das necessidades de uso para o público alvo, a saber, os pesquisadores, e das peculiaridades do acervo, tanto relativo à conservação quanto a facilidade de acesso, e discutir as novas propostas de reorganização espacial com a coordenação do Laboratório, encontrou-se uma solução que atendeu melhor as especificidades do local e que pode ser visualizada no projeto finalizado em 3D, submetido e aprovado (Figuras 18 e 19).

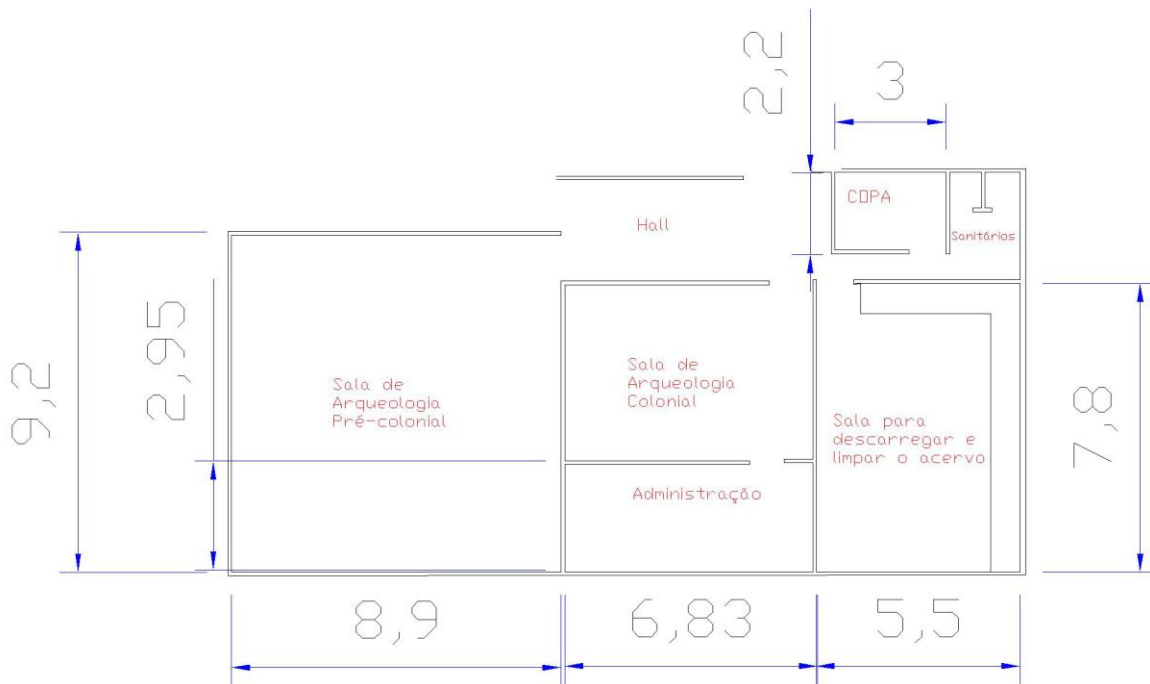


Figura 16: Planta-baixa da estrutura espacial do LEPA antes da redistribuição organizacional do Laboratório. Desenho: Luciana Messeder.

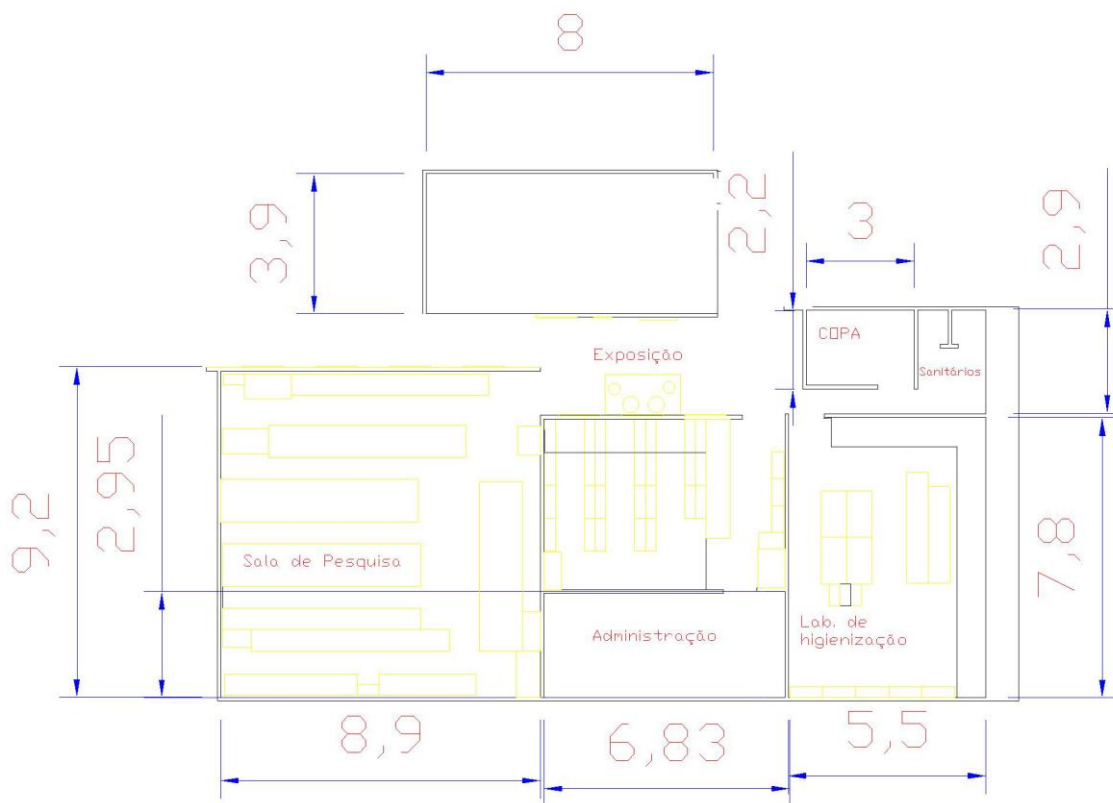


Figura 17: Planta-baixa com a nova configuração espacial do LEPA. Desenho: Luciana Messeder.

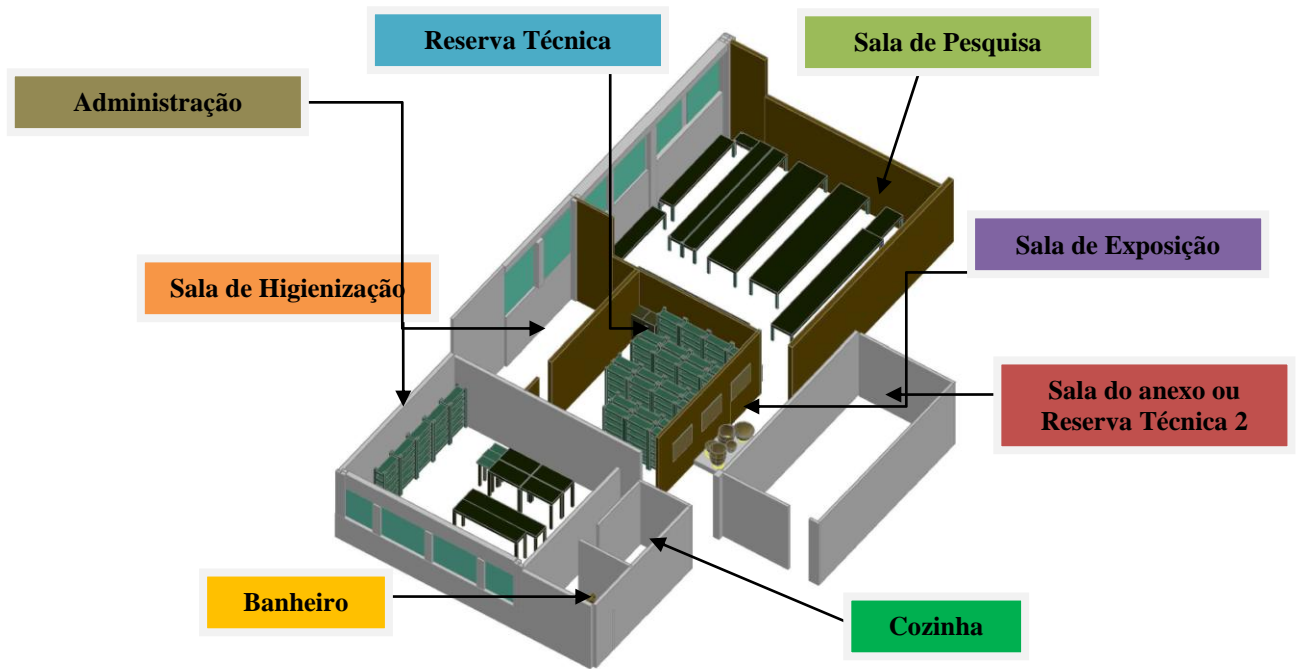


Figura 18: Vista frontal da proposta de reorganização espacial do LEPA em 3D. Desenho: Luciana Messeder.

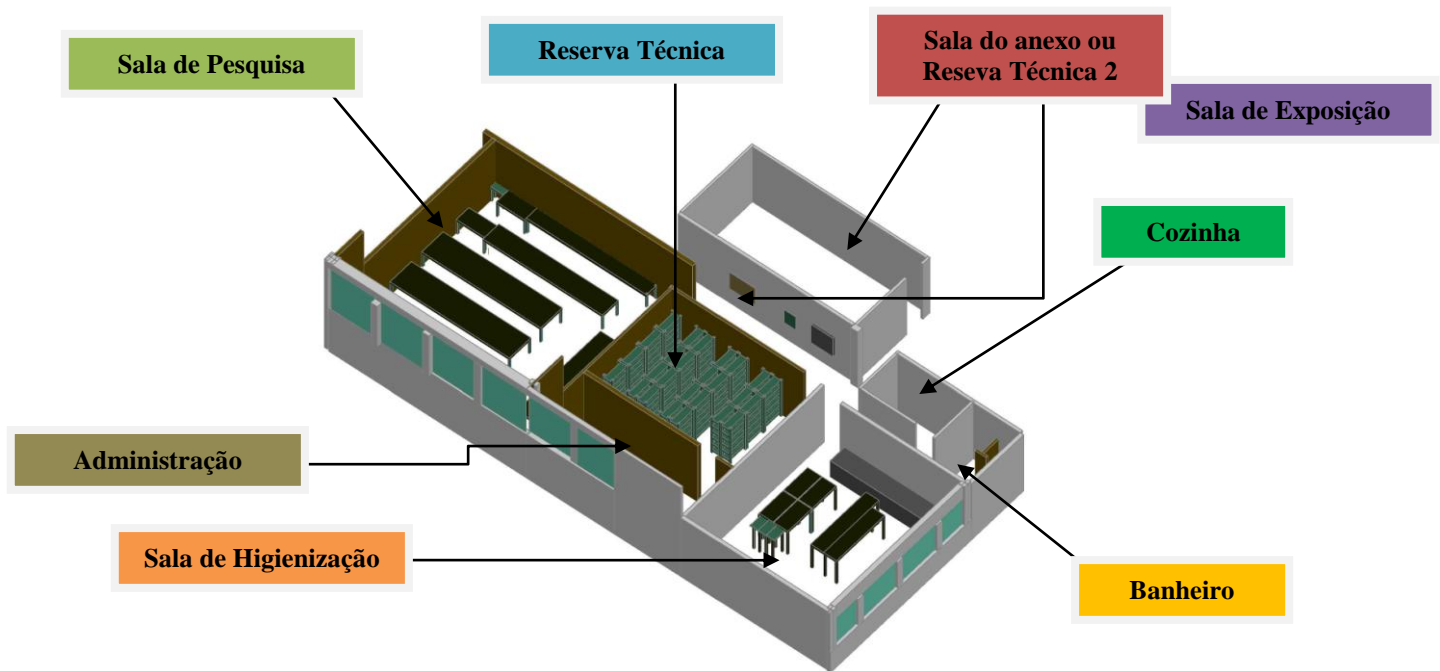


Figura 19: Vista aérea da proposta de reestruturação espacial do LEPA em 3D. Desenho: Luciana Messeder.

Para a execução desse trabalho contou-se com a colaboração de nove estagiários voluntários, que auxiliaram no transporte das peças, montagem e desmontagem do mobiliário, além da higienização das embalagens que receberam as peças. Esse processo durou cerca de sete meses, mas os espaços sofrem transformações periódicas sempre que há necessidade de dar entrada em novas aquisições do acervo.

Nesse caso, fica claro que está se falando de um espaço museológico dinâmico e em constante atividade, e que por isso, as atividades relacionadas devem ser desenvolvidas para acompanhar o ritmo dos outros trabalhos efetuados nesse espaço museal.

Iniciou-se o trabalho ocupando a nova sala anexada ao LEPA com todo o material do salvamento do sítio arqueológico Garabi-Itá, basicamente lítico, e alguns outros sítios arqueológicos, com material mais insipiente em sentido quantitativo, a saber, JAES DCTE, USINA, ASSEN, XIJU, Sítio Wilmoth Röpecke, CR/RVR, RONDON, CORG, RGJS, Juor, Liver, NPES. Este acervo, embora não pertença ao Laboratório, está sob os cuidados e a guarda do LEPA, por exigência do IPHAN, órgão que regulamenta a preservação de sítios e objetos arqueológicos do país.

Anteriormente acomodado em caixas de “arquivo-morto”, de papelão, armazenadas em estantes de metais que se encontravam dispostas junto a paredes das salas de pesquisa pré-colonial, sala de limpeza ou higienização, e no corredor de acesso ou LEP – Laboratório de Estratigrafia e Paleontologia, espaço gentilmente cedido pela coordenação do Laboratório de Paleontologia (Figura 20).

Os objetos foram retirados das caixas e dos sacos plásticos onde estavam salvaguardados, e reacondicionados em outros sacos plásticos de maior espessura que receberam etiquetas de identificação a respeito do lote de peças acomodados e posteriormente alojados em containeres, que receberam etiquetas de identificação quanto ao nome do sítio arqueológico e os lotes que eram acondicionados em cada um deles (Figuras 21 e 22). Em seguida, foram levados para a sala do anexo e, empilhados em forma de torre, contendo cinco peças cada fileira. O acervo Garabi-Itá ocupou um total de 75 containeres, enquanto os demais sítios arqueológicos realocados para este espaço ocuparam estão distribuídos em *containers* nas seguintes quantidades: JAES DCTE, 56; Juor, 16; USINA, 11; ASSEN, 6; Liver, 5; XIJU, 18; Sítio Wilmoth Röpecke, 5; CR/RVR, 5; RONDON, 4; CORG, 9; RGJS, 5; NPES, 12.

O próximo passo foi executar a desmontagem da sala de Arqueologia Colonial, retirando todas as bancadas e computadores e montando as estantes em fileiras duplas para receber o material do acervo, iniciando o processo de criação de uma sala específica para acondicionamento do acervo: a Reserva Técnica (Figura 23).



Figura 20: Corredor de acesso do LEP acomodando parte do acervo Garabi-Itá - maio de 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 21: Sala de pesquisa arqueológica Pré-colonial em processo de retirada do acervo Garabi-Itá - maio de 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 22: Sala de higienização em processo de retirada das estantes com material - junho de 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 23: Estantes de metais higienizadas e instaladas na montagem da Reserva Técnica - junho de 2012. Foto: Acervo LEPA.

Além disso, foram trazidos para este espaço os armários de metais onde estão acomodados os livros da biblioteca, a mapoteca e os arquivos fotográficos (Figura 24). No entanto, nesse momento, as estantes que estavam encostadas na parede e continham containeres com peças do acervo, ainda não tinham sido realocadas (Figura 25).

Posteriormente, quando foi efetuado o reacondicionamento do acervo as fileiras de estantes também foram redistribuídas em sentido perpendicular ao primeiro posicionamento organizacional da sala, o que possibilitou um melhor aproveitamento do espaço.

Após a criação da Reserva Técnica, passou-se a organizar a sala ao lado concentrando todas as bancadas e computadores disponíveis nesse local (Figura 27 e 30), para que o ambiente fosse utilizado apenas pelos pesquisadores no desenvolvimento dos estudos sobre as coleções do LEPA, livre dos containeres embaixo das mesas e estantes com material encostadas as paredes.

O espaço da sala de higienização (Figura 28) ficou reservado para realizar a limpeza do material, experimentações e receber o material de campo. Nela ficaram organizados os equipamentos necessários para escavações e para tratamento interno do acervo, algumas estantes com livros publicados pelo coordenador do Laboratório, quatro mesas justapostas que podem ser utilizadas tanto para reuniões como também para leitura.

Por fim, ficou-se com o espaço do hall de entrada (Figura 29) livre e organizou-se uma exposição de longa duração que revitalizou a área e permitiu a criação de um local de comunicação que torna o LEPA efetivamente um espaço museal, pois permite o acesso de visitantes e grupos escolares a informações mais amplas sobre a arqueologia e o acervo do Laboratório. O trabalho de montagem desse novo espaço foi realizado pelos funcionários da casa.

Finalizada a reestruturação espacial do LEPA, iniciou-se a etapa que efetivamente precede o processo de Documentação Museológica de qualquer acervo já constituído que não dispõe de registro documental organizado tecnicamente, o arrolamento.



Figura 24: Arquivo fotográfico, mapoteca e armários de livros transferidos para a Reserva Técnica - junho de 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 25: Parte do acervo antes do processo de reacondicionamento - junho de 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 26: Reserva Técnica com montagem finalizada - julho de 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 27: Sala de Pesquisa após a reconfiguração o LEPA - julho de 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 28: Sala de Higienização após a execução da reorganização espacial do LEPA - julho de 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 29: Exposição de Longa duração montada no Hall de entrada do Laboratório - outubro de 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 30: Sala de Pesquisa em nova configuração - fevereiro de 2013. Foto: Acervo LEPA.

4.4 Procedimentos do Arrolamento

Antes de qualquer coisa, é preciso entender do que se trata este vocábulo bastante utilizado no meio técnico das ciências da informação. Arrolar, na Museologia, significa fazer uma listagem dos objetos que constituem o acervo tornando possível o planejamento do melhor sistema documental e, concomitantemente, permitindo uma organização física mais acessível e de fácil indexação. O arrolamento é essencial em um acervo já formado, pois é a partir dele que se conhecem quais os tipos de peças, a quantidade real ou estimada de peças, a depender de cada caso, e a tipologia do material que compõe os objetos. Ou seja, antes de se iniciar qualquer atividade técnica é importante que a instituição se conheça enquanto espaço museológico, em quantos, como e em que tipologia seus materiais se enquadram.

Em termos técnicos, o arrolamento ocorreu através da identificação das coleções, que foram denominadas a partir dos sítios arqueológicos de onde foram coletados os materiais. A organização do acervo nas estantes acomodou as coleções de acordo com a proximidade da

localização geográfica dos sítios que, geralmente, estão dentro do mesmo município. Para entender-se melhor, pode-se exemplificar com os sítios de São Martinho da Serra: as estantes que possuem o acervo *Guarda de São Martin* é seguida pelas estantes que comportam o *Gláucia Cechim* que precede as estantes onde estão acondicionadas as peças do *Casa dos Mello*.

No que diz respeito à organização das coleções nas caixas de arquivo-morto, foram arrumadas de acordo com a tipologia do material, sejam eles lítico, cerâmica, vidro, metal e assim por diante. No entanto, em alguns casos, quando as dimensões do objeto não permitiram, fez-se necessário embala-los com outros materiais, ou coloca-los simplesmente na prateleira, ou ainda, em algum suporte no chão. Além disso, por causa das dimensões, as urnas funerárias, por exemplo, precisaram ser separadas em uma estante específica, independente do sítio arqueológico, ou seja, a qual coleção ele pertence.

Não se devem esquecer os objetos doados para o Laboratório, que embora sejam em quantidade muito inferior à coleção, foram acomodados em uma estante específica para este tipo de entrada, simplesmente porque muitas delas não estão relacionadas de forma científica ao acervo, e na maioria dos casos, se tratarem de peças isoladas de diferentes áreas ou regiões.

À medida que a organização física do acervo foi sendo executada, estantes e prateleiras previamente numeradas, receberam caixas também numeradas que foram alistadas em uma planilha, posteriormente impressa e disponibilizada em uma prancheta na própria Reserva Técnica, permitindo que os pesquisadores tenham acesso a partes do acervo que não estão sendo processadas, e dessa maneira, que deem continuidade a suas pesquisas.

A partir do reconhecimento do acervo e os tipos de objetos a ele pertencentes, bem como da sistematização do trabalho arqueológico realizado em campo, foi possível efetivamente designar a formação das coleções do LEPA e configurá-la da forma descrita a seguir.

A coleção do Professor Vitor Hugo, é composta basicamente de material lítico e cerâmico, que embora não seja muito expressivo em quantidade e em divulgação de pesquisas realizadas, bem como, possui pouco registro remanescente no Laboratório, é mantido como fonte importante do registro histórico do próprio LEPA-UFSM.

Conforme exposto acima, por motivo de volume do acervo recolhido pelo professor Vitor Hugo, todos os sítios arqueológicos estudados por ele foram reunidos em uma única coleção que leva o seu nome e que é composta pelos sítios arqueológicos da Estância Velha I e II, Guabijú, Pedra Grande, Rincão dos Flores, Serrinha II, Lajeado do Lava-Pés, Boca da Picada, Cabeceira do Raimundo, Alto das Palmeiras, Estrada Alto das Palmeiras, Iva Teixeira

Galvão, Sanga do Rosário, Miracatu, que estão localizados no município de Santa Maria e São Pedro.

Neste ponto, é importante ressaltar que o sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo, também foi foco de estudos e sofreu intervenção em campanha realizada em 1998, pelo Professor Doutor Saul Eduardo Seiguer Milder, que coletou um quantitativo expressivo de material cerâmico pré-colonial, possibilitando um maior reconhecimento e credibilidade aos trabalhos realizados nesta área.

Nessa região, ou seja, nos municípios de Santa Maria e São Pedro, ainda foram identificados os sítios arqueológicos Cidade dos Meninos, Casas Toropi, Pedra Grande, Sítio Rodolfo Mariano, pesquisados no decênio de 2000.

Há ainda nesse arrolamento, as três coleções resgatadas no município de São Martinho da Serra, finais dos anos 90 e início dos 2000, são os sítios Casa dos Mello, Sítio Guarda de San Martin, Gláucia Cechim, todos eles com concentração maior de material do período Colonial, embora também tenha sido encontrado na região algum vestígios de cerâmica pré-colonial e lítico.

Na década de 2000, as pesquisas do Laboratório convergiram principalmente na região do município de Quaraí – RS, onde foram encontrados sítios arqueológicos que tem sido fonte de estudo para vários pesquisadores por mais de uma década, cada um deles foi designado como uma coleção específica: Estância Santa Clara, Areal, Estância Velha do Jarau, Severo, Rincão do Inferno, Gênese. Dessas coleções, o que tem um material mais pertinente de Arqueologia Colonial é o acervo da Estância do Jarau, principalmente, e o da Santa Clara. Os demais sítios possuem objetos de maior relevância na arqueologia Pré-colonial, como é notoriamente o caso do sítio arqueológico do Areal.

O acervo ainda conta com materiais com menor relevância na produção desenvolvida no Laboratório, entre eles estão os do município de São Borja, Butuy, Cerrito e São Borja e Icamauã em 2004 e 2006. Também em São Gabriel, os sítios arqueológicos de Corredor do Bolso e São Gabriel, em 2003. Em relação a estes, o material mais consiste é o de arqueologia Pré-colonial.

Em 2004, pesquisas realizadas no sítio arqueológico Lagoa Vermelha, no município de mesmo nome, que além do acervo coletado (tanto do período Pré-colonial como do Colonial), possibilitou um estudo sobre casas subterrâneas, posteriormente, publicado por Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder, enquanto em 2006, no município de Silveira Martins, realizaram-se intervenções que geraram o acervo *Rizzi* para o LEPA, basicamente do período Colonial. Além disso, pesquisas mais recente, como as realizadas no Vale do Soturno em

2008, renderam ao Laboratório coletas dos sítios arqueológicos Moacir Rossato, Varzea dos Bugres, Cerro dos Bugres, Cerro do Tope, com material principalmente Pré-colonial.

Outros sítios arqueológicos que estão agregados ao acervo do LEPA e possuem materiais resultantes de coletas que também passarão por registro documental, a saber, Sítio Ovelha Morta, Linduval I, II e III, Oswaldo Mengln A e B, Bipolar, Menezes, Humaitá, Timbaúva, Picapau, Menegazi, Bica, Casa da Pedra, Mutuca, Colinas, Niente, Moradas do Sol, Canal Cerriluz, Casa das Máquinas Cerriluz, Variante I e II, sítios onde foram coletados apenas vestígios do período Pré-colonial.

Não se pode esquecer, também, do último sítio arqueológico reunido ao acervo do Laboratório, a coleção do Rincão do 28, coleta em intervenção realizada em 2012, e que já se encontra em processo de curadoria. Nesse sítio arqueológico foram coletados tanto materiais do período Colonial como do Pré-colonial.

4.5 Higienização

Segundo Cruz (2007, p. 17), “os procedimentos elementares, visando acautelar a sua conservação, consistem geralmente em extrair a sujidade”. No entanto, é essencial manter o aspecto original do objeto e para isso, o profissional que executa as atividades de limpeza e armazenamento da peça deve possuir qualificação técnica para desempenhar essa atividade.

Contudo, os procedimentos empregados na higienização estão diretamente relacionados com a tipologia dos materiais que o compõem, sendo assim, primariamente, se realiza um estudo sobre os materiais que constituem a peça, para então determinar o melhor modo de higienização e acondicionamento.

Embora existam hoje procedimentos mais avançados de higienização, as mais usuais ainda são: a limpeza física e a química. Cada peça deve ser avaliada individualmente para eleição do melhor método, ou se existe necessidade da aplicação dos dois procedimentos.

É bom ressaltar que os procedimentos aplicados no Laboratório não devem ser considerados como regra para os demais acervos, antes, foram soluções encontradas para o acervo LEPA, que podem servir de referencial, mas que em cada objeto arqueológico, como já foi citado, deve ser avaliado individualmente, de acordo também com as práticas de conservação de cada instituição.

As tipologias aqui relacionadas são correspondentes aos materiais presentes nas coleções do LEPA e estão assim distribuídas:

A **cerâmica** precisa de cuidados específicos na higienização. Em geral, utilizou-se o procedimento de limpeza com a escova de dente macia ou pincel com cerdas macias umedecido com água, inclusive nas reentrâncias. No entanto, em caso de material cerâmico em processo de deterioração a limpeza é procedida com a extremidade dos dedos umedecidos.

Na figura 31, podemos visualizar uma cerâmica do período pré-colonial em estado avançado de deterioração, devido à ação de fungos.

No caso de cerâmica pintada, o processo de limpeza é feito a seco com o pincel para retirar o pó, e, caso seja necessário, utiliza-se a extremidade do dedo umedecido, mas sem friccionar a peça, sempre observando o efeito do processo de limpeza sobre a tinta da pintura cerâmica.

Para cerâmica do tipo porcelana, grés e faiança, o procedimento de limpeza é o mesmo, observando sempre os cuidados necessários e caso seja pertinente, posterior procedimento de consolidação.

O **lítico**, em geral, tem uma boa resistência aos procedimentos de limpeza física. Utiliza-se água e uma escova de dente de cerdas macias. A única restrição do uso da escova ocorre se a peça estiver em estado de degradação, evitando provocar marcas que dificultem a leitura dos objetos.

No caso de ataque de fungos (Figura 32), os pesquisadores do LEPA tem utilizado com sucesso uma escova de dente com cerdas macias umedecida com álcool a 96%.

O **vidro** não pode passar pelo processo de lavagem com água, portanto utiliza-se pincel ou escova de dente de cerdas macias, a seco, sem friccionar a peça, principalmente nas áreas frágeis ou que sofreram processo de restauro.

Sobre os materiais cerâmicos, o lítico e o vidro, são necessárias avaliações relativas à porosidade dos artefatos. Isso porque, esses materiais estão mais sujeitos a saturação de sal. Se forem não-porosos é possível realizar a higienização com um banho de ácido na proporção de 10 gramas de ácido cítrico (citrato de hidrogênio) em pó e 90 ml de água destilada, mas se forem porosos, a imersão prolongada em hexametáfosfato de sódio (Calgon) é apresentado como uma solução mais adequada (RODEGERS, 2004, p. 150)⁵.

⁵Para maiores informações sobre remoção de manchas em objetos porosos e não-porosos, métodos de dessalinização, desidratação e consolidação de artefatos, consultar a mesma obra nas páginas 151 a 154.



Figura 31: Cerâmica atacada por fungos e com marcação com métodos incorretos. Foto: acervo LEPA, 2013.



Figura 32: Material lítico contaminado com fungos. Foto: acervo LEPA, 2012.

A higienização de **metais**, no LEPA, está sendo realizada com um procedimento de limpeza muito funcional: a limpeza com a retífica com 368W de potência e com frequência de rotação de 60Hz (Figura 33), que conserva as informações intrínsecas ao objeto, retirando a sujidade e oxidação da peça.

No entanto, optou-se pelo uso da micro-retífica para proceder à limpeza das reentrâncias dos objetos. Esse instrumento – da marca Gladiator com frequência de 60Hz, potência de 140W, rotação sem carga $n_0 = 10000 \sim 35000/\text{min}$ – possui entre os acessórios para serem utilizados, a lixa e a escova com dentes de aço, e é semelhante à mini berbequim sugerida por Queimado & Gomes (2007, p. 141) para polimento de metais.

Embora a maioria dos conservadores acredite não ser apropriado selar o metal, seja com verniz ou com cera, a equipe de conservação do Museu Nacional de Arte Africana, vem utilizando o processo de aplicação da cera Cera Microcristal (cera em pasta, com alto poder de impermeabilização, fabricada com produtos naturais: cera virgem de abelhas e cera de carnaúba, com diluição em solvente águarraz mineral), após o processo de raspagem, conforme também proposto por Rodgers (2004, p. 20).



Figura 33: Procedimento de higienização de metais. Foto: acervo LEPA, 2012.

Existem alternativas para proceder à higienização de metais de acordo com a composição de cada objeto. No quadro 1, elaborou-se uma tabela, levando em consideração os procedimentos apresentados por Thiele (2007, p. 61-84).

TIPO DE METAL	PROCEDIMENTO
Ouro	Algodão em 50% de vinagre e 50% de azeite
Prata	Tamishield Silver Cleaner = passar no objeto com algodão, depois lavar com água corrente e secar cuidadosamente
Cobre	Eliminar manchas de cal = 15% calgon diluído em água
	Retirar pequenas oxidações = água com 5% de ácido cítrico
Bronze	Tarnishield bronze cleaner = passar no objeto com algodão, enxaguar com água destilada e secar com pano ou secador de cabelo
Latão	Algodão umedecido numa solução de amoníaco (uma gota) em água destilada, em seguida submeter a uma solução de 1 litro e meio de água com 1 colher de sopa de sal e duas colheres de sopa de vinagre e um pouco de azeite para servir como protetor e dar brilho a peça
Ferro	Retirar oxidação em pequenas áreas = limpar o objeto com água e uma escovinha, depois se aplica crisol, depois lavar bem com água destilada e secar.
	Retirar sais: Deixar o ferro por semanas em água destilada trocando a água diariamente e retirando amostras para analisar quanto sal ainda resta
Zinco	Eliminar capa de oxido de zinco e de carbono de zinco = banho em 5% de ácido sulfúrico dissolvido em água por 10 a 20 min; limpar com água destilada. Em seguida, colocar no banho com 5% de amoníaco em água destilada, depois mais meia hora em água destilada pura e secar com o secador de cabelo
Alumínio	Água e detergente suave
Chumbo	Banho de ácido clorídrico a 36% em 1 litro de água. O volume do líquido precisa ser 5 vezes maior que do objeto que deve permanecer na solução até que não saiam mais borbulhas de dióxido de carbono. Se necessário repetir o processo. Após deixar o objeto embaixo de uma torneira com água corrente, por fim secar e passar um verniz protetor (Paraloid B72.)
Estanho	Limpar com detergente suave e água quente usando uma escova suave
Estanho	Retirar cal da peça = submergir o objeto a banho de ácido clorídrico a 36% em cinco vezes seu volume em água. A esta mistura colocar 1% de detergente suave.

Quadro 1: Tabela de procedimentos químicos para higienização de diferentes tipos de metais.

Os **ossos** são um tipo de material que precisa cuidados específicos, inclusive no seu manuseio para aferir a limpeza, levando em consideração as peças maiores que devem ser manuseadas sempre com as duas mãos.

No Laboratório, tem-se utilizado para a remoção de sedimentos a limpeza com álcool 96%, por ser um líquido mais volátil e que minimiza os riscos de infiltração no osso. No

entanto, as peças não devem ser expostas à luz solar, nem mesmo no processo de secagem, pois caso haja infiltração líquida o material ósseo, por ser orgânico, pode criar fungos.

4.6 Marcação

Estão relacionados a seguir os procedimentos e critérios de marcação.

Na **cerâmica**, aplica-se esmalte incolor e depois da secagem, escreve-se o Número de Registro com caneta nanquim 0,1mm, preto ou branco, acordando com o fundo (para superfície clara, usar tinta preta, enquanto para superfície escura, tinta branca), e após, aplicar uma nova camada de esmalte incolor, que funciona como verniz para impermeabilização.

A aplicação da numeração deve ser preferencialmente na parte interna, em extremidade do fragmento, nunca junto da borda, nem nas laterais do fragmento (pois caso posteriormente seja realizada uma reconstituição do material, a marcação será obstruída), salvo o fato de haver, no objeto, decoração na parte interna e não ter na externa.

Para porcelana e semelhantes usa-se etiqueta de Papel Accid Free transparente, e a marcação é feita com o nanquim 0,1mm. Esta opção é utilizada devido à camada de esmaltagem existente na composição desses artefatos, impossibilitando a aderência do verniz.

Para **líticos**, os procedimentos de marcação são os mesmos usados para cerâmica. Os critérios quanto à localização da marcação na peça, ficam definidos, segundo Comerlato (2004, p. 37-38):

- lasca: parte ventral;
- instrumentos bifaciais e unifaciais na posição mais central possível;
- ponta de projétil na parte que estaria presa a uma haste;
- machado polido: local de encabamento do objeto;
- mão de pilão polida: numerar uma lateral;
- mão de mó: áreas que não tenham sinal de uso;
- quebra coquinhos e bigornas: não proceder a marcação na depressão e nas marcas de golpe;
- peças fraturadas: colocar o número na parte quebrada.

No entanto, é necessário ressaltar que no caso LEPA não são realizadas marcações na parte ventral ou central.

Caso o **vidro** não seja translúcido podem ser aplicados os mesmos procedimentos usados para cerâmica. No entanto, se forem translúcidos utiliza-se etiqueta de Papel Acid Free transparente (Figura 34), realizando a marcação com o nanquim 0,1mm.

A técnica aplicada para os **metais**, normalmente, é semelhante à cerâmica. No entanto, em alguns casos ocorre a impossibilidade de efetuar a marcação na peça, sendo assim, optou-se pela marcação diretamente na embalagem onde o objeto está acondicionado.

Para **ossos**, os procedimentos de marcação são os mesmos da cerâmica, utilizando, no entanto, o critério de realizar a marcação, preferivelmente, nas extremidades.



Figura 34: Marcação de vidro. Foto: acervo LEPA, 2012.

4.7 Acondicionamento de acordo com a tipologia do acervo

Para os materiais **cerâmicos** é adequado utilizar caixas de plástico poliondas em tamanho médio para o acondicionamento, colocando sempre as peças mais leves em cima. Os objetos devem ser separados dentro das caixas por sacos plásticos, preferencialmente os com

fechamento em zip. No entanto, quando os fragmentos ou peças forem frágeis devem ser embaladas com plástico-bolha ou papel com pH neutro.

Quanto aos **líticos**, os procedimentos de acondicionamento são os mesmos da cerâmica, porém, com a ressalva de evitar sobrecarregar as caixas com peso, bem como as prateleiras da estante.

Os procedimentos de acondicionamento para **vidro** podem ser os mesmo utilizados para cerâmica, ressaltando a importância de manter a temperatura estável, dentro da caixa, e a umidade relativa a 60%.

O acondicionamento de **metais** deve ser em ambiente seco e também com temperatura estável e constante. No entanto, é importante esclarecer que os objetos de metais diferentes não podem ser depositados num mesmo saco plástico, apenas os que forem de mesmo tipo podem ser acomodados juntos.

Para o acondicionamento de **ossos** também podem ser utilizadas caixas de plástico polionda; e na separação das peças dentro da mesma caixa podem ser usadas: para as peças menores, embalagens plásticas com zip, enquanto para as maiores deve-se acondicionar em plástico-bolha.

Infelizmente, por falta de recurso, esses procedimentos técnicos de acondicionamento não estão sendo aplicados ainda no Laboratório, conforme se pode verificar nas imagens da Reserva Técnica do LEPA (Figura 26). É necessário explicitar, neste ponto, que os planejamentos relacionados à captação de recurso para implantação desses procedimentos já estão sendo elaborados pela equipe da instituição.

4.8 Coleta de Dados Físicos

Dando prosseguimento ao processo de registro desses objetos, efetua-se a coleta de dados físicos. Essas informações são adquiridas ou por observação direta ou com intervenção auxiliada por algum equipamento.

O peso é processado com um instrumento que registra esse tipo de dado, escolhido de acordo com a necessidade da peça: para as de pequenas dimensões ou médias (que pesem estimativamente até cinco quilos) utiliza-se a balança de precisão (Figura 35); para as peças de grande porte ou de maior densidade, usa-se uma balança digital comum. O peso é registrado na tabela de dados em gramas.

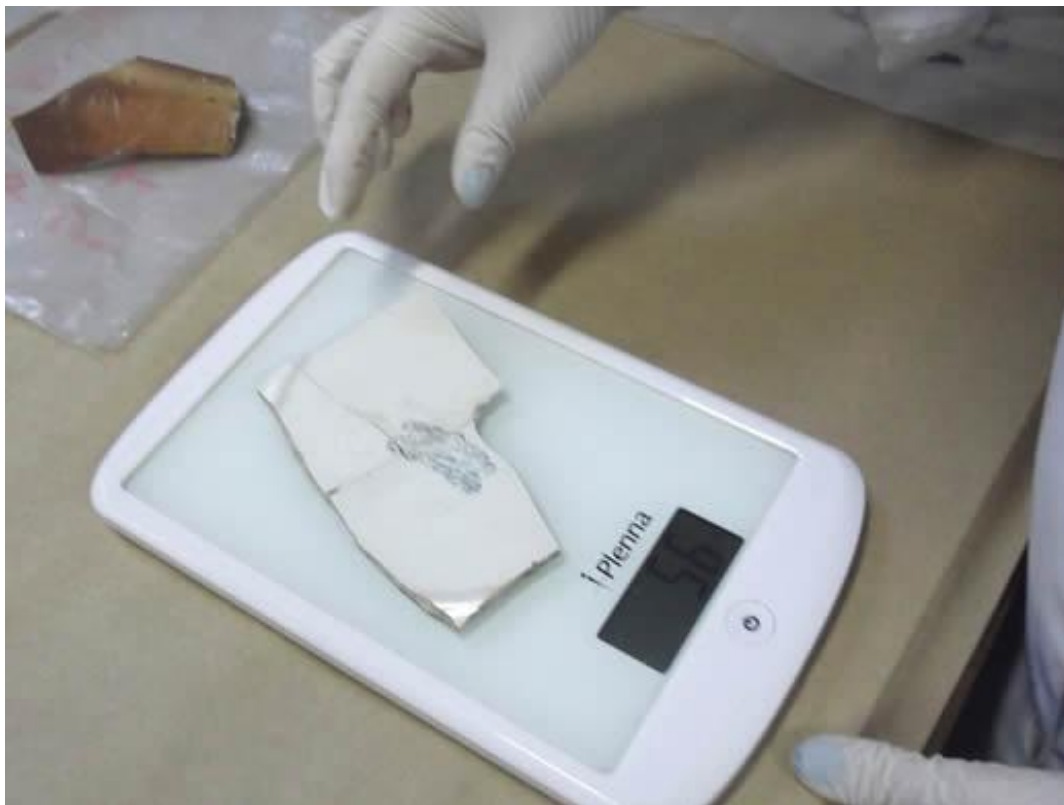


Figura 35: Registro do peso de um fragmento de cerâmica histórica com balança digital de precisão. Foto: Acervo LEPA, 2012.



Figura 36: Registro das medidas de material lítico com o paquímetro. Foto: Acervo LEPA, 2012.

O mesmo ocorre com o registro de medidas cuja ferramenta para medir objetos de pequenas dimensões é o paquímetro (Figura 36), no entanto, quando se trata de objetos maiores, utiliza-se a régua de madeira de 1,00 metro. A medição é realizada nas três dimensões, largura, espessura e comprimento, sempre levando em consideração a maior distância de uma extremidade a outra. Caso a peça seja ovalada ou circular realiza-se a coleta de dados do diâmetro.

Esses dados, depois de coletados também geram documentação arqueológica através de tabelas escritas a mão e armazenada junto com o restante da documentação referente à coleção.

Também é efetuado o registro fotográfico em uma mesa baixa, de pequenas dimensões com duas luminárias laterais. As fotografias são descarregadas da máquina digital do Laboratório e são armazenadas em formato de mídia: as originais são mantidas em um pasta, cada uma recebendo o mesmo número de registro da peça correspondente e, a partir delas são geradas cópias com menor dimensão e que ocupam menor espaço de memória, e que por fim, são inseridas no banco de dados.

Finalmente, ocorre o procedimento de avaliação do estado de conservação do objeto, isso pode ser feito a olho nu, ou com auxílio de equipamentos como lupas e microscópios.

Os parâmetros utilizados para definir o estado de conservação da peça, normalmente utilizados na documentação museológica são aqueles apresentados por Cândido (2002, p. 57 e 58), e que se utilizou como referencial para a elaboração do sistema documental, embora claro, adaptando ao tipo de acervo. O quadro 2 demonstra como se dá a avaliação quanto ao estado de conservação no acervo LEPA.

Estado de Conservação	Descrição
Bom	O objeto conserva o estado original da coleta em campo;
Regular	A peça conserva as características do estado de coleta, mesmo que já tenha sofrido procedimento de consolidação;
Ruim	O objeto está em processo inicial de degradação e necessita de higienização mais profunda ou até mesmo de um processo de restauração especializada;
Péssimo	O objeto apresenta estado de degeneração adiantado que podem ter causado perdas irreversíveis.

Quadro 2: Tabela utilizada no Laboratório para avaliação do Estado de conservação de cada peça.

Após avaliação de toda a peça, são inseridos os demais dados quanto ao estado de conservação, e, caso tenha ocorrido alguma intervenção no objeto, também as informações sobre os procedimentos efetuados.

4.9 Organização dos Dados de Coleta Arqueológica

Todos os dados coletados pelos procedimentos arqueológicos geram documentação com informações imprescindíveis e por isso, não apenas os dados contidos nesses documentos devem ser preservados, mas também o próprio suporte que contém essas informações precisa ser mantido.

A organização desses dados é indispensável para o fácil acesso e preservação mais eficiente dos registros físicos, bem como para a alimentação do banco de dados com maior agilidade, ao mesmo tempo em que evita a perda de informações relevantes registradas durante o processamento técnico arqueológico.

Inicialmente, os dados de identificação do material, relacionados à localização geográfica no sítio arqueológico, estão registrados junto com as peças na própria embalagem onde estão acondicionados. Em muitos casos, para esse acondicionamento, se utiliza o mesmo invólucro usado durante a coleta.

Em seguida, estes dados são relacionados num livro catálogo e organizados de acordo com a metodologia utilizada na intervenção.

Os diários de campo da equipe são arquivados em pastas com elástico, organizados por data e autor. As anotações realizadas são fonte de informação descritiva sobre o sítio arqueológico, além de permitir visualizar as impressões diferentes dos membros da equipe de escavação.

As fontes de registro fotográfico das intervenções realizadas em campo estão em dois formatos: as mais antigas, em formato impresso arquivadas em ficheiros de metal pequenos na sala da Reserva Técnica (Figura 22); os mais recentes, em formato digital dentro de mídias de CD ou DVD, e ainda, as posteriores ao processo de implantação do gerenciamento do acervo do Laboratório, em pastas específicas e identificadas dentro da CPU exclusiva do Sistema de Gerenciamento de Acervo LEPA-UFSM, além de possuírem um back-up em um disco rígido externo.

Ainda sobre a documentação gerada em campo e que são fontes de informação importantes nos estudos arqueológicos estão os croquis, desenhos e esboços feitos pelos pesquisadores como registro das condições em que o sítio arqueológico se encontra, e também sobre a área delimitada para realização da intervenção. Esses registros são guardados na mapoteca que também está na sala da Reserva Técnica.

Esses registros são utilizados no sistema de gerenciamento LEPA através da criação de espelhos realizados a partir dos croquis (Figura 37) e desenhos por meio de programas gráficos e de elaboração de desenhos de precisão. Estes são salvaguardados em pastas dentro da CPU e inseridos na base de dados.

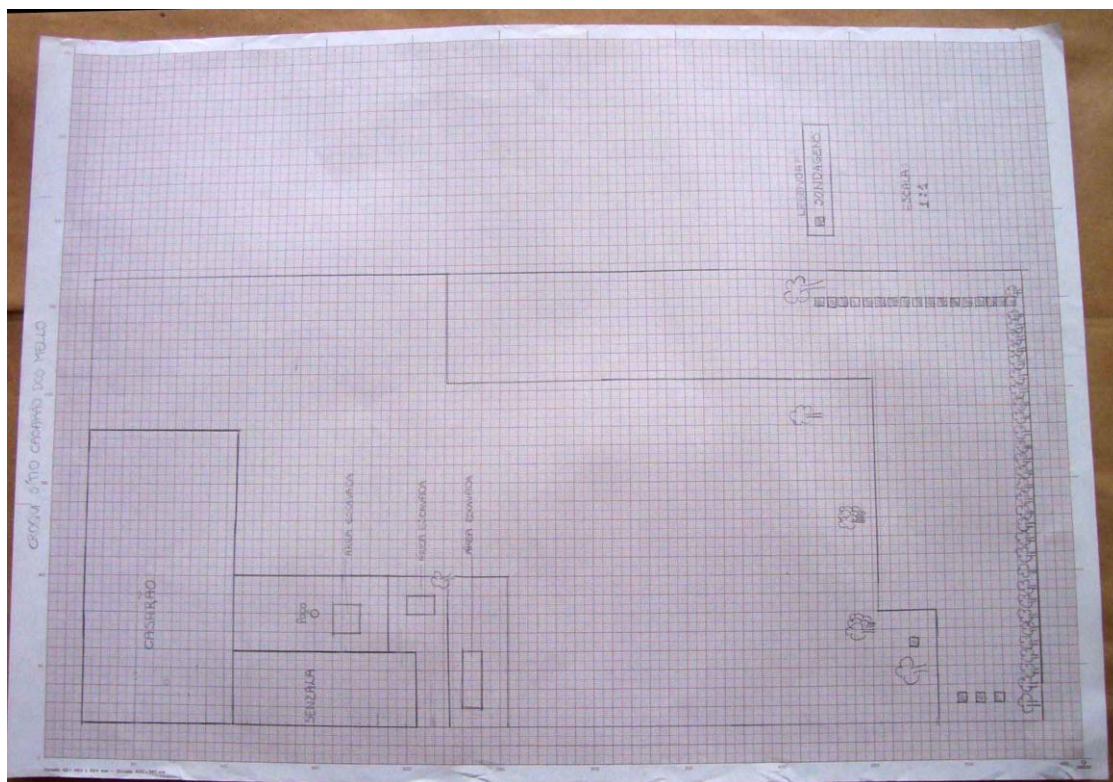


Figura 37: Croqui do sítio arqueológico Casarão dos Mello. Meados da década de 1990. Foto: Acervo LEPA.

A evidente preocupação em preservar e organizar os dados arqueológicos advindos de coleta de campo ocorre em função da consciência patrimonial que estas fontes de informação possuem. Por isso entende-se que esse processo é tão valioso quanto à própria gestão museológica do acervo, e evidentemente, precisa ser realizada durante o próprio processo de alimentação do sistema de gerenciamento do Laboratório.

5. GERENCIAMENTO DO ACERVO LEPA/UFSM EM SOFTWARE LIVRE: BASE - LIBRE OFFICE

Efetivamente, esta é a etapa metodológica mais relevante do projeto por ser o banco de dados, o representante físico do sistema documental. É justamente esta ferramenta que torna possível a visibilidade do produto desta pesquisa, o sistema de gerenciamento documental.

Antes de tudo, é preciso entender o que é um software livre para então tornar possível debater as questões relativas à preservação digital realizada a partir desses recursos. É importante evidenciar o conceito de software livre, pois, este, costuma ser confundido com software gratuito. Pois, independente de como tenha sido adquirido, de forma gratuita ou não, o software livre

“is distributed with complete source code and recipients are encouraged to read the code and even to modify it to meet their individual needs. Moreover, recipients are encouraged to make their changes available to other users, and many of their changes are incorporated into the source code that is distributed to all users. There are many varieties of OSS approaches, and many subtle issues about how to make them work, but the essence is to reject the assumption that source is private property that must be protected from outsiders.” (RUSOVAN, LAWFORDE e PARNAS, 2005, pp. 108 e 109).

A partir desse entendimento de que os softwares livres são relacionados à liberdade de uso para copiar, alterar, distribuir e tornar possível realizar modificações que se ajustem às necessidades de cada usuário; torna-se mais compreensível o que motivou o desenvolvimento e como se deu este processo.

Apesar da história dos *softwares livres* remontar princípios dos anos 80 com o início do Projeto GNU que culminaria posteriormente na criação do núcleo de sistema operacional, o Linux criado no início da década de 90 (HEXSEL, 2002, pp.8 e 9), foi apenas no final dos anos 90, com a utilização destes softwares, que passaram a ser criados sistemas de gerenciamento para as áreas relacionadas às ciências da informação como a Arquivologia, Biblioteconomia e a Museologia. Para atender as demandas ligadas a estas áreas de atuação, tem sido desenvolvidos sistemas de gestão documental do tipo *Open Source*, com soluções de gerenciamento e preservação digital de documentos.

No campo museológico o uso de software livre tem sido bem recente. Na verdade, o desenvolvimento tardio de sistemas de software livre na área fez com que muitas instituições museológicas se utilizassem, com as devidas adaptações, do CD/ISIS criado pela UNESCO na década de 1980, não para museus e, sim para bibliotecas. Segundo o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) 11,32% das instituições cadastradas no país, ainda utilizam esse

sistema no gerenciamento de acervos museológicos (Cadastro Nacional de Museus, dez/2010). Embora a intenção do Instituto, em 2004 tenha sido

“Disponibilizar (ou investir em desenvolvimento em *software* livre) ferramentas tecnológicas para o trabalho integrado dos museus, garantindo a capacitação da equipe e a manutenção evolutiva das ferramentas. Exemplos: Sistema Simba (Museu Nacional de Belas Artes) ou Sistema Matriz (Rede Portuguesa de Museus).” (DEMU, 2004, p.66).

Dessa forma, percebe-se que ainda em finais de 2010 iniciaram-se as discussões com países de língua portuguesa para estabelecer um sistema de colaboração no compartilhamento da base de dados a ser desenvolvida na gestão de acervos museológicos, sem necessariamente avançar no desenvolvimento de softwares livres.

São aqui apresentados dois softwares livres desenvolvidos para tratamento de acervos museológicos: o **Museolog** (Figura 38), criado pela UNESCO em sua primeira versão em 2002. Disponível em russo e em inglês, a proposta é realizar o cadastro do acervo permitindo a interação entre as seções, controlar o deslocamento e as intervenções no objeto, a indexação, inserção de imagens e exportação de dados (<<http://museolog.unesco.kz/>>); e o **Museum Archive software project**, desenvolvido por Jim Halpin, programador de software estadunidense, em 2009, tem como subsídio o total controle das ferramentas de classificação, com possibilidade de adaptar as descrições de sub-categorias de acordo com as especificidades de cada objeto e cada objeto pode ter um ilimitado número de entrada de dados (<<http://www.musarch.com/>>).

No entanto, é importante frisar que estes dois softwares não são amplamente utilizados no Brasil, sendo a utilização deles ainda bastante tímida em âmbito nacional. Muitas vezes, ocorre que o profissional que lida com o patrimônio museológico não é capacitado profissionalmente para executar e, quando necessário, adaptar as suas necessidades, esses programas disponibilizados para a realização do gerenciamento de acervos.

Há ainda, no país, a necessidade de, a partir do uso de softwares livres, desenvolverem-se sistemas que atendam à realidade dos diferentes tipos de acervos existentes em nossos museus e nas demais instituições museais. A partir desta carência, optou-se por desenvolver uma base de dados específica para o Laboratório de Arqueologia da UFSM através de um software livre, usando como parâmetro, no entanto, a experiência bem sucedida realizada em Portugal pelos Institutos de Museu e de Arqueologia, apesar de se tratarem de programas proprietários, ou seja, restrito aos desenvolvedores e clientes do sistema.



Figura 38: Interface do Museolog - digital catalog. Fonte: Outcomes of the UNESCO HeritageNet Project, 2002, pp. 5.

No exemplo abordado aqui, realizado em Portugal – e que serviu como referencial deste trabalho – ocorre uma integração entre o gerenciamento arqueológico e a documentação museológica. O Instituto Português de Museus (IPM), criado em 1991, conhecido desde 2007 como Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), gerencia cerca de trinta museus com acervos diversos, e, em virtude disso, decidiu conceber uma ficha de registro que abarcasse as tipologias de acervos abrigados nesses museus. A ficha de registro recebeu o nome de *Matriz*, os elementos contidos nessa ficha de inventário foram utilizados posteriormente, entre 1993 e 1994, para desenvolver e implantar um Programa Matriz para gerenciamento e documentação de acervos museológicos.

Em 2002, o ainda IPM cria o MatrizNet, base de dados online dos museus que são gerenciados pelo que permite o acesso de mais de 40.000 objetos museológicos de todos esses museus, disponível atualmente em sítio próprio, conforme layout já disponibilizado anteriormente na figura 3.

O MatrizNet realiza pesquisas transversais nas coleções dos Museus simultaneamente em 34 bases de dados de inventário, relacionando diferentes itens da ficha catalográfica,

incluindo a tipologia do acervo. Outra característica importante do MatrizNet é que a pesquisa pode ser realizada tanto de forma simples, como orientada e ainda, de forma avançada.

Em virtude de todas as características do MatrizNet, tanto ele, como o programa Matriz são referência em âmbito internacional na área de gestão de acervos museológicos. Apesar de gerenciar diferentes tipos de acervo de maneira muito eficiente, o Programa passou por ajustes para atender às especificidades de alguns acervos, como é o caso das coleções arqueológicas.

A respeito do uso de Bancos de dados no uso de Sistema de Informação e Gestão Arqueológica destaca-se o Endovellicus, criado em 1995,

“que oferecia já a possibilidade da georeferenciação, acedendo aos dados a partir de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), e que revelava também um salto qualitativo a nível do armazenamento e tratamento de dados. Tratava-se de um sistema composto por numerosos formulários com interligações múltiplas”. (Divisão de Inventário do IPA, 2002, p. 278)

O sistema foi criado em Oracle utilizando uma interface em formato Delphi para facilitar as modificações futuras no sistema de busca e na implantação de novos parâmetros, caso fossem necessários. Além disso, o sistema foi desenvolvido para funcionamento também na internet, permitindo a busca de informações por pesquisadores, além da inserção de dados realizada pelos operadores do sistema, mantendo assim, as informações atualizadas.

Mas foi apenas com a criação do Instituto Português de Arqueologia⁶, em 1997, que o sistema Endovellicus passou a ser o principal instrumento de preservação da documentação arqueológica e do levantamento e gerenciamento dos sítios arqueológicos, com o objetivo de auxiliar na gestão de sítios desta natureza.

Em 2000, a partir da inter-relação com o Instituto Português de Arqueologia, utilizando o sistema Endovellicus (Figura 39) como referencial para informações a serem preservadas sobre o acervo, o Programa Matriz passou por uma reestruturação para melhor preservar as informações dos acervos arqueológicos em instituições museológicas (RAPOSO, 2000, p. 27).

A partir dos testes feitos no Programa Matriz pelo Museu Nacional de Arqueologia e do Museu Monográfico de Conímbriga, notou-se a necessidade de atender às características especiais das coleções arqueológicas através de uma ficha de inventário específica. Portanto, dentro do programa Matriz, no item super-categoria, quando selecionada a opção arqueologia, acessa-se uma ficha com estrutura específica, com campos do programa Matriz que se tornam

⁶A finalidade do instituto é gerir o património arqueológico em Portugal, e entre suas funções está o arrolamento, a preservação e o gerenciamento dos bens arqueológicos.

optativos, outros excluídos e ainda outros acrescentados, a exemplo, os dados do contexto arqueológico, destinado aos dados de coleta de campo.

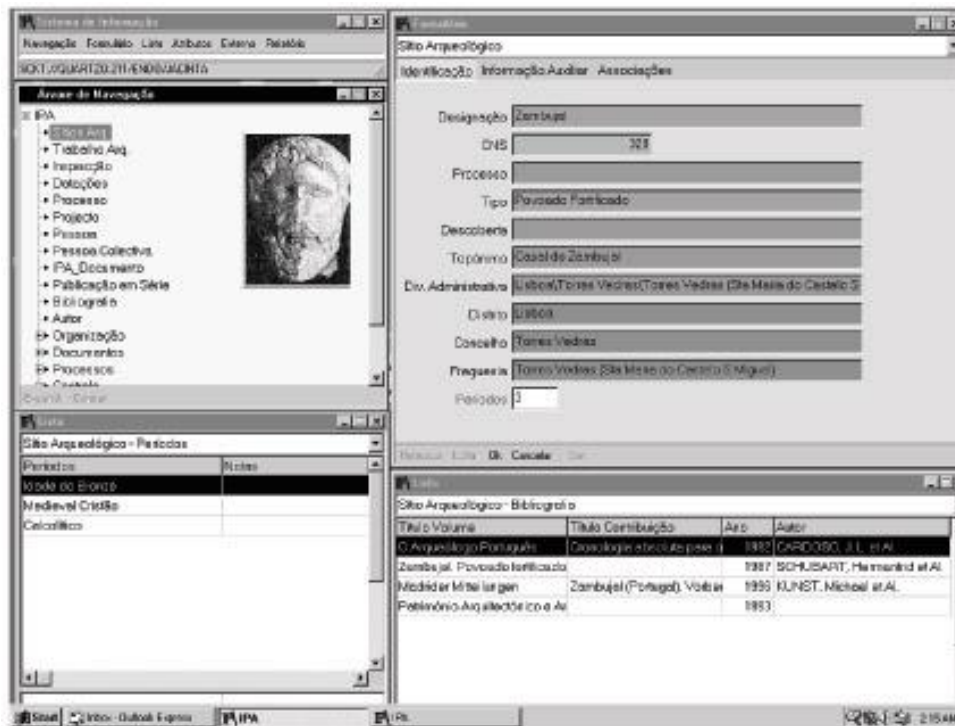


Figura 39: Interface do Programa Endovellicus do Instituto Português de Arqueologia. (Divisão de Inventário do IPA, 2002, p. 278)

Além disso, o próprio critério de numeração é realizado em anuência com a base de dados do Endovellicus. Enquanto, outros aspectos como datação e seus métodos e fundamentos, bem como as especificidades geradas por um acervo bastante fragmentado, são incluídos e avaliados de maneira a atender às demandas arqueológicas.

Depois de estudar os sistemas *Matriz* e *Endovellicus*, por uma questão de recursos e facilidade de acesso, optou-se por desenvolver o sistema de dados com o software livre conhecido como *Base* que é parte do pacote OpenOffice.org, utilizando como referencial de desenvolvimento dos formulários e campos os sistemas desenvolvidos em Portugal.

O projeto de desenvolvimento do OpenOffice.org como software de código aberto foi iniciado em 2000, baseado na antiga versão do StarOffice, a iniciativa tinha como intenção promover um sistema de código aberto, permitindo as modificações no código de acordo com as necessidades de cada usuário, aliando a alta qualidade do sistema com o baixo custo.

Outro aspecto importante, que deve ser ressaltado, é o fato de que o OpenOffice é um produto multi-plataforma, ou seja, pode ser utilizado em diferentes sistemas operacionais e é compatível com Windows, Linux e Macintosh.

No caso LEPA, optou-se por utilizar o LibreOffice que cumpre as mesmas funções e é muito parecido com o OpenOffice.br, com algumas poucas diferenças, como por exemplo, o LibreOffice é mais compatível com documentos do Microsoft Office.

O *Base* é um gerenciador de banco de dados, pertencente ao pacote OpenOffice, que possui compatibilidade com oDB2, o Dbase, o Access, Oracle e SQL, possibilitando o uso de recursos similares a todos esses sistemas. No entanto, a utilização dessa base de dados exige a instalação do Java JRE na máquina, que pode ser adquirido através do site <http://www.java.com>. (ALMEIDA, 2006, p. 6).

O *Base* é segmentado em quatro partes: tabelas, consultas, formulários, e relatórios. Os registros são armazenados em *tabelas* (Figura 40), e devem possuir um índice - uma chave primária que é utilizada para a realização da recuperação de dados ou indexação. Portanto, os itens ou campos criados para o banco de dados são estruturados na tabela.

Os *formulários* (Figura 41) servem como interface para a tabela. Eles apresentam os dados armazenados nas tabelas com um layout mais simplificado ao usuário comum. Além disso, através deles é possível fazer a inserção de dados no sistema, sem precisar inserí-los diretamente nas tabelas.

A filtragem de dados e o agrupamento de informações quanto aos registros são realizados a partir do item *consulta*, enquanto os *relatórios* são usados para ordenar e imprimir dados gerados a partir da recuperação de informações armazenadas em tabelas ou consultas.

É importante ressaltar que o *Base* permite que sejam criadas quantas tabelas sejam necessárias, criando relações entre elas, que permitem inclusive a apresentação num mesmo formulário.

No caso do LEPA-UFSM, foram criadas cinco tabelas de inserção de dados.

A primeira delas, e a principal, é utilizada para o armazenamento de dados referente ao sítio arqueológico.

A segunda é gerada para ser uma subtabela da anterior, objetivando inserir os dados de um objeto ou conjunto de objetos arqueológicos pertencentes ao mesmo lote, ou seja, encontrado na mesma localização x, y, z ou por quadrícula, sendo este parâmetro decidido a partir do método de escavação.

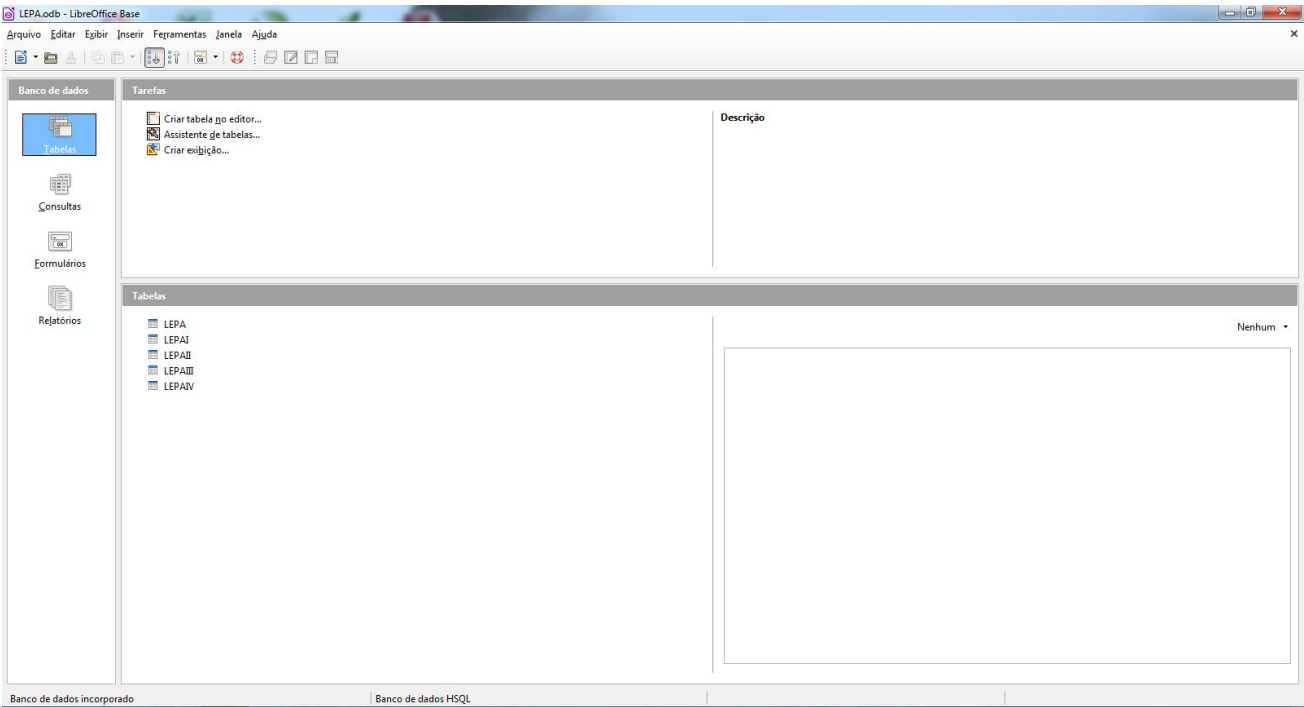


Figura 40: Interface do Base apresentando as tabelas criadas e relacionadas entre si para armazenamento de dados relacionados. Fonte: Imagem copiada da tela do banco de dados do LEPA-UFSM – março de 2013.

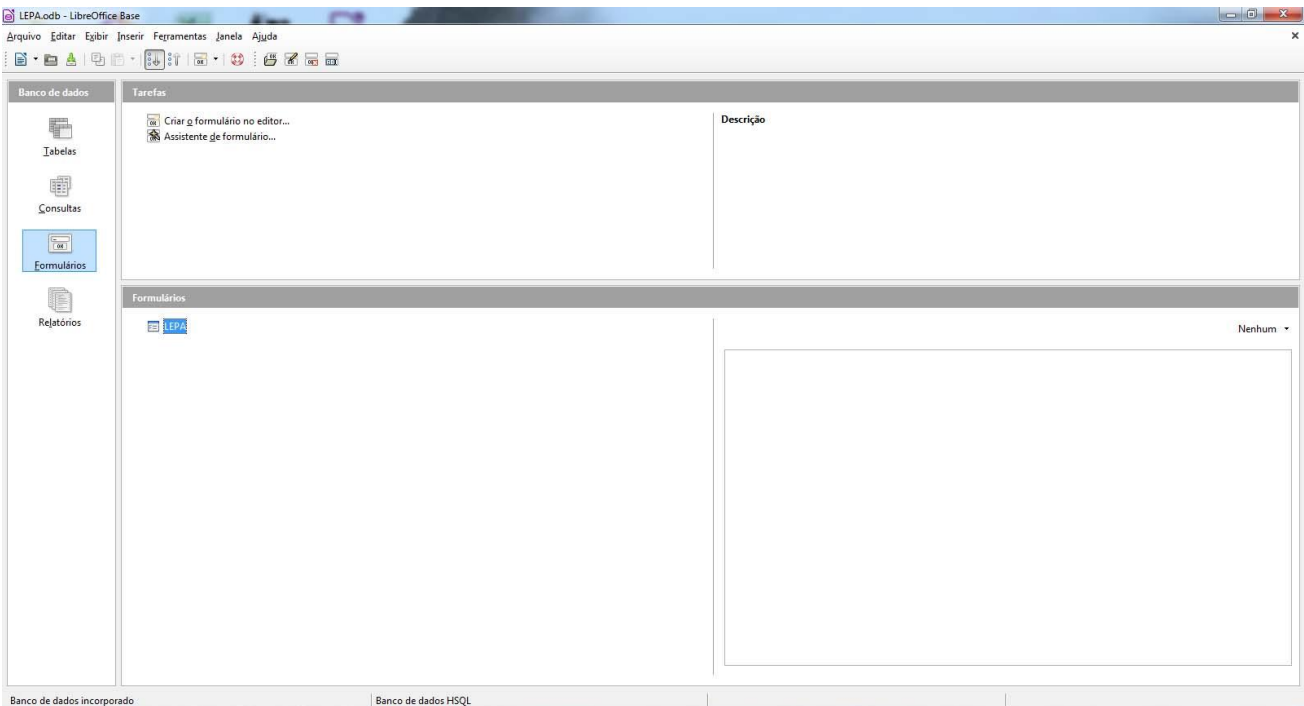


Figura 41: Interface do Base apresentando os formulários gerados para apresentarem os dados armazenados nas tabelas apresentadas na imagem anterior. Fonte: Imagem copiada da tela do banco de dados do LEPA-UFSM – março de 2013.

A terceira é específica para destrinchar dados específicos da peça ou das peças relacionadas no mesmo lote, e esta última é gerada como uma subtabela da anterior. A estrutura pode ser entendida a partir dos campos criados em cada tabela conforme já detalhado no capítulo três.

A quarta tabela traz os dados relativos ao estado de conservação de cada peça, levando em consideração inclusive recomendações de procedimentos adequados para a preservação dos bens do acervo.

A última tabela diz respeito às intervenções realizadas em cada artefato para minimizar os efeitos dos objetos que se encontram em um estado de conservação precário.

Todas estão relacionadas a partir da chave principal de cada uma delas, dessa maneira, a inserção de dados das tabelas dependentes só é possível a partir da introdução de informações na tabela principal, ou seja, das informações do levantamento do próprio sítio.

Em seguida, criaram-se formulários que possibilitassem a visualização das cinco tabelas, sendo que o layout de cada área é distinguido através de cores para possibilitar melhor visualização e facilidade de navegação. O acesso simultâneo as informações, bem como a inserção de novos dados é disponibilizado em uma só interface. É importante ressaltar que a navegação individual de qualquer um dos formulários é possível através da seleção de qualquer campo interno em que se deseje inserir ou visualizar os dados.

As dimensões dos campos e dos formulários foram ajustadas para ser compatíveis com as quantidades de caracteres necessárias para atender ao sistema LEPA-UFSM. Também foram criadas consultas a partir do formulário para facilitar a busca de informações já inseridas no sistema.

A escolha desse software livre para a elaboração do banco de dados do Laboratório está relacionada com a facilidade de instalação e utilização, posterior compartilhamento na rede e principalmente, baixo custo.

No entanto, além dessas características, Hexsel aponta outras vantagens na utilização de software livre, entre elas estão: o desenvolvido para benefício do usuário e não do fabricante; rompimento da relação com um único fornecedor; o custo limita-se ao de distribuição, seja com uma mídia como CD ou através das cópias de arquivos na internet; como são projetados para funcionarem nos hardware daqueles dos que projetam, não sofrem atualizações tão rápidas que obrigam a substituição acelerada do hardware; passam por um sistema de depuração por outros programadores que assinalam as falhas aos responsáveis pelo desenvolvimento e normalmente, com os possíveis ajustes; adaptação às necessidades dos

usuários; suporte técnico eficiente a partir da comunidade de usuários e programadores através da internet; configuração dos sistemas bastante flexível (2002, pp. 12-16).

Sobre as desvantagens, o autor defende que se resumem a apenas três: a carência de uma interface uniforme e integrada em sistemas desenvolvidos em software livre; a dificuldade por usuários simples na instalação e configuração, que por serem testados primeiramente por programadores, estes acabam estabelecendo os parâmetros de uso; e maior qualificação para efetivar o suporte em massa do uso desses sistemas (HEXSEL, 2002, pp. 16).

Apesar dessas desvantagens apontadas pelo autor, a experiência no LEPA-UFSM mostra que o projeto tem sido bem sucedido na utilização do *Base*, e que, os resultados apresentados na criação e manutenção da base de dados de código aberto utilizada pelo Laboratório tem sido satisfatórios, e a expectativa é que com o cadastro de todas as informações referentes as coleções, assim como, a indexação e organização de dados do acervo, seja utilizada como parâmetro para realização de mais trabalhos na área.

6. COLEÇÃO VITOR HUGO

Nesta fase do trabalho, apresenta-se a aplicação de toda a metodologia desenvolvida em uma coleção específica do Laboratório. Nesta oportunidade é possível visualizar o funcionamento do sistema elaborado em um recorte do acervo, levando-se em conta que a realização da documentação em todo o acervo da instituição é um trabalho processual a ser desenvolvido no decorrer dos anos de trabalho técnico dentro do setor.

A coleção escolhida, Vitor Hugo, justifica-se por suas peculiaridades e pela importância relacionada com o contexto histórico do próprio LEPA-UFSM. Vitor Hugo Oliveira da Silva (Figura 42) foi professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, e enquanto pesquisador com especialização em arqueologia fundou, em 1982, o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFSM e coordenou as atividades do espaço até sua morte em 1990.



Figura 42: Professor Vitor Hugo Oliveira da Silva. Foto: Acervo LEPA, sem registro de data.

Apesar das raras publicações, o primeiro coordenador do Laboratório, em suas intervenções arqueológicas, coletou um vasto acervo de cerâmica guarani, possuindo também um quantitativo pouco expressivo em lítico e algumas peças de material ósseo. Os registros de dados coletados em campo, por desenhos, descrições em diário de campo ou fotográfica são poucas e em muitos casos em uma linguagem própria do pesquisador, carecendo de esclarecimentos quanto à metodologia adotada nas pesquisas, tornando necessário o estudo metodológico dos trabalhos desenvolvidos nessa época no Laboratório no esforço de recuperar e salvaguardar a coleção e as informações remanescentes referentes a ela.

Como já foi ressaltado anteriormente, em virtude do material recolhido pelo professor Vitor Hugo da Silva ser um volume muito menor em comparação com as demais coleções do LEPA-UFSM, optou-se inicialmente por registrar todos os sítios arqueológicos pesquisados por ele relacionando-os em uma única coleção que leva o seu nome e é determinada pela sigla VH, as iniciais do nome do professor Vitor Hugo.

No decorrer do trabalho, a partir de uma análise mais aprofundada levando em conta os estudos atuais realizados por uma pesquisadora em parte da coleção, foi reajustada essa forma de identificação no sistema privilegiando uma análise dos sítios arqueológicos, assim como ocorreram com as demais coleções.

No contexto original, o professor Vitor Hugo tratou vários espaços de pouca extensão como sítios arqueológicos separadamente. No sistema de documentação, optamos por nomear estes espaços como partes inseridas de um conjunto maior, ou seja, de um único sítio.

Este é o caso do Alto das Palmeiras (no sistema de documentação), que engloba o que o arqueólogo responsável chamou de sítios arqueológicos Alto das Palmeiras I, II, I – A, Estrada Alto das Palmeiras e assim por diante.

O acervo Vitor Hugo é composto pelas coleções coletadas nos sítios, todos pertencentes aos municípios de Santa Maria (Figura 43), São Pedro do Sul (Figura 44), São Francisco de Assis e Vale Vêneto.

Criou-se um quadro de arrolamento dos sítios (Quadro 3) que compõem o acervo coletado pelo professor Vitor Hugo Oliveira da Silva, indicando o município a que pertence e, relacionando-os com as campanhas realizadas, ou seja, o ano de intervenção arqueológica. Esses dados foram coletados no catálogo de campo.



Figura 43: Escavação no Sítio Arqueológico Estância Velha II, 1983 – Santa Maria. Foto: Acervo LEPA.



Figura 44: Sítio Arqueológico Serrinha, 1984. Equipe do Professor Vítor Hugo. Foto: Acervo LEPA.

Sítio Arqueológico	Município	Campanha
Estância Velha I	Santa Maria	1983
		1984
Estância Velha II	Santa Maria	1983
		1984
Guabijú	São Pedro do Sul	1984
Pedra Grande	São Pedro do Sul	1984
		1986
		1987
Rincão dos Flores	Santa Maria	1984
Serrinha II	São Pedro do Sul	1984
Lajeado do Lava-Pés	Santa Maria	1984
Boca da Picada	Santa Maria	1984
Cabeceira do Raimundo	Santa Maria	1985
		1986
		1987
Antonio Rigon	Santa Maria	1986
Alto das Palmeiras	Santa Maria	1985
		1987
Estrada Alto das Palmeiras	Santa Maria	1986
Iva Teixeira Galvão	Santa Maria	1986
		1987
Sanga do Rosário	São Francisco de Assis	1988
Miracatu	São Francisco de Assis	1988
Praia dos Índios	São Francisco de Assis	1988
Sanga das Pedras	Vale Vêneto	1988
Linha da Glória	Vale Vêneto	1988
Rafael Benlágua	Vale Vêneto	1988

Quadro 3: Dados relativos aos sítios arqueológicos do acervo Vitor Hugo.

É importante ressaltar que os itens listados é todo o material remanescente dessas pesquisas que se encontram no Laboratório e já passaram pelo processo de catalogação, que pode não ser o mesmo volume coletado e relatado nos diários de campo pelo próprio pesquisador. Lembrando que durante a pesquisa, muitas vezes são descartas peças identificadas como não arqueológicas, logo que chegam ao laboratório ou no decorrer da

pesquisa. Em muitos casos isso é feito sem registro, pelo próprio, impossibilitando, portanto a verificação e comparação do quantitativo de entrada com o catalogado e registrado no sistema atual.

Ao observar-se a tabela de dados, é possível verificar que a concentração das intervenções de campo ocorreu nos primeiros anos de trabalho do Professor Vitor Hugo no LEPA nos municípios de Santa Maria e São Pedro do Sul, enquanto no último ano de registro de atividades de campo concentraram-se as pesquisas nos municípios de São Francisco do Sul e Vale Vêneto.

Avaliando as informações relacionadas na tabela, percebe-se que pouco material lítico foi coletado em detrimento do material de cerâmica indígena. Inclusive, o trabalho de identificação e os trabalhos de pesquisa do Vitor Hugo estão ancorados justamente no montante de peças coletadas, bem como as técnicas de fabricação e decoração desse material cerâmico pré-colonial proveniente de intervenções nos sítios acima apresentados.

Através dos estudos que realizou, o arqueólogo Vitor Hugo Oliveira da Silva identifica o material coletado no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo (Figura 45) com um quantitativo de 1.121 fragmentos cerâmicos, segundo ele todos da Tradição Tupiguarani (OLIVEIRA, PRADE & KLEIN, 1992, p. 48).

Nesse único trabalho publicado sobre as atividades realizadas no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo, também é apresentado o levantamento quanto aos métodos de fabricação da cerâmica e os tipos de decoração encontrados, bem como os quantitativos de fragmentos separados pelas metodologias aplicadas na elaboração dos detalhes decorativos.

É também nessa publicação que ele explica os métodos técnicos arqueológicos aplicados durante a escavação:

“(...) utilizamos a técnica de quadrícula de 2x2m. Toda a terra foi peneirada e o material, uma vez recolhido, foi colocado em sacos de pano e de plástico devidamente etiquetados, posteriormente, no laboratório, lavado, numerado e classificado de acordo com os níveis artificiais de 10 em 10cm, até alcançar-se a camada estéril. Considerou-se também a tipologia, cujo material hoje pertence ao acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA).” (OLIVEIRA, PRADE & KLEIN, 1992, p. 48).

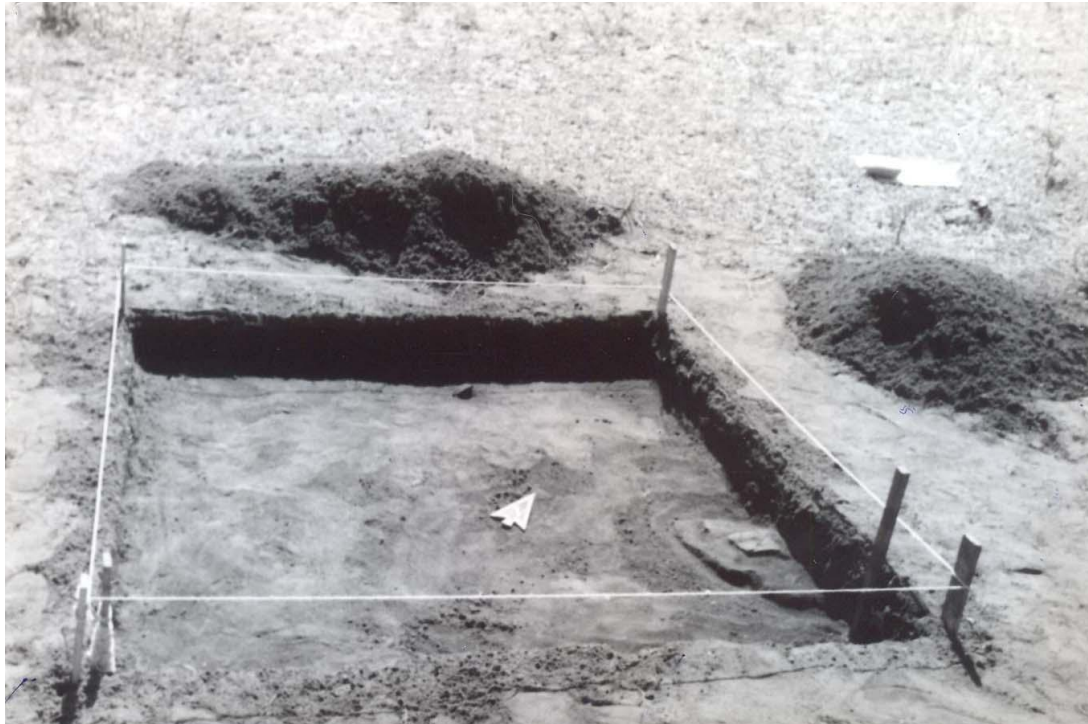


Figura 45: Sítio Arqueológico Cabeceira do Raimundo, nível 0-15 cm, corte 3, quadrícula 1,5 x 1,5 m.
Foto: Acervo LEPA, 1987.

Posteriormente, como já foi dito, em 1988, o Professor Doutor Saul Eduardo Seiguer Milder deu continuidade aos trabalhos no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo, dessa vez com um montante maior de peças de cerâmica indígena, publicando trabalhos e orientando pesquisadores em estudos do material, que serviram também como base de retomada de parte do material coletado na década de 80, produzindo algum reconhecimento também sobre o acervo estudado pelo Professor Vitor Hugo.

Entre outras coisas, o foco deste trabalho foi apresentar o sítio arqueológico e os conceitos abordados a partir dos estudos realizados neles, ponderando e fazendo as comparações de argumentações de estudos relativas às campanhas de 1985, pelo Professor Vitor Hugo Oliveira da Silva, e a campanha de 1998, realizada pelo Professor Doutor Saul Eduardo Seiguer Milder (Figura 46).

Na campanha realizada em 1998, segundo Fajardo, as escavações foram realizadas com cortes estratigráficos de 5 x 5 m com profundidade de 20 a 25 cm (2001, p. 31). Ele ainda salienta que a malha foi amarrada em cinco quadrículas de 2 x 2 m sobre uma linha de 50 m indicada pelas pesquisas anteriores (Figura 47). Nessa escavação, foram encontradas além dos fragmentos cerâmicos, material lítico e ossos.



Figura 46: Escavação no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo - 1998. Foto: Acervo LEPA.



Figura 47: Intervenção no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo - 1998. Foto: Acervo LEPA.

Graças às realizações dessas pesquisas posteriores e dos trabalhos acadêmicos efetuados sobre os materiais coletados nas duas campanhas foi possível recuperar informações relevantes para o sistema de gerenciamento de acervo. Dessa forma, muitos das informações

que poderiam ter sido dados como perdidos encontram-se salvaguardados e registrados no sistema que não apenas armazena as informações, mas também as relaciona com o material identificado e registrado em Laboratório.

Ressalta-se neste ponto que o sistema de gerenciamento do LEPA-UFSM foi apenas aplicado à coleção Vitor Hugo, para demonstrar o funcionamento e o sucesso do registro e indexação desse acervo dentro da base de dados criada para o Laboratório.

Esta escolha se deu não apenas devido a sua importância histórica, mas também devido ao tempo maior em que se encontra no LEPA, sem tratamento de dados, e bem como, sem muitas fontes de referência de recuperação de informações.

Outro aspecto para delimitação inicial de execução do gerenciamento da coleção Vitor Hugo é o quantitativo deste acervo, que comparado a outras coleções, permitiria um processamento mais hábil, em virtude de um menor montante de peças, de variedade tipológica e descritiva desses objetos.

A catalogação se iniciou pelo material lítico e depois com os fragmentos cerâmicos. Além da pesquisa nos diários de campo e catálogos, também se fez necessária pesquisa bibliográfica e posteriormente coleta de dados físicos de cada peça, incluindo peso, medida e registro fotográfico de cada uma delas.

Além disso, a pesquisa incluiu o estudo da metodologia de marcação de campo utilizada pelo professor Vitor Hugo e sua forma de relacioná-la ao sítio arqueológico. Em muitos casos foi necessário avaliar diversas numerações utilizadas para entender de que maneira foi efetivamente organizado o material.

Só a partir de então foi possível proceder a reorganização dentro do sistema LEPA-UFSM, compreendendo como inserir e relacionar as informações anteriormente registradas pelos pesquisadores na década de 80, sem perder de foco a necessidade de padronizar os dados para registro de todas demais coleções do acervo do Laboratório.

O resultado pode ser visto no próprio sistema. A implantação dele no Laboratório foi possível para organização de diferentes sítios, com materiais diversos provenientes deles, mas que podem ser facilmente encontrados.

Isso comprova que haverá maior facilidade ainda na aplicação do sistema nas demais coleções que serão delimitadas por sítios arqueológicos, facilitando o registro dos conjuntos de objetos e das peças individualmente nas fichas de inventário.

E ainda, embora o acervo Vitor Hugo seja uma coleção fechada, ou seja, que não sofrerá adição de mais objetos, em virtude obviamente do fato do pesquisador não está mais em atividade; as demais coleções que podem ainda receber material decorrente de futuras

intervenções não sofreram problemas quanto à inserção de novas peças, pois o sistema é simplificado na adição de peças por sítio, delimitando assim as campanhas futuras em espaço específico, onde os novos materiais poderão ser registrados de acordo com as normas documentais no âmbito museológico.

Finalmente, é imprescindível esclarecer que o acervo coletado em 1998, no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo formou uma coleção separada, e, portanto, não foi registrada dentro do acervo Vitor Hugo. Isso se deu não em função de campanhas diferentes, pois isso não removeria a identidade da área, mas sim, em virtude da pesquisa ser outra, sob outra coordenação e com outras metodologias de trabalho. Portanto, o processamento do acervo da campanha de 1998 será realizado na próxima etapa de registro do sistema de gerenciamento de acervo do LEPA-UFSM.

7. A ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE NOVAS METODOLOGIAS

Nesta última seção, será apresentado o desenvolvimento de uma metodologia que tem por objetivo inter-relacionar os dois tipos de conhecimento, museológico e arqueológico, e aplicá-lo anteriormente ao início do processo de documentação dentro da instituição, com o objetivo de facilitar a realização do trabalho documental quando da entrada do acervo no espaço a ele destinado.

Uma das maiores dificuldades no gerenciamento de acervos arqueológicos está relacionada com a efetivação da relação interdisciplinar entre museologia e arqueologia. No entanto, a necessidade dessa inter-relação é explícita quando o mesmo conhecimento, neste caso, relativos à cultura material, passa a ter enfoques diferenciados.

Tem-se notado que no tratamento desses artefatos arqueológicos, o gerenciamento museológico está completamente apartado do conhecimento da Arqueologia, de forma geral, simplesmente porque o conhecimento sobre o acervo e os procedimentos realizados nos objetos só passam a ser utilizados quando as peças efetivamente dão entrada na instituição, ou seja, ingressam fisicamente nela.

Outro obstáculo é o notável crescimento de trabalho no campo arqueológico em nosso país, que em resultado de suas pesquisas, coleta uma grande quantidade de material. Esses objetos, por sua vez, requerem espaço físico para proteção e preservação, e estes são normalmente os museus ou outras instituições museais.

Acontece que este complexo e vasto acervo que é recebido nessas instituições precisa passar por um processo de gerenciamento museológico para benefício tanto dos objetos como para preservação das informações referentes a estes. Este tratamento é essencial não apenas para a realização dos procedimentos de conservação preventiva, como também para manutenção documental que servirá de base para futuras pesquisas, mas ainda, para fins de exposição e projetos educativos, formas de utilização do acervo como suporte de comunicação.

Em virtude dessas questões, a relação de integração entre o trabalho arqueológico e as atividades técnicas museológicas é praticamente inevitável. Essa imposição fenomenológica muitas vezes acaba por causar tensões entre as áreas de conhecimento envolvidas, o que na verdade é um contrassenso, pois os objetivos de ambas não são opostos, e nem mesmo interferem na realização um do outro, na verdade, os conhecimentos somados, podem facilitar

o desenvolvimento de ambas as atividades.

Essa passou a ser uma das principais preocupações na realização deste, pois em se tratando de um acervo que nunca tinha passado por nenhum tratamento museológico os registros de ingresso da instituição datam dos próprios registros de coleta em campo. Passa-se a entender, que como o Laboratório, enquanto instituição museal, possui um acervo em sua maioria quase totalmente procedente de coleta de campo, seria mais interessante efetuar-se uma integração entre a documentação arqueológica e a museológica, agrupando os conhecimentos técnicos e consolidando a interação entre eles, tanto em campo como dentro do espaço institucional.

Em função dos pontos levantados, as coleções que estão ingressando no LEPA-UFSM desde a implantação do sistema de gerenciamento de acervos, já estão seguindo a padronização atual, através da utilização de uma nova metodologia, aportada na curadoria da coleção desde o momento do salvamento, onde toda a documentação arqueológica é efetuada nos padrões e normas internas do sistema documental do Laboratório, integrando assim, as duas áreas do conhecimento e permitindo que o registro arqueológico possa suprir de maneira mais completa as demandas de preservação da informação da documentação museológica.

Neste ponto, entende-se a importância de esclarecer as diferenças conceituais entre curadoria de uma coleção ou acervo e o processo de Documentação Museológica. O primeiro conceito está fundamentado no estudo dos indícios materiais relativos à cultura e a natureza, e a preocupação na preservação das características físicas e cognitivas, através do uso de métodos de conservação e ordenação do acervo. As atividades de coleta, pesquisa, manutenção e ordenação, envolvidas no processo de curadoria, estão relacionadas com o estudo minucioso e o conhecimento particular do campo de conhecimento específico relacionado à coleção, tornando o trabalho efetuado uma atividade especializada. (BRUNO, 2008, p.19).

A Documentação Museológica, como já foi discutida no capítulo 3, é, segundo Cândido, todo o conjunto de informações e dados sobre o acervo constituído por um eficiente sistema de recuperação de dados que servem como suporte de pesquisa e produção de conhecimento, através da utilização dos procedimentos técnicos específicos, além da criação de um sistema com a finalidade de estabelecer normas tanto para o conteúdo como para a forma de apresentação deste. (2002, p. 36).

Esclarecido este aspecto conceitual, ressalta-se a relevância de destrinchar o processo curatorial que inicia no trabalho de campo, na etapa de coleta do material arqueológico. Independente do processo arqueológico de escavação aplicado, que é decidido pela equipe

depois da prospecção e avaliação da melhor sistemática, seja por quadriculamentos, ou por processo de decapagem e plotagem, ou o método Wheeler, ou ainda o full coverage survey, o responsável pela curadoria delimita, com as embalagens onde serão acondicionados os materiais, identificando-as com etiquetas a localização de cada objeto no sítio.

Cada peça é acomodada em embalagem específica recebendo uma numeração de campo, que estará associada aos dados de registro arqueológico, observados pela equipe como um todo, visto que o processo de escavação é realizado por todos os membros, cabendo ao curador à responsabilidade de organizar e preservar esse acervo desde o primeiro momento, o de coleta, assegurando a preservação também das informações. Nas figuras 48 e 49, observa-se a utilização dos procedimentos inovadores criados a partir da instalação do sistema LEPA-UFSM e aplicado pela primeira vez em escavação no sítio arqueológico Santa Clara, em 2012.

Ao dar entrada no Laboratório, o material é distribuído em ordem por numeração de campo, em seguida, o espaço que será ocupado por cada peça e as informações básicas referentes a cada uma delas é demarcado e as peças passam pelo processo de marcação, recebendo agora seu número de registro institucional determinado pelo sistema de gerenciamento de acervo do Laboratório, procedimento esse precedido obviamente pela higienização das peças. A sistematização dessa etapa da curadoria pode ser observada na figura 50.

Ainda nessa etapa, todas as informações básicas que se encontram nas quadrículas criadas sobre a bancada são registradas em um catálogo criado especificamente para relacionar estas informações mais gerais de cada peça. Essa é a primeira documentação secundária relativa às peças da coleção, gerada no âmbito institucional.

Aqui, abre-se um parêntese sobre o restante do registro primário produzido em campo, pois os demais membros da equipe criam outras documentações concernentes ao material e ao sítio arqueológico, e entre esses dados estão o registro fotográfico, os desenhos e croquis e ainda as impressões registradas nos diários de campo (Figuras 51).



Figura 48: Processo de curadoria - delimitação de quadrículas - 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 49: Processo de Curadoria realizado em trabalho de campo - 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 50: Sistematização do Material em Laboratório de acordo com a Curadoria realizada em Campo - 2012. Foto: Acervo LEPA.



Figura 51: Registro – Diário de Campo - 2012. Foto: Acervo LEPA.

Como cada membro da equipe realiza registro escrito e visual da escavação, incluindo o líder do grupo e coordenador, posteriormente eles são reunidos em um único diário de campo, e a partir deste procedimento é possível evidenciar as idiossincrasias ocorridas no trabalho. Neste ponto, ressalta-se a importância de recolher através dos registros esses diferentes olhares de cada pesquisador, pois segundo Bottallo (1996, p. 289):

“As informações que temos condições de extrair de um objeto ou artefato estão condicionadas por valores que incluem a priori científicos, históricos, sociais, comportamentais e até burocráticos, não somente dos observadores e estudiosos dos fenômenos como daqueles que vivenciam e perpetuam práticas, procedimentos, crenças, ritualísticas, etc..”

A próxima etapa diz respeito à produção de registros físicos de peso e medida, cujos valores são registrados em uma tabela de dados confeccionada especificamente para o acervo, com esses parâmetros e com a numeração de registro institucional, pois este passa a ser o referencial de cada objeto para relacioná-los as informações sobre eles, a partir da etapa predecessora, a de marcação.

Essas tabelas são organizadas, e posteriormente, após a inserção das informações no banco de dados do sistema de gerenciamento de acervo, são guardadas juntamente com as demais informações geradas sobre a coleção.

Em seguida é realizado o registro fotográfico de cada peça individualmente, que é descarregado da câmera para a unidade CPU com o banco de dados do sistema de gerenciamento de acervo. Cria-se uma pasta para compilação dessas imagens, depois outra pasta com um espelho de cada uma das imagens, em menor tamanho em pixels para ser inserido na base de dados.

A partir de então, todos os dados sobre as peças e o sítio arqueológico são inseridos no sistema e a coleção pode ser liberada para a pesquisa ou para ser acondicionada na Reserva Técnica do Laboratório.

Esta nova metodologia adotada requer não apenas conhecimento interdisciplinar, mas também o enfoque apropriado desse conhecimento para o amadurecimento do trabalho. No entanto, não se pretende com isso criar um modelo operacional para outros acervos arqueológicos, pois não há pretensão em pensar que estas soluções serão as mesmas a serem utilizadas para todos, apenas decidiu-se divulgar e apresentar o que e como foram realizados, com o objetivo de enriquecer a discussão sobre a interação interdisciplinar entre a Arqueologia e Museologia no tratamento destes acervos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho conduziu a criação de um novo sistema de documentação museológica para acervos arqueológicos. A problemática do gerenciamento deste tipo de coleção tem sido cada vez mais, fonte de preocupação entre os profissionais da área, não apenas por causa do crescimento abrupto no quantitativo de material gerado a partir do grande número de intervenções arqueológicas no país, mas também, pelo pouco enfoque que se deu as especificidades do acervo no campo museológico, e pela priorização dos pesquisadores em efetuar seus estudos no material e no sítio arqueológico, em detrimento do processo curatorial.

No entanto, o que é importante para a pesquisa, nem sempre é de interesse para o público em geral, que paralelamente, é um dos objetos de estudo centrais na esfera da comunicação museológica. Frequentemente, peças fragmentadas ou objetos residuais podem explicar ou auxiliar no entendimento de determinada memória social, e são importantes no estudo e pesquisa acadêmica, no entanto, dificilmente este tipo de objeto interessaria ao público leigo, além de ser de difícil contextualização numa exposição museológica.

Em virtude das particularidades que são intrínsecas aos acervos arqueológicos, de forma geral, compreendeu-se que seria importante estudar previamente as minúcias das coleções do LEPA-UFSM. A principal preocupação nesse trabalho foi analisar o que torna esse acervo diferente de qualquer outro e se seria necessário criar um sistema e de que maneira este deveria ser elaborado.

Isso porque cada instituição tem diferentes maneiras de abordar os artefatos, ou seja, está além dos formatos e conteúdos dos dados produzidos e coletados e a forma de indexação e salvaguarda que compõem o sistema (BOTALLO, 1998, p. 258).

Além disso, foi necessário compreender os métodos de trabalho aplicados pela equipe de pesquisadores, tanto em campo como em laboratório. Isso porque, para se realizar um trabalho interdisciplinar, as técnicas aplicadas no campo arqueológico são fonte de informação que refletem também nos resultados que serão alcançados no trabalho de documentação museológica. Isso fica evidente ao analisar que atualmente, se entende que o registro arqueológico é tão importante quanto os próprios artefatos resgatados, pois os documentos gerados durante todo o processo de intervenção são os chamados registros primários e é o alicerce do trabalho arqueológico (SILVA & LIMA, 2007, p. 282).

Entende-se que isso é extremamente importante para o desenvolvimento do trabalho de gestão do acervo, pois é através das pesquisas realizadas que o objeto cumpre seu real papel e particularmente por causa desses estudos é que o acervo se configura como patrimônio.

Todas essas questões foram levadas em consideração na elaboração do sistema de gerenciamento do Laboratório. Isso fica mais claro, quando ao executar o acesso ao sistema nota-se que os sítios arqueológicos são compreendidos como parte do acervo, e por isso, são registrados como parte principal da ficha de inventário, enquanto os conjuntos de objetos e os objetos individualmente são inseridos como subsistemas das informações centrais do próprio sítio arqueológico.

A introdução do gerenciamento de sítios arqueológicos não é uma novidade, visto que muitas instituições tanto internacionais, como em âmbito nacional, já estão adicionando aos seus registros os dados relativos aos sítios, e em alguns casos, criando até instrumentos específicos separadamente para a realização dessa tarefa, e utilizando enquanto diferencial o fato de realizar-se a gestão de acervo como escopo do próprio gerenciamento dos sítios, que é o ponto de partida no processo documental para então, executar a documentação museológica das coleções coletadas nestes.

Ao se analisar o contexto de um sítio arqueológico, os objetos ali dispostos contam histórias sobre eles mesmos, as habilidades utilizadas para desenvolvê-los e ainda, revelam, através das posições espaciais e contextos temporais, as relações sociais que podem ter se medrado naquele espaço, ajudando a vislumbrar as regras e princípios que permeavam o cotidiano da sociedade que ali vivia.

Os contextos sociais são formados não apenas pelos objetos inseridos neles, mas também pelos modelos mentais, pelo ambiente e pela cultura, e sofrem transformações de outros objetos e signos que a eles pertencem (HOELZEL, 2004, p. 32).

Ao trazer esse estudo para um sítio arqueológico encontrado nas ruínas de uma Estância do Século XIX, por exemplo, os restos arquitetônicos e os objetos espalhados nos diversos espaços ajudarão a delimitá-los fisicamente, mas, além disso, e mais importante, como eram desenvolvidas as relações entre as mulheres e os homens da família, entre os donos da casa e os escravos, entre o meio doméstico e os espaços de produção agrícola e quais eram as normas e leis que os regiam.

Se essa análise for levada num outro sentido, como por exemplo, a pesquisa desenvolvida no sítio arqueológico, a utilização dos objetos como suporte de informação para os estudos só faria sentido se utilizados para compreender as relações sociais estabelecidas

nos espaços ocupados no sítio arqueológico da maneira em que foram encontradas no “presente”, e posteriormente, elege métodos de escavação e de estudos em laboratório que evidenciem a habilidade de percepção desse sistema simbólico.

Cada realidade possui um sentido organizacional intrínseco que permeia as ideias e práticas, os conceitos e tradições e as alterações que ocorrem no coletivo social. Assim, todas as elaborações no âmbito de vestir, andar, se comunicar não são ocasionais e fazem sentido para o grupo que as produziu.

Essas elaborações são resultado da interação de elementos que estão relacionados com o método de fabricação, os materiais à disposição, a história vivenciada pelo coletivo que as criou e as inter-relações existentes dentro do grupo. Ou seja, a cultura criada pelo coletivo é uma teia de significados, no qual, o próprio coletivo que o criou está entrelaçado (GEERTZ, 1989, p.15).

As teias de significados são dinâmicas no sentido de que se adaptam às diferentes realidades criadas pelo coletivo para responder as mudanças que o meio natural e a memória social impõem.

Este dinamismo independe da vontade tanto daqueles que produzem e vivenciam essas realidades como dos que se propõem a estudá-las e compreendê-las através das evidências materiais e, portanto, devem ser considerados ao pesquisar os sistemas simbólicos inseridos nos sítios arqueológicos.

O gerenciamento de sítios arqueológicos tem sido um aparato importante no conhecimento e preservação da memória social onde objetos/documentos estão inseridos. Entender quais as ocupações sofridas pelo espaço e de que forma foram realizadas essas ocupações, ajudam a compreender a maneira em que estavam organizadas as relações sociais que ali se desenvolveram ou, o documento não está preso apenas a sociedade que o produziu, mas também durante as realidades coletivas posteriores onde continuou a sua biografia, ainda que em alguns momentos de maneira silenciosa (LE GOFF, 1992, p. 547).

Essa memória está preservada muito além dos vestígios materiais presentes no local, ela está presente na geomorfologia, na disposição espacial dos objetos e fragmentos encontrados, e sofre interferência até mesmo do método de intervenção aplicado pela equipe de pesquisa.

No entanto, a salvaguarda do patrimônio material retirados desses sítios cabe a instituições museais que devem proporcionar não apenas uma documentação adequada para este tipo de acervo, mas também métodos de conservação preventiva que auxiliem na preservação desses objetos.

Concernente a esta questão, embora muitos dos procedimentos de higienização aplicados nas peças do Laboratório sejam de vasto conhecimento de profissionais que trabalham com este tipo de acervo, algumas técnicas desenvolvidas pelos próprios pesquisadores tem sido de proveito para a conservação preventiva das coleções. Este é o caso do trabalho de higienização realizado nos metais, e também, o tratamento recentemente dado na retirada de fungos do material lítico.

Essas experimentações realizadas na área de conservação preventiva devem ser continuadas para que, com a criação de novos métodos seja possível à realização de um trabalho mais eficiente e de maior impacto.

Entre as peculiaridades desse novo sistema está também o uso de um banco de dados totalmente projetado em um software livre, o que permite realizar modificações e aprimoramentos do código, e então criar ajustes para atender as necessidades do registro dos dados relacionados ao acervo em si, mas também aos sítios arqueológicos.

Apesar das dificuldades durante os estudos realizados sobre o uso técnico do banco de dados, principalmente a partir de manuais e de vídeo aulas, além das adaptações e ajustes que tiveram de ser realizados durante o processo de criação da ficha de registro, a partir das novas necessidades que surgiram nas readaptações realizadas no sistema de gerenciamento, o aprendizado do uso dessa ferramenta auxiliou na construção de uma base de dados exclusiva para o LEPA-UFSM, que permite realizar sempre que necessário, transformações progressivas no código ou no layout da base de dados e conseqüentemente, o constante amadurecimento deste trabalho.

Justifica-se essa necessidade de mudanças no fato das atividades técnicas estarem sujeitas ao próprio conhecimento que é dinâmico e, portanto, sujeito a transformações. A própria técnica pode servir para várias finalidades diferentes no decorrer do tempo, pois ela é construída e nesse sentido, necessita passar por atualizações no objetivo de preservar os princípios aos quais servem a técnica (BOTTALLO, 1996, p. 291).

Não se deve esquecer de que essa pesquisa também contribuiu no resgate da memória da coleção mais antiga do Laboratório. Não se fala aqui apenas no que tange às informações e os conteúdos relativos ao acervo do Professor Vitor Hugo, mas também das particularidades criadas dentro do sistema para realizar o registro dessa coleção que possui peculiaridades que a distancia das características das demais coleções que pertencem à instituição.

Isso, forçosamente, implicou em criar um conjunto de regras próprias para o cadastro tanto dos sítios arqueológicos estudados pelo antigo coordenador do LEPA-UFSM, como para as coleções derivadas desses locais. Ou seja, em alguns casos, foi necessário transformar o

que o arqueólogo considerou vários sítios arqueológicos em um único espaço, em virtude de se tratarem da mesma área com as mesmas características estudadas. Nesse ponto de vista, fica evidente que a documentação museológica deve estar atenta a heterogeneidade do acervo, permitindo que o sistema de gerenciamento ressalte as diferenças entre os objetos através de procedimentos elaborados nos padrões que regulamentam a missão institucional, ou seja, as ações documentalistas dentro de um espaço museal não devem privilegiar um objeto ou documento em relação a outro através de qualquer tipo de valoração (BOTTALLO, 1998, p. 260).

No entanto, há ainda outra contribuição relevante desse trabalho que é a aplicação de uma nova metodologia aplicada aos procedimentos de intervenção no sítio arqueológico através da inserção da curadoria durante o processo de salvamento com a finalidade de intensificar os esforços de preservação dos objetos.

Esse novo processo inclui cuidados não apenas com o acervo, tanto no que diz respeito ao acondicionamento quanto à manutenção de uma metodologia documental, mas também, o zelo pelas informações que devem ser salvaguardadas em maior quantidade e qualidade possível tanto com o objetivo de alimentação do sistema de gestão como para a alimentação mais completa dos dados de pesquisa.

Além disso, o processo é relevante para a continuidade do trabalho executado com o acervo em Laboratório, isso porque, leva em consideração os dois aspectos igualmente importantes relativos ao patrimônio material recolhido, o ponto de vista arqueológico no que tange os estudos e técnicas aplicadas, e do ângulo de visão museológico não apenas com a aplicação de sistematização, mas também organizacional do acervo.

É importante ressaltar que, embora existam órgãos governamentais responsáveis pelo gerenciamento do patrimônio arqueológico, as informações mais específicas que dizem respeito também aos objetos e conjunto de objetos pertencentes a estes acervos devem ser mantidas e organizadas pela instituição que os abriga.

Apesar dos tímidos esforços realizados na área, houve pouco progresso em relação ao desenvolvimento de uma padronização nacional de um sistema de gerenciamento de acervos arqueológicos. As tentativas mais contundentes em preservar as informações têm sido realizadas na área de Arqueologia com órgãos responsáveis pelo registro do trabalho desenvolvido com o patrimônio arqueológico.

Nesse sentido é essencial que as informações do gerenciamento dos sítios arqueológicos possam também ser preservadas através das informações organizadas sobre o acervo dentro dos espaços museológicos. Isso será possível através do desenvolvimento de

novos sistemas documentais que facilitem a interação entre as áreas envolvidas para benefício do próprio do patrimônio.

No caso LEPA-UFSM, a preocupação tem sido não apenas em fortalecer esta inter-relação, mas também criar novos mecanismos e métodos que possibilitem não apenas estreitar o envolvimento entre as áreas apontadas, mas principalmente, facilitem o desenvolvimento do trabalho de curadoria do material levando em consideração os dados importantes para as pesquisas arqueológicas e a musealização do acervo, e concomitantemente, contribuir para as discussões dos demais profissionais que se deparam com esses mesmos desafios.

Partindo dos pressupostos colocados acima, realizar esta pesquisa a partir da inter-relação das técnicas arqueológicas com a documentação museológica, da elaboração de sistema documental e banco de dados específicos para as necessidades do acervo do institucional e a implantação de novas metodologias que auxiliem no estreitamento da interdisciplinaridade entre Arqueologia e Museologia, comprova que é perfeitamente possível que atenda às especificidades do acervo tanto do ponto de vista técnico documental como também do ponto de vista científico com o tratamento de informações relevantes para o estudo e pesquisa do acervo.

REFERÊNCIAS

AÇORES. Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional da Cultura. **Contrato de Cedência Temporária de Bens Culturais Móveis**. Disponível em: <http://museus.azores.gov.pt/ficheiros/formularios>. Acesso em: 20/03/2012.

AÇORES. Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional da Cultura. **Formulário de Verificação do Estado de Conservação/ CONDITION REPORT**. Disponível em: <http://museus.azores.gov.pt/ficheiros/formularios>. Acesso em: 20/03/2012.

ALMEIDA, Alessandro da Silva. **Conhecendo BrOffice.org Base 2.0 – Básico**: Manual. 62 p., janeiro de 2006. <http://pt.scribd.com/doc/1555924/Apostila-Basica-BrOffice-org-Base>. Acesso em: 20 dez. 2012.

BASTOS, Rossano Lopes & BRUHNS, Katianne. As várias faces do Patrimônio Arqueológico. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **As várias faces do patrimônio**. Santa Maria: Pallotti, p. 77-118, 2011.

BOTTALLO, Marilúcia. “A gestão documental do Patrimônio Arqueológico e Etnográfico”. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: EDUSP, nº 6, p. 287-292, 1996.

BOTTALLO, Marilúcia “As coleções de Arqueologia Pré-Colonial Brasileira do MAE/USP: um exercício de documentação Museológica”. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: EDUSP, nº 8, p.257-268, 1998.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **DECRETO Nº 6.845**, 7 de maio de 2009.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Definição de Curadoria - os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: JULIÃO, L. Bittencourt, J.N.:. (Org.). **Caderno de Diretrizes Museológicas 2**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, p. 14-33, 2008.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu**: Aquisição/Documentação. Tecnologias apropriadas para a preservação de bens culturais. 1. ed., Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986. 309 p.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Arqueologia musealizada: Patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha. 2004. 105 f. Dissertação (Mestrado do Museu de Arqueologia e Etnologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: **Caderno de diretrizes museológicas 1**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, p. 33-92, 2002.

CARLE, Cláudio Baptista. A Arqueologia sobre o olhar do Imaginário: Reflexões sobre a construção de metodologia brasileira em arqueologia. In: I Semana de Arqueologia: “Arqueologia e Poder”. 2013. Campinas, **Anais...** Campinas: LAP/NEPAM, 2013. P. 1-18.

COMERLATO, Fabiana. **Caderno da Oficina Arqueologia & Preservação**. XXI Encontro Regional do NEMU. Gaspar, abril de 2004.

COSTA, Carlos. Museologia e Arqueologia – Parte 1: A materialidade de uma relação interdisciplinar. **Revista Museus**, v. 40. p.1-6, 2008.

COSTA, Carlos. Proposta de instrumento documental museológico complementar para as coleções arqueológicas do MAE-UFBA. **Revista eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre museus, Museologia e Patrimônio**. v. 2. n. 4 p. 4-23. 2007.

COSTA, Evanise Páscoa. **Princípios Básicos da Museologia**. 1. ed., Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/ Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 100 p.

CRUZ, Maria das Dores & CORREIA, Virgílio Hipólito. **Cerâmica Utilitária: Arqueologia**. 1. ed., Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007. 162 p.

DELFORGE, Alexandre Henrique. Sistema de Informações Geográficas na Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Comunicação apresentada no Congresso do Ministério Público de Meio Ambiente da Região Sudeste**. Belo Horizonte, 08/04/2011.

DEMU - Departamento de Museus e Centros Culturais. A imaginação museal: os caminhos da democracia. **Relatório: 1º Fórum Nacional de Museus**. Salvador, 13 a 17 de dezembro de 2004.

DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA. **Endovélico: Sistema de Gestão e Informação Arqueológica**. Lisboa, Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 5, número 1, p.277-283, 2002.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. Preservação e Conservação em Museus. In: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais (Org). **Caderno de diretrizes museológicas I**. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, p. 107-133, 2002.

FAJARDO, Francisco. Aspecto da ocupação Pré-colonial Platina: Cabeceira do Raimundo. 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **Cadernos de Ensaio. Estudos de Museologia**. n. 2, Rio de Janeiro: Minc/IPHAN, p. 65-74, 1994.

FERREZ, Helena Dodd & BIANCHINI, Maria Helena. S. **Thesaurus para acervos musicológicos**. 2v., Rio de Janeiro: Minc/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória/MHN. Coordenadoria geral de Acervos Museológicos, 1987. 482p.

FOWLER, D.D.. Cultural resource management. In: **SCHIFFER, M. B. (ed.). Advances in Archaeological Method and Theory**. New York: Academic Press, p. 1-50, 1982.

FOWLER, Don D. & GIVENS, Douglas R. "The records of archaeology". In: SILVERMAN, S. & Nancy Parezo (ed.) **Preserving the anthropological record**. New York: Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research Inc., p. 97-106. 1995.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2006. 125p.

GEERTZ, Clifford. "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura". In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 13-41.

HAIGERT, Cyntia Gindri. Patrimônio Cultural: interagindo com a comunidade. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiger (Org.). **As várias faces do patrimônio**. Santa Maria: Pallotti, p. 141-168, 2011.

HAIGERT, Cyntia Gindri. Memória: do individual ao coletivo. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiger et al. **Educação patrimonial: perspectivas**. Santa Maria: UFSM, p. 85-111, 2005.

HEXSEL, R. A. Propostas de ações de governo para incentivar o uso do software livre. 2002. 53f. **Relatório Técnico (Departamento de Informática)**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

HOELZEL, Carlos Gustavo Martins. **Design ergonômico de interfaces gráficas humano computador: um modelo de processo**. 2004. 176 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) — Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

ICOM/UNESCO. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. Paris: ICOM – Conselho Internacional de Museus, 2004. 250p.

ICOM/UNESCO. **Declaração de Caracas**. Trad. Maristela Braga. Caracas: UNESCO, p. 36-45, 1992. Disponível em: <http://www.minom-icom.net/signud/DOC%20PDF/199200603.pdf> Acesso em: 20 nov. 2012.

ICOM/UNESCO. Ethics of acquisition. **Revista ICOM**. Paris: International Council of Museums, p. 54-57, 1970.

Instituto Português de Museus - IPM. MatrizNet. Disponível em: <http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Home.aspx>. Acesso em: 13 nov. 2012.

IPHAN. **Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>. Acesso em: 25 out. 2012.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas I**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, p. 19-32, 2002.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão, et all. 2. Ed. Campinas: UNICAMP, 1992. 553 p.

LEAL, Ana Paula da Rosa. **Musealização da Arqueologia: Documentação e Gerenciamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná**. 2011. 76 f. Monografia (Bacharelado em Museologia), – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

LEMOS, Carlos A. C.. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 115 p. (Coleção Primeiros Passos, 51)

MARTÍNEZ, Helena García. La Restauración de Materiales Arqueológicos del COPHIAN. In: LIMINANA, Pablo Rosser. **LQNT: Patrimônio Cultural de la Ciudad de Alicante**. Alicante: Concejalía de Cultura, p. 219-224, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O cinema e a nova psicologia. Trad. José Lino Grunewald. In Xavier, Ismail (Org). **A experiência do cinema**. Rio de Janeiro: Edições Graal, Embrafilme, p. 103- 117. 1983.

MUSEOLOG: Museums digital catalog. Rússia, 2012. Disponível em: <<http://museolog.unesco.kz/>>. Acesso em: 05/12/2012.

MUSEUM ARCHIVE SOFTWARE PROJECT. Estados Unidos da América, 2012. Disponível em: <<http://www.musarch.com/>>. Acesso em: 05/12/2012.

OWL INTRANET ENGINE. Estados Unidos da América, 2012. Disponível em: <<http://www.doxbox.ca/>>. Acesso em: 05/12/2012.

PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO. 2010, Rio de Janeiro. IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. Fonte dos dados: Cadastro Nacional de Museus em pesquisa realizada em 03/12/2010.

PINHO, Elsa Garrett & FREITAS, Inês da Cunha. **Normas Gerais**. Normas de Inventário. 1.ed., Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000. 97 p.

QUEIMADO, Paulo & GOMES, Nivalda. **Conservação e restauro de arte sacra, escultura e talha em suporte de madeira**: manual técnico. Coimbra: CEARTE, 2007. 142 p.

RAMOS, Rafaela Nunes. **Gestão, Preservação e Informação**: Uma Proposta Digital para o Gerenciamento do Acervo Arqueológico do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (Lepaarq) da Universidade Federal de Pelotas. 2010. 59f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

RAPOSO, Luís; MARTINS, Adolfo Silveira & CORREIA, Virgílio. **Arqueologia**. Normas de Inventário. 1.ed., Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000. 74 p.

RODGERS, Bradley A.. **The Archaeologist's Manual for Conservation**. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2004. 223 p.

RODRÍGUEZ, Mario Andrés. Conservación y restauración de material arqueológico: una mirada desde la **experiencia en el Museo del Oro**. Banco de la República, Bogotá. **Boletín Museo del Oro**, 54, p. 1-25, enero/diciembre, 2006. Disponível em: <http://www.banrep.gov.co/museo/esp/boletin>. Acesso em: 20/03/2012.

RUSOVAN, Srdjan; LAWFORD Mark e PARNAS, David L. Open source software development: future or fad? In: FELLER, Joseph et al. **Perspectives on free end open source software**. The MIT Press, Cambridge, 2005, p. 107-122.

SANTOS, José Luis dos. **O que é cultura**. 1. ed.. São Paulo: Editora brasiliense, 1983. 94p. (Coleção Primeiros passos, 110).

SILVA, Catarina E. F. da; LIMA, Francisca H. B. A preservação dos registros documentais de arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN. n. 33, 2007, p. 275-288.

SILVA, Victor Hugo Oliveira da; PRADE, Edio Erni; KLEIN, Ana Inez. Sítio cerâmico Tupiguarani na bacia do Rio Vacacaí-Mirim, RS.. **BIBLOS**, [S.l.], v. 4, p. 43-52, jul. 1992.

UNESCO. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SISTEMAS DE CATALOGAÇÃO E GESTÃO DO UNESCO. Outcomes of the UNESCO HeritageNet Project: A network of cultural Institutions in Central Asia. Russia, UNESCO, 2002.**

THOMASI, Diele Ilha. **Arqueologia Histórica: Os Metais da Estância Velha do Jarau-Quaraí - RS**. 2010, 131 f. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. 124 f. Dissertação (Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

ANEXOS

ANEXO I

POLÍTICA PARA AQUISIÇÃO DO LEPA-UFSM

Art. 1º - A Política para Aquisição para Objetos doados ao Laboratório deverá ser utilizada para manutenção e atualização do acervo.

Art. 2º - As coleções devem estar voltadas ao atendimento das atividades de pesquisa, comunicação e preservação.

Art. 3º - A política de aquisição de acervo do LEPA-UFSM está voltada para 2 vertentes:

§ 1º Arqueologia Pré-colonial

§ 2º Arqueologia Colonial

Art. 4º - Em virtude da aquisição de acervo no LEPA ocorrer principalmente por meio de coleta, as doações que também são recebidas pelo Laboratório devem estar em conformidade com os parâmetros de pesquisas já realizados no acervo.

Art. 5º - A incorporação de material recebido por doação e posterior registro museológico devem obedecer aos mesmos critérios de seleção efetuados para inserção no acervo a partir de coleta de acordo com a tipologia do objeto:

§ 1º Metal: sem sofrer a ação de óxido ferroso ou caso tenha sofrido que seja possível recuperação e identificação através do procedimento de higienização.

§ 2º Papel: livre de fungos ou sinais de amarelamento do tempo ou mal-acondicionamento.

§ 3º Madeira: sem que tenha sofrido ação de inseto xilógrafo ou mal-acondicionamento.

§ 4º Cerâmica:

4.1 Primeira fase: seleção de fragmentos identificáveis como partes significativas da morfologia do objeto (bordos, fundos, asas, fragmentos decorados, etc.).

4.2 Identificação de fragmentos adjacentes ou pertencentes a um mesmo objeto efetuando-se a sua colagem ou montagem. Os fragmentos devem ser marcados individualmente, independentemente do seu modo de armazenamento ou do registro, cadastro ou inventário que deles for feito.

4.3 Fragmentos não-diagnósticos (isto é, fragmentos lisos e sem forma) podem ser mantidos à parte ou em certas situações, não ser preservados, no entanto, procede-se sempre o seu registro. Este pode ser feito por contagem e peso, tendo sempre o cuidado de agrupá-los por média de tamanho (fragmentos com diâmetro de 5 a 10 cm, de 2 a 5 cm, < 2 cm). Deve-se proceder o registro museológico mesmo que, de acordo com o princípio proposto nas Normas

Gerais de Inventário para Arqueologia, seja possivelmente dispensável, ou até impossível por causa da sua extensão, o procedimento do seu inventário strictu sensu.

4.4 Outros parâmetros para seleção a ser considerados: datação de contextos, sua caracterização funcional e a análise de fenômenos pós-deposicionais.

§ 5º Lítico: deve ter coerência com os parâmetros de datação, funcionalidade e compatibilidade de acervo com as coleções já existentes no acervo.

§ 6º Ossos, Vidro, Plástico: mesmos procedimentos utilizados no § 4º.

Art. 6º - A política interna de desenvolvimento de acervo deverá ser aprovada pela Coordenação do LEPA.

Art. 7º - O desenvolvimento do acervo é de responsabilidade dos pesquisadores vinculados ao LEPA.

Art. 8º. A manutenção do acervo é de responsabilidade da equipe técnica.

Art. 9º. - Compete aos responsáveis realizar avaliações periódicas dos acervos, com a finalidade de manter a sua consistência, de acordo com sua política interna de desenvolvimento de acervo.

Art. 9º - A incorporação ao acervo de materiais adquiridos por permuta estará sujeita aos critérios estabelecidos em sua política interna de desenvolvimento de acervo.

Art. 10. A permuta através de empréstimo de curta duração com peças de outras instituições museológicas deverá ser incentivada, objetivando a realização de exposições temporárias com temáticas diferentes.

ANEXO II**CONTRATO DE CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE BENS CULTURAIS MÓVEIS**

A Universidade Federal de Santa Maria, na condição de **entidade emprestadora**, representada através de Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas com sede na Rua Floriano Peixoto, 1184, Antiga Reitoria da UFSM. Centro - Santa Maria, Rio Grande do Sul, e a (*Nome da Instituição*) representada pelo seu Director/a (.....) com sede em (.....) na condição de **entidade receptora** acorda no seguinte contrato que será regido pela seguinte cláusulas:

CLÁUSULA 1.^a
Objecto do contrato

A entidade emprestadora acorda em ceder temporariamente o(s) bem(ns) cultural(ais) móvel(móveis) listado(s) em anexo, que se destina(m) a figurar na **exposição (nome da exposição)**, que estará patente ao público no(s) seguinte(s) local(ais) e data(s): (nome do local onde se realiza a exposição, morada, telefone fax, e-mail), de (dia/mês/ano da inauguração, por extenso) a (dia/mês/ano do encerramento, por extenso).

CLÁUSULA 2.^a
Duração do contrato

Para a finalidade referida na cláusula anterior, o período de duração da cedência é de (número de dias ou meses, por extenso), iniciando a (dia, mês, ano, por extenso) e cessando a (dia, mês, ano, por extenso).

CLÁUSULA 3.^a
Organizadores e Financiadores

O(s) organizador(es) da exposição é(são): nome(s) da(s) entidade(s) organizadora(s) e respectiva(s) tutela(s).

O(s) financiador(es) da exposição é(são): nome da entidade(s) financiadora(s) e respectiva(s) tutela(s).

CLÁUSULA 4.^a
Condições de conservação e de segurança

A entidade receptora aceita e assegura, tanto na(s) sala(s) de exposição como nas áreas de depósito e de trânsito, as condições de ambiente definidas pela entidade emprestadora para os bem(s) móvel(móveis) cedido(s) e descritas em documento anexo a este contrato.

O(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis) cedidos, discriminado(s) em lista anexa, será(serão) manuseado(s) por pessoal especializado, designadamente pelo(a) (nome, cargo, instituição/empresa onde exerce o cargo), sob coordenação de (nome, cargo, instituição/empresa onde exerce o cargo), representante da entidade emprestadora e/ou receptora.

A entidade receptora é responsável pela segurança do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis) cedido(s), desde a sua saída até à sua entrada no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria.

A entidade receptora assegura o pagamento das despesas decorrentes do cumprimento desta cláusula.

Qualquer alteração ao estipulado nesta cláusula necessita de consentimento prévio, por escrito, da entidade emprestadora.

CLÁUSULA 5.^a

Recolha, embalagem e desembalagem do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis)

A embalagem do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis) cedido(s), no(a) no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria é da responsabilidade do(a) (nome da instituição/empresa).

A desembalagem do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis) cedido(s), no(a) (nome do local de destino: onde se realiza a exposição) é da responsabilidade do(a) (nome da instituição/empresa).

A reembalagem do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis) cedido(s), após o encerramento da exposição, no(a) (nome do local de destino: onde se realiza a exposição), é da responsabilidade do(a) (nome da instituição/empresa).

A recolha no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis) cedido(s) é da responsabilidade do(a) (nome da instituição/empresa).

A recolha no (nome do local de destino: onde se realiza a exposição) do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis) cedido(s) é da responsabilidade do(a) (nome da instituição/empresa).

A embalagem, desembalagem e recolha serão acompanhadas por pessoal especializado, designadamente pelo(a) (nome, cargo, instituição/empresa onde exerce o cargo).

O pagamento das despesas relacionadas com o processo descrito nesta cláusula, nomeadamente com a embalagem, desembalagem e recolha do(s) (s) bem (bens) cultural(ais) móvel(móveis) cedido(s), bem como o pagamento da deslocação do pessoal especializado que acompanha este processo acima mencionado, é da responsabilidade do(a) (nome da instituição).

CLÁUSULA 6.^a
Transporte do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis)

O transporte do(s) bem(bens) cedido(s) desde o(a) no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria até ao(à) (nome do local de destino: onde se realiza a exposição) será efetuado por(pela) (nome da instituição /empresa da especializada em transporte de obras de arte), cuja contratação e pagamento será efetuado pelo(a) (nome da instituição).

O transporte será realizado nos seguintes locais e datas:
(nome do local) a (dia/mês/ano).
(nome do local) a (dia/mês/ano).

As datas estipuladas para a realização do transporte só poderão ser modificadas após consulta e por mútuo acordo das entidades envolvidas.

O(A) (nome instituição/empresa transportadora) que fará o transporte do(s) bem(bens) cedido(s) foi escolhida após consulta e por mútuo acordo das entidades envolvidas.

Caso deste processo advenham circunstâncias não previstas, como atrasos das companhias transportadoras terrestre ou aéreas, por razão de greves, condições atmosféricas adversas, tráfego, problemas técnicos, problemas operacionais, as entidades envolvidas neste protocolo não poderão ser consideradas responsáveis por esse facto, devendo as mesmas cooperar no sentido de serem ultrapassados todos os obstáculos que impeçam a boa continuidade do processo previsto no presente contrato.

CLÁUSULA 7.^a
Seguros

O valor e cobertura do seguro do(s) bem(bens) móvel(móveis) cedido(s) constam em documento anexo ao presente contrato.

O(A) (nome da companhia de seguros), escolhida com o acordo das entidades envolvidas, será contratada pela entidade receptora, responsável por tratar do processo inerente à constituição do seguro e respectivo pagamento e por fornecer ao no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, previamente à cedência, cópia do contrato efetuado.

Em caso de ocorrência e disputa legal com a companhia de seguros, a(o) (nome da entidade receptora) deverá garantir todas as perdas e responsabilizar-se pela indemnização das mesmas, de acordo com o estipulado no contrato de seguro e durante o período que o processo corre em tribunal.

CLÁUSULA 8.^a
Publicações

A produção do catálogo ou qualquer material gráfico, designadamente cartazes, convites, desdobráveis, roteiros ou outros, realizados para a exposição em questão é da

responsabilidade de (nome da instituição) que deverá garantir o seu pagamento e coordenação da edição, bem como decidir acerca de tiragens, edições em mais de uma língua e design gráfico dos produtos em questão.

Os textos que integram o catálogo ou qualquer material gráfico produzido para a exposição em questão serão da responsabilidade de (nome da instituição)

As imagens que integram o catálogo ou qualquer material gráfico produzido para a exposição em questão serão da responsabilidade de (nome da instituição) que as deverá fornecer no formato (especificar) (.....), acompanhadas da necessária informação de apoio.

A realização de videogramas está sujeita ao acordo e autorização das instituições envolvidas.

Poderão ser utilizados registos de vídeo e imagem, por qualquer uma das partes única e exclusivamente para fins de divulgação do evento na comunicação social.

Todos os direitos de autor que advenham do exposto neste parágrafo são propriedade de (nome da instituição) não havendo lugar a qualquer transferência de direitos para (nome da instituição)

Todo o merchandising relacionado com a exposição em questão será alvo de contrato específico.

CLÁUSULA 9.^a Documentação

A cedência efetiva do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis) está sujeita às seguintes condições:

Autorização, por escrito, da tutela para a cedência temporária do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis) anexa a este contrato e que se designa por “Auto de cedência temporária de bens culturais móveis”.

Fornecimento, por parte do(a) (nome da instituição envolvida: Museu / Biblioteca e Arquivo) de uma lista do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis) e de uma ficha de identificação do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis) acompanhada da respectiva fotografia, anexas a este contrato.

Fornecimento, por parte por parte do(a) (nome da instituição envolvida: Museu / Biblioteca e Arquivo) de um documento descritivo das Condições ambiente e de um “Relatório de Verificação” do(s) bem(bens) cultural(ais) móvel(móveis), anexos a este contrato.

Fornecimento, por parte do(a) (nome da instituição envolvida: Museu / Biblioteca e Arquivo) de um documento com o valor de cobertura do seguro, anexo a este contrato.

CLÁUSULA 10.^a
Cancelamento do evento ou da cedência

Quando por razões de força maior, designadamente imprevistos e imprevisíveis, a entidade receptora se encontrar na contingência de cancelar a exposição ou, em caso de itinerância, alguma das exposições previstas, essa responsabilidade não poderá ser imputada a nenhuma das partes envolvidas. Neste caso, deve a entidade receptora justificar, por escrito, à entidade emprestadora a origem desse cancelamento.

Quando por razões de força maior, designadamente imprevistos e imprevisíveis, a entidade emprestadora se encontrar na contingência de cancelar a cedência do(s) bem(bens) móvel(móveis), essa responsabilidade não poderá ser imputada a nenhuma das partes envolvidas. Neste caso, deve a entidade emprestadora justificar, por escrito, à entidade receptora a origem desse cancelamento.

Em qualquer dos casos acima referidos a não obrigação ao contrato não poderá ser imputada às entidades envolvidas.

CLÁUSULA 11.^a
Incumprimento do contrato

O não cumprimento do presente contrato faz incorrer a parte faltosa no pagamento das quantias dispendidas em resultado do mesmo, a título de cláusula penal.

Santa Maria, dia, mês, ano

(nome)
(Cargo)

(Nome)
(Cargo)

ANEXO III
CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE BENS CULTURAIS MÓVEIS
FORMULÁRIO DE VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO / CONDITION REPORT

MOTIVO DE CEDÊNCIA / TÍTULO DA EXPOSIÇÃO:

LOCAL:

DATA DE INÍCIO:

Data DE ENCERRAMENTO:

CATEGORIA	DENOMINAÇÃO	Nº DE REGISTRO	QUANTIDADE

DIMENSÕES:

VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

(INDICAÇÃO DE PRINCIPAIS PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO E DANOS A REGISTRAR. ANEXAR ESQUEMA OU FOTOGRAFIA DA PEÇA).

À PARTIDA:

NOME E ASSINATURA – LEPA-UFSM
RECEPTORA

NOME E ASSINATURA - ENTIDADE

À CHEGADA:

NOME E ASSINATURA – LEPA-UFSM

NOME E ASSINATURA - ENTIDADE RECEPTORA